

Universidade Portucalense Infante D. Henrique

Eugénia Maria Costa Ribeiro

Literacia Financeira

Estudo aplicado aos alunos do 3º Ciclo do Ensino Básico e Secundário

Dissertação de Mestrado em Finanças

Trabalho realizado sob a orientação: Professor Doutor Luís Pacheco



Porto, novembro de 2013

Agradecimentos

A todos os amigos e familiares que me incentivaram para que não desistisse e pelo carinho que me dedicaram e compreensão pela minha ausência.

Ao Professor Doutor Luís Pacheco pelo interesse que manifestou e a responsabilidade que assumiu ao aceitar a orientação desta dissertação. Pelas críticas apontadas que levaram a melhorias no trabalho final, bem como, pelo empenho e toda a ajuda prestada.

Agradeço aos inquiridos que participaram neste estudo, pois sem a sua colaboração este trabalho não seria possível.

Aos meus colegas de trabalho pelo apoio prestado, imprescindível para a concretização deste estudo.

Pelo caminho longo e solitário, deparei-me com o auxílio de várias pessoas, que me deram o seu contributo, ajuda essa que muito agradeço.

A minha profunda gratidão a todas as pessoas que direta ou indiretamente tornaram esta dissertação possível.

Resumo

Num mundo cada vez mais complexo devido ao elevado número de produtos financeiros, as pessoas necessitam de estar devidamente preparadas para lidar com essas situações caso queiram adquirir algum bem ou serviço. As decisões de investimento não são simples e as alternativas à poupança não são fáceis para a maioria da população. A formação financeira influencia nas decisões tanto ao nível do consumo como do investimento, na medida em que pessoas melhor formadas financeiramente tomam decisões mais acertadas. A pesquisa foi realizada com alunos duma Escola Secundária do concelho de Matosinhos, sendo efetuado um questionário que requiere conhecimentos básicos sobre finanças. Este estudo prende-se com a consciencialização sobre a necessidade de formação nesta área, porque permite uma melhor qualidade de vida às pessoas e um país mais sustentável a nível económico e financeiro.

Palavras-chave: educação financeira, literacia financeira, independência financeira, cultura financeira, qualidade das decisões financeiras, alfabetização, formação, poupança, endividamento, reforma.

Abstract

In a world increasingly complex due to the high number of financial products, people need to be adequately prepared to handle these situations if they want to acquire some good or service. Investment decisions are not simple fond alternatives to savings are not easy for most people. The formation influences the financial decisions both in terms of consumption and investment, because people trained make better decisions. The survey was conducted with students of a Secondary School from Matosinhos. The questionnaire requires basic knowledge of finance. This study deals with awareness of the need for training in this area because it allows a better quality of life to people and a more sustainable country in economic and financial terms.

Keywords: financial education, financial literacy, financial independence, financial literacy, quality of financial decisions, literacy training, savings, debt, reform.

Índice Geral

Resumo	3
Abstract	4
Índice Geral	5
Índice de Gráficos	7
Índice de Quadros	10
Lista de Abreviaturas e Siglas	11
1. Introdução	13
2. Conceito de Literacia Financeira	15
2.1. Iniciativas para a promoção da literacia financeira	16
2.2. Crédito, endividamento e poupança no nível de rendimentos das Famílias Portuguesas	21
2.2.1. Crédito e endividamento	21
2.2.2. Causas e efeitos do Endividamento das Famílias Portuguesas	22
2.2.3. Riqueza Financeira	24
2.2.4. Dívida	25
2.2.5. Considerações finais	26
3. Importância da Literacia Financeira na gestão das finanças pessoais	31
4. Educação/Literacia Financeira	37
4.1. Relevância da Educação Financeira	37
4.1.1. Benefícios da Educação financeira	37
4.1.2. Cultura Financeira	38
4.1.3. Como Poupar	40
4.1.4. Como Investir	41
4.2. As Aplicações Financeiras/Bancárias dos Portugueses	42

4.3. Envolvimento dos Bancos Centrais e reguladores financeiros (BDP; EBA; BCE; CMVM; ISP)	47
4.3.1. Banco de Portugal	47
4.3.2. Autoridade Bancária Europeia	50
4.3.3. Banco Central Europeu	51
4.3.4. Comissão de Mercado de Valores Mobiliários	53
4.3.5. Instituto de Seguros de Portugal	54
4.4 . Promoção da Literacia Financeira pelas Instituições de Crédito	54
5. Trabalho Empírico	58
5.1. Investigação	58
5.2. Instrumentos de Pesquisa	60
5.3. Enquadramento Geográfico e Institucional	61
5.4. Análise e Discussão dos Resultados	62
5.4.1. Estatística Descritiva	62
5.4.2. Estatística Inferencial	100
6. Reflexão das medidas a tomar para a promoção da literacia financeira	112
7. Conclusão	117
8. Referências Bibliográficas	118
9. Anexo 1	122
9.1. Inquérito por Questionário aos estudantes	123

Índice de Gráficos

Gráfico n° 1 - Consumo privado (volume) - t.v.h. - Área Euro	22
Gráfico n° 2 – Dos Empréstimos concedidos a Particulares – Famílias – Total	26
Gráfico n° 3 – Indicador Mensal da Poupança das Famílias Portuguesas	27
Gráfico n° 4 – Da Taxa de Poupança dos Particulares (em % do rendimento Disponível)	29
Gráfico n° 5 – Número de desempregados em Portugal	34
Gráfico n° 6 – Taxa de desemprego total – Portugal	35
Gráfico n° 7 - Depósitos de Particulares em OIFM - tva – Portugal	44
Gráfico n° 8 - Depósitos com prazo acordado de Particulares em OIFM - tva– Portugal	45
Gráfico n° 9 – Aplicação das Poupanças das Famílias Portuguesas	46
Gráfico n° 10 – Sexo	63
Gráfico n° 11 - Ano do Curso	65
Gráfico n°12 – Idade	67
Gráfico n° 13 - Grau de escolaridade do Pai	68
Gráfico n° 14 - Grau de escolaridade da Mãe	70
Gráfico n° 15 - Mesada/Semanada	71
Gráfico n° 16 - Conta de depósito no banco	72
Gráfico n° 17 - Durante a infância e adolescência os pais falaram sobre como ganhar dinheiro	73
Gráfico n° 18 - Durante a infância e adolescência os pais falaram sobre como poupar dinheiro	74
Gráfico n° 19 - Durante a infância e adolescência os pais falaram das razões para poupar dinheiro	75

Gráfico nº 20 - Durante a infância e adolescência os pais falaram de como planejar despesas	76
Gráfico nº 21 - Durante a infância e adolescência os pais falaram de como evitar o sobreendividamento	77
Gráfico nº 22 - Durante a infância e adolescência os pais falaram sobre os juros a suportar quando se contrai um empréstimo	78
Gráfico nº 23 - Durante a infância e adolescência os pais falaram sobre para que serve uma conta de depósito	79
Gráfico nº 24 - Durante a infância e adolescência os pais falaram sobre o que é um cartão de crédito	80
Gráfico nº 25 - Durante a infância e adolescência os pais falaram sobre o que é um cartão de débito	81
Gráfico nº 26 - Durante a infância e adolescência os pais falaram sobre o que é uma conta poupança	82
Gráfico nº 27 - Durante a infância e adolescência os pais falaram sobre o que é um <i>spread</i>	83
Gráfico nº 28 - Durante a infância e adolescência os pais falaram sobre o que é um cheque	84
Gráfico nº 29 - Durante a infância e adolescência os pais falaram sobre o que é a <i>Euribor</i>	85
Gráfico nº 30 - Na escola estes assuntos foram abordados pelos teus professores	86
Gráfico nº 31 - Sabes em que consiste um plano poupança reforma	87
Gráfico nº 32 - Sabes o que é um <i>spread</i>	88

Gráfico n° 33 - Sabes o que é a <i>Euribor</i>	89
Gráfico n° 34 - É importante que pais e escola ensinem os jovens a lidar com o dinheiro para que sejam capazes de planificar as suas despesas	90
Gráfico n° 35 - É importante que pais e escola ensinem os jovens a lidar com o dinheiro para que sejam capazes de ultrapassar as dificuldades financeiras	91
Gráfico n° 36 - É importante que pais e escola ensinem os jovens a lidar com o dinheiro para que sejam capazes de decidir enquanto consumidores	92
Gráfico n° 37 - É importante que pais e escola ensinem os jovens a lidar com o dinheiro para que sejam capazes de entender o mundo em que vivem	93
Gráfico n° 38 - Ao pensares nos teus bens, nas tuas dívidas e nas tuas poupanças, como classificas a tua satisfação quanto à tua situação financeira	94
Gráfico n° 39 - Quando pensas em potenciais investimentos financeiros, como classificas o teu à vontade para correr riscos	95
Gráfico n° 40 - Compara as despesas com os teus rendimentos (semanada/mesada)	96
Gráfico n° 41 - Estás a poupar algum dinheiro para o teu futuro	97
Gráfico n° 42 - Nos últimos doze meses, o teu rendimento sofreu alguma diminuição	98
Gráfico n° 43 - Nos últimos doze meses, o rendimento dos teus pais sofreu alguma diminuição	99

Índice de Quadros

Quadro nº 1 - Taxa de Poupança dos Particulares (em % do rendimento disponível)	
- Portugal	28
Quadro nº 2 - Número de desempregados em Portugal	33
Quadro nº 3 - Taxa de desemprego total – Portugal	34
Quadro nº 4 - Depósitos de Particulares em OIFM - tva – Portugal	43
Quadro nº 5 - Depósitos com prazo acordado de Particulares em OIFM - tva – Portugal	44
Quadro nº 6 - Taxa de rendibilidade de OT a taxa fixa, por prazo residual 10 anos	45
Quadro nº 7 – Sexo	63
Quadro nº 8 - Ano do Curso	65
Quadro nº 9 - Idade	66
Quadro nº 10 - Grau de escolaridade do Pai	68
Quadro nº 11 - Grau de escolaridade da Mãe	69
Quadro nº 12 – Correlação entre a idade e tens alguma conta de depósito no banco	100
Quadros nº 13 – Sexo * Sabes em que consiste um plano poupança reforma	101
Quadros nº 14 – Sexo * Sabes o que é um spread?	103
Quadros nº 15 – Sexo * Sabes o que é a Euribor?	105
Quadros nº 16 – As diferenças entre sexo masculino e feminino ao nível de satisfação quanto à situação financeira	108
Quadros nº 17 – As diferenças entre o nível de instrução dos Pais	110

Lista de Abreviaturas e Siglas

APB – Associação Portuguesa de Bancos

ASFAC - Associação de Instituições de Crédito Especializado

ASIC – *Australian Securities and Investments Commission*

BCP – Banco Comercial Português

BES – Banco Espírito Santo

BdP – Banco de Portugal

CE – Comissão Europeia

CGD – Caixa Geral dos Depósitos

CMVM – Comissão de Mercado de Valores Mobiliários

CNSF – Conselho Nacional Supervisores Financeiros

EDFE – *European Database for Financial Education*

EGFE – *Expert Group on Financial Education*

ETFS – *Exchange Traded Funds*

FSA – *Financial Services Authority*

FRBD – *Federal Reserve Board*

HFCS – *Household Finance and Consumption Survey*

IEFP – *Institut Pour l'Education Financière du Public*

IIMV – Instituto Iberoamericano de Mercados de Valores

IOSCO/OICV – Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados

ISFF – Inquérito Situação Financeira das Famílias

ISP – Instituto de Seguros de Portugal

MCEETYA – *Ministerial Council on Education - Employment, Training and Youth Affairs*

NSGFE – *National Steering Group on Financial Education*

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PNFF – Plano Nacional de Formação Financeira

PPR – Planos Poupança Reforma

RC – *Retirement Commission*

SFAC – Sociedades Financeiras Aquisições a Crédito

SPM – Sociedade Portuguesa de Matemática

UA – Universidade de Aveiro

UE – União Europeia

1 – INTRODUÇÃO

A Literacia Financeira é hoje indispensável aos cidadãos para que possam atuar nos mercados financeiros de uma forma mais segura e responsável.

No mundo globalizado em que vivemos, a maior integração financeira e, também, os avanços tecnológicos, provocaram um aumento muito significativo dos produtos financeiros. Produtos muito atrativos, mas muito complexos e com um grande grau de risco, nem sempre visível aos consumidores, o que obriga a que o cidadão se encontre informado para, em consciência, tomar decisões e fazer escolhas racionais, que minimizem o seu sobreendividamento.

Uma prevenção do sobreendividamento exige uma intervenção concertada, em vários setores, quer sobre os devedores, quer sobre os credores.

A educação financeira no caso dos jovens é uma prioridade absoluta, pois são agentes economicamente ativos da nossa sociedade e constituem um potencial ativo para as instituições financeiras. Estes adolescentes têm que ser formados para as questões económicas e financeiras, de forma a adquirirem uma relação saudável com o dinheiro, competências para poupar e planear as suas despesas e tomar decisões e fazer escolhas financeiras, sem grandes oscilações económicas ao longo das suas vidas.

Esta dissertação pretende estudar a população escolar sobre o seu nível de literacia financeira, de forma a orientar a nossa atenção para as lacunas existentes no nosso ensino, e alertar para o tipo de formação a fornecer-lhes, de forma a serem ultrapassadas essas limitações, tornando-os pessoas responsáveis financeiramente.

Neste trabalho procuramos obter resposta às seguintes questões:

- 1 – Os alunos são capazes de gerir as suas finanças?
- 2 – Os alunos possuem hábitos de poupança?
- 3 – Os alunos conhecem a linguagem financeira?

O trabalho encontra-se dividido em sete capítulos principais:

- No 1º capítulo faz-se uma introdução do tema onde é apresentado o trabalho.
- No 2º capítulo inicia-se com a definição em termos teóricos do conceito de literacia financeira.

- No ponto 2.1. mencionam-se as iniciativas para a promoção da literacia financeira em execução por um conjunto de países.
- No ponto 2.2. analisa-se o crédito, endividamento e poupança no nível de rendimentos das Famílias Portuguesas obtido através de um inquérito sobre a situação financeira das famílias.
- No 3º Capítulo refere-se a importância da literacia financeira na gestão das finanças pessoais, contextualizando o tema e a sua relevância.
- No 4º Capítulo menciona-se o que se entende por educação e literacia financeira e as vantagens que o indivíduo e o país usufruem em implementar formação neste domínio.
- No ponto 4.1 fala-se da importância da educação financeira na formação dos cidadãos e tudo o que a caracteriza.
- No ponto 4.2 refere-se as aplicações financeiras/bancárias das famílias portuguesas.
- No ponto 4.3 faz-se o envolvimento dos Bancos Centrais e reguladores financeiros (BDP; BCE; EBA; CMVM; ISP) no incentivo a práticas educativas, bem como o registo de experiências internacionais.
- No ponto 4.4 fala-se da participação das instituições de crédito portuguesas sobre a promoção da Literacia Financeira, com ações em curso, de forma a facultarem formação e desenvolverem um maior esclarecimento da população.
- No 5º capítulo elabora-se a apresentação e análise da aplicação do questionário, onde serão descritos os passos que se deram junto da população escolar, de forma a obter o nível de literacia financeira; São analisados os resultados obtidos, onde são referidos os dados obtidos através do questionário sobre o nível de literacia financeira da população escolar, bem como, retiradas as possíveis conclusões.
- No 6º capítulo faz-se uma reflexão das medidas a tomar para a promoção da literacia financeira, que poderão ser aplicadas na superação das dificuldades existentes, detetadas pela aplicação do questionário.
- No 7º e último capítulo são apresentadas as considerações gerais.

2 - CONCEITO DE LITERACIA FINANCEIRA

A análise do estudo central deste trabalho, construído em termos de literacia financeira, apenas poderá ser amplamente compreendido se devidamente enquadrado e situado no conjunto de transformações sociais que têm vindo a ter lugar na sociedade contemporânea.

A definição de **LITERACIA FINANCEIRA** mais conhecida é entendida como “a capacidade de fazer julgamentos informados e tomar decisões concretas tendo em vista a gestão do dinheiro” (Schangen, 1997)

O conceito de literacia financeira começou a vulgarizar-se principalmente a partir da última década do século passado, devido à falta de conhecimentos financeiros dos indivíduos, o que os tornava inaptos para lidar com as suas questões financeiras de uma forma correta. A expressão iliteracia financeira aparece para designar essa falta de conhecimentos, aptidões e atitudes para gerir e tomar decisões corretas, quanto às suas finanças.

Durante o século passado já existiam preocupações em formar indivíduos com competências para lidar com as suas finanças, particularmente nos períodos de crises económicas e sociais¹.

Nos países desenvolvidos, seja porque os níveis de iliteracia da generalidade das populações se agravaram, porque os sistemas financeiros se tornaram mais complexos, porque os sistemas de pensões de reforma desenvolvidos durante todo o século apresentaram os primeiros sinais de rotura, ou pela conjugação de todos estes fatores, este défice da capacidade individual para lidar com as suas finanças pessoais foi considerado como uma ameaça para a estabilidade e o desenvolvimento económico e social, e a literacia financeira entrou na lista de preocupações dos governos e de organizações internacionais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, (OCDE) e a Comissão Europeia, (CE).

Na generalidade dos países, estas ações são lideradas por autoridades financeiras. Diretamente pelo próprio departamento/ministério governamental responsável pelas finanças, pelas autoridades reguladoras ou novas entidades criadas por estes. Apresentamos a seguir um pequeno número de algumas dessas iniciativas.

¹ Fonte: ASFAC; I Conferência Nacional de Educação Financeira; setembro, 2011

2.1. Iniciativas para a promoção da literacia financeira

Nos **EUA**, em 1997 é criada a Jump\$tart Coalition for Financial Literacy, que agrega um grande número de organizações que se dedicam à promoção da literacia financeira. Existe um grande número de organizações não governamentais no terreno com as mais diversas iniciativas e nos últimos anos existe uma intensa atividade e coordenação ao nível governamental: dos governos estaduais, da Reserva Federal, do Departamento do Tesouro e, mesmo ao nível da Presidência, o Presidente Bush criou em janeiro de 2008 o President’s Advisory Council On Financial Literacy, constituído por 16 personalidades e presidido por Charles R. Schwab, com o objetivo de melhorar a literacia financeira de todos os americanos, que dinamiza várias iniciativas de âmbito nacional e em janeiro de 2009 apresenta o “2008 Annual Report To The President”.

Foi compilado o National Standards in K-12 Personal finance Education (Jump\$tart, 2007) organizado por nível escolar, como referência para o enquadramento dos programas de educação financeira a desenvolver. De acordo com essa referência, a Literacia Financeira é a capacidade para usar os conhecimentos e as competências (*skills*) para gerir eficazmente os seus recursos financeiros de forma a garantir a segurança financeira ao longo da vida. (Jump\$tart, 2007). Foram criados vários portais e produzidos vários programas de educação financeira de referência com os respetivos manuais (FRBD, 2008), (Suiter, 2008), e disponibilizados em acesso livre na internet para serem usados pela comunidade: professores, promotores e estudantes. Foram desenvolvidas várias iniciativas para promover a adoção de programas de educação financeira nas escolas e programas de formação de professores para a educação financeira.

Em **Inglaterra**, no ano de 2003, a Financial Services Authority (FSA) assumiu a liderança do National Strategy for Financial Capability (www.fsa.gov.uk/financialcapability), a qual tem desenvolvido intensa atividade. Realizou imensos estudos sobre este assunto, estabeleceu parecerias, definiu planos de ação e tem coordenado toda a atividade no desenvolvimento da educação financeira, no Reino Unido, nomeadamente a produção de materiais e a inclusão da educação financeira nos currículos escolares. Há indicações para que a educação financeira seja obrigatória nas escolas inglesas. Criou e mantém o portal Moneymadeclear (www.moneymadeclear.fsa.gov.uk) com informação sobre tudo o que tem a ver com questões financeiras.

Atualmente, aparece também na literatura o termo *financial capability*, introduzido em Inglaterra pela FSA-Financial Services Authority quando inicia a *national strategy on financial capability* em 2003.²

No caso da **Nova Zelândia**, o processo é coordenado pela autoridade responsável pelo sistema de pensões (Retirement Commission), que criou o Centre for Financial Literacy. Há várias iniciativas no terreno, nomeadamente a introdução da educação financeira nos currículos escolares. Em 2008 foi apresentado o National Strategy for Financial Literacy (RC, 2008). De acordo com estas referências, literacia financeira é a aptidão para fazer julgamentos informados, e tomar decisões adequadas relativamente ao uso e gestão do dinheiro (RC, 2008 – p9). Criou-se o portal Sorted de apoio às escolas, professores e estudantes (www.sorted.org.nz/) e o portal KiwiSaver de apoio à poupança e planos de pensões de reforma (www.kiwisaver.govt.nz/).

Na **Austrália**, o governo criou o Financial Literacy Foundation em junho de 2005 e em julho de 2008 transferiu as suas funções para a Australian Securities and Investments Commission (ASIC), o organismo governamental responsável pela defesa do consumidor para os produtos financeiros. Criou o portal Understanding Money (www.understandingmoney.gov.au) onde são disponibilizados conteúdos de apoio a programas de educação financeira. De acordo com estas referências: *Consumer and financial literacy is the application of knowledge, understandings, skills and values in consumer and financial contexts and the related decisions that impact on self, others, the community and environment*³. (MCEETYA, 2005). Foi produzido um National Consumer and Financial Literacy Framework (MCEETYA, 2005), que apresenta o enquadramento dos conhecimentos e competências de referência para os programas de educação financeira, organizado por nível escolar.

Muitas destas iniciativas eram dirigidas a públicos jovens, antes de ingressarem na vida ativa, como forma de os habilitar para uma vida ativa, com maiores garantias de estabilidade e segurança financeira para as suas famílias.

² “Financial Capability is about: being able to manage money; keeping track of your finances; planning ahead; choosing financial products; and staying informed about financial matters” (FSA, 2009).

“Capacidade Financeira é sobre: ser capaz de gerir o dinheiro, manter o controle das suas finanças; planejar com antecedência, escolhendo produtos financeiros, e ficar informado sobre questões financeiras” (FSA, 2009).

³ “Alfabetização financeira do consumidor é a aplicação de conhecimentos, compreensões, competências e valores em contextos de consumo e financeiros e as decisões relativas aos que têm impacto sobre si mesmo, sobre os outros, na comunidade e no meio ambiente.” (MCEETYA, 2005).

Algumas destas iniciativas eram dirigidas a grupos carenciados ou em risco, como forma de os habilitar a saírem (ou não caírem) nas situações de carência pelos seus próprios meios.

No **Canadá**: Literacia financeira significa estar apto a entender realmente o dinheiro e as questões financeiras, como “ler e escrever” na linguagem dos euros (dólares) e dos cêntimos. Significa ter conhecimentos e competências (skills) do dinheiro, e estar apto a aplicá-las. Significa estar apto a tomar decisões sábias acerca do dinheiro e planear para o futuro (TheMoneyBelt, 2008).

Na **Irlanda**, a coordenação do plano nacional está a cargo do Financial Regulator. Em dezembro de 2006 formou o National Steering Group on Financial Education (Steering Group), em que estão representados um largo conjunto de *stakeholders* com interesses e funções na educação e finanças pessoais.

Em fevereiro de 2009 criam o portal www.financialcapability.ie, onde está reunida toda a informação, as atividades, estudos e materiais produzidos neste programa. Foi criado o *Financial Competency Framework*, (NSGFE, 2008) enquadramento e competências de referência para os programas de educação financeira. Este documento aparece já como uma referência na Europa (NSGFE, 2008). No relatório do seu 2º encontro, em abril de 2009, o Expert Group on Financial Education (EGFE, 2009) recomenda a sua adoção pela UE. Foi produzido ainda um importante documento que propõe mapeamentos do Financial Competency Framework para o currículo de algumas disciplinas *Personal Finance Education: A curriculum mapping* (Honan, 2008). Foi criado e mantém-se o portal *It's your money* (<http://www.itsyourmoney.ie>).

Em **França**, a coordenação está a cargo do L'Institut Pour l'Éducation Financière du Public (IEFP). Foi criado o portal *Lafinanceportous* (<http://www.lafinanceportous.com>). Foi seguidamente realizada uma conferência em parceria com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE): *OECD-IEFP Symposium on Financial Education*, que teve lugar em março de 2009 em Paris. Em maio de 2009, foi assinado um programa quadro com o Ministério da Educação para o desenvolvimento da educação financeira nas escolas.

Em **Espanha**, a coordenação e promoção do plano nacional, está entregue ao Banco de Espanha e à Comisión Nacional del Mercado de Valores. Em maio de 2008 foi apresentado o “*Plan de Educacion Financiera 2008-2012*” (BE e CNMV, 2008).

Na **Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)**, depois de criar um departamento para a Educação Financeira, publica em 2005 dois documentos de referência, “*Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies*” e “*Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness*”.

Promove a realização de várias conferências (OECD Conference on Financial Education – 21-22/09/06 New Delhi; G8 International Conference on Improving Financial Literacy – 29-30/11/06, Moscow; The Inaugural New Zealand Symposium on Financial Literacy - Wellington, 01/12/06; International Seminar on Awareness and Education relative to Risks and Insurance Issues- 13/04/07, Istanbul; OECD/US Treasury International Conference on Financial Education, 7-8/05/08, Washington DC; OECD-Bank Indonesia International Conference on Financial Education – 21-22/10/08; OECD-IEFP Symposium on Financial Education, 20/05/09, Paris;), cria o portal EGFE – International Gateway for Financial Education, e publica o primeiro número de revista International Financial Education News em setembro de 2008.

Na **União Europeia**, a Comissão cria em 2007 o departamento Financial Education, realiza a conferência “*Increasing Financial Capability*” em março de 2007 e em dezembro de 2007 apresenta a Comunicação em Educação Financeira. Este documento faz uma breve análise da situação e define em oito princípios um conjunto de recomendações aos estados membros.

No portal **Dolceta** (<http://www.dolceta.eu>) – que se destina à “educação do consumidor através da internet” é criada uma área para os produtos financeiros. Este portal apresenta todos os seus conteúdos nas diferentes línguas da União Europeia.

A Comissão Europeia (CE) cria o Expert Group on Financial Education (EGFE) em abril de 2008. Os 25 estados membros são escolhidos em agosto de 2008 e o 1º encontro realiza-se em outubro de 2008, que produz o relatório: *National Strategies for Financial Education* (EGFE, 2008). Em abril de 2009 realiza o 2º encontro: *The financial crisis and financial education* (EGFE, 2009).

Em junho de 2008, a Comissão define as condições de patrocínio a iniciativas dos estados membros para eventos que promovam a educação financeira. (http://ec.europa.eu/internal_market/finservices-retail/capability).

Em novembro de 2008 o Parlamento Europeu aprova a resolução “*Protecting the consumer: Improving consumer education and awareness on credit and finance*” – INI/2007/2288.

Cria a European Database for Financial Education (EDFE) em janeiro de 2009 (http://ec.europa.eu/internal_market/fesis).

Noutros Países são referidos exemplos de muitas outras iniciativas de âmbito nacional, nomeadamente a República Checa introduziu a educação financeira nos programas escolares em setembro de 2009, depois de um período experimental que se iniciou em 2007 (EGFE, 2009). Também a Holanda, a Itália, a Hungria, a Alemanha surgem como exemplos em que está a ser definida uma estratégia nacional, e com algumas iniciativas de referência.

Em **Portugal**, só recentemente se encontram referências a iniciativas com significado pelas autoridades governamentais. Apenas no seu relatório de atividades de 2008 o Banco de Portugal refere que “iniciou em 2008 a preparação do lançamento de um inquérito à literacia financeira da população portuguesa” (BdeP, 2009) como iremos ver no capítulo 4.1..

O conceito de literacia financeira vai para além dos conhecimentos financeiros, habitualmente associados à gestão das finanças pessoais, envolvendo também a forma como esses conhecimentos afetam os comportamentos e atitudes de cada um de nós, no momento em que tomamos decisões.

Esta falta de literacia financeira é considerada uma ameaça para a sustentabilidade dos sistemas financeiros e económicos, na generalidade dos países.

Uma outra forma de abordar esta temática, talvez até mais importante do que a definição de **literacia financeira**, é o de saber o que se entende por **educação financeira**.

Definição da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)

“A **educação financeira** é o processo mediante o qual os indivíduos adquirem uma melhor compreensão dos conceitos e produtos financeiros e desenvolvem as habilidades necessárias para tomar decisões informadas”.(OCDE, 2005b – p13)

Em 2003, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) iniciou um projeto intergovernamental, com o objetivo de proporcionar meios para melhorar a educação financeira e padrões de alfabetização financeira através de princípios comuns de literacia financeira. Em março de 2008 a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) lançou International Gateway de

Educação Financeira que serve como uma central de programas de educação financeira, informação e pesquisa a nível mundial.

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) recomenda aos países membros promoverem a educação financeira de uma forma justa, de forma a que se desenvolvam as competências financeiras dos indivíduos, baseadas em informações e instruções apropriadas, isentas de interesses particulares.

A educação financeira já faz parte da agenda de vários países, que estão cada vez mais atentos para a importância de elevar os níveis de compreensão dos instrumentos financeiros por parte da população. Austrália, Japão, Estados Unidos, Reino Unido, Nova Zelândia são alguns exemplos.

2.2. Crédito, endividamento e poupança no nível de rendimentos das Famílias Portuguesas

2.2.1. Crédito e endividamento

Neste momento em que o país atravessa uma crise, muitas empresas e famílias encontram-se com dificuldades em pagar os seus créditos.

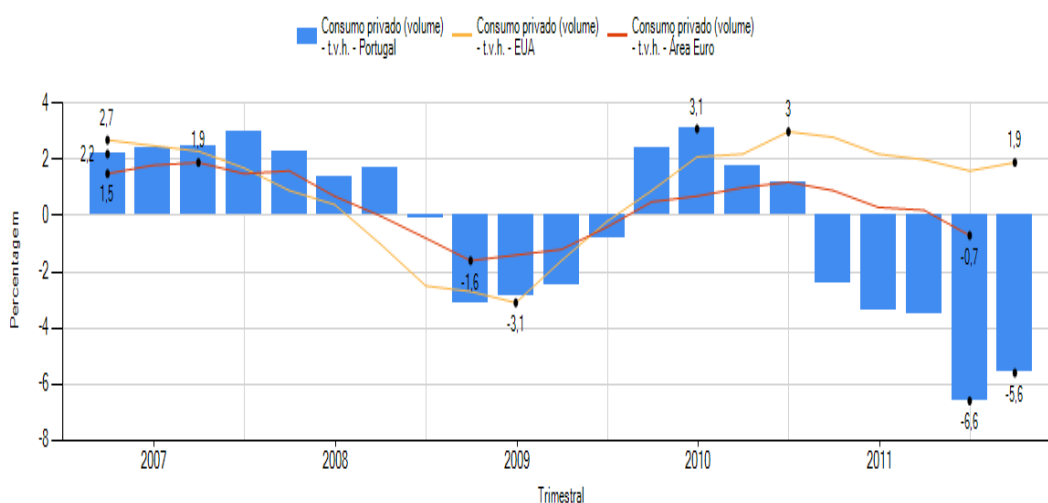
O desemprego, a diminuição dos salários reais e o maior endividamento das famílias estão associados à falta de liquidez e de solvabilidade das famílias portuguesas.

O grande problema associado ao consumismo e o endividamento por parte das famílias, muitas vezes para satisfazerem as suas necessidades recorrem com grande frequência a créditos ao consumo. O consumo sem regras sobrepõe-se ao esforço, à paciência para esperar e à poupança.

Fruto da publicidade habilidosa por parte das entidades, os portugueses vão pedindo empréstimos para comprar carros, roupas, eletrodomésticos, férias etc., sem que analisem devidamente, o seu retorno e o custo inerente ao endividamento. Este cenário põe em risco as famílias, mas também a economia em que estão inseridas. Apesar da maioria das pessoas sentirem a crise e de todas as consequências que dela podem resultar, alguns ainda não a sentiram, nem têm plena consciência dos seus efeitos reais. É importante que os portugueses sejam racionais no ato de consumir.

A realidade portuguesa exige que façamos uma reflexão e distingamos entre endividamento excessivo que acontece por uma quebra do rendimento do consumidor, e o endividamento excessivo originado pela mera negligência do consumidor. Esta situação é muitas vezes provocada por uso excessivo dos cartões de crédito, pois muitos consumidores possuem mais do que dois empréstimos⁴.

Gráfico n° 1 - Consumo privado (volume) – taxa de variação homóloga - Área Euro



Fonte: Banco de Portugal e Instituto Nacional Estatística (Contas Nacionais Trimestrais do INE)

2.2.2. Causas e efeitos do Endividamento das Famílias Portuguesas

A banca a fim de conseguir obter vantagens no mercado, facilitou o processo de obtenção de crédito, não avaliando na sua plenitude o risco dos clientes. A integração na zona euro, a estabilidade de preços e das taxas de juro e a democratização do crédito, são os fatores que explicam, o crescente endividamento das famílias.

O Inquérito à Situação Financeira das Famílias (ISFF), realizado em 2010, insere-se no projeto europeu *Household Finance and Consumption Survey* (HFCS), que tem como objetivo caracterizar as famílias dos vinte e sete países da União Europeia. Em Portugal, a realização deste inquérito foi da responsabilidade do Banco de Portugal e do Instituto Nacional de Estatística.

⁴ Fonte: Banco Portugal

A riqueza líquida média dos 10% de famílias com maior rendimento é 7 vezes superior à riqueza líquida dos 20% com menor rendimento, de acordo com o ISFF.

Os resultados obtidos nesse inquérito, indicam que 13% das famílias endividadas têm encargos com a dívida superiores a 40% do seu rendimento, e cerca de 25% das famílias têm hipoteca sobre a sua residência principal. Indicam também uma preponderância dos ativos reais (88%) face aos ativos financeiros (12%). O maior do valor dos ativos reais é constituído pelo valor da residência principal, enquanto as contas de depósitos a prazo são os ativos financeiros com maior peso para as famílias, representando quase 60% da riqueza financeira.

Quase 40% das famílias estão endividadas, sendo que cerca de 25% das famílias têm hipotecas sobre a sua residência principal.

Para o conjunto das famílias endividadas, o valor mediano do rácio entre o serviço da dívida e o rendimento monetário mensal é de 16%. A percentagem de famílias em que este rácio é superior a 40%, valor geralmente considerado como crítico, é de cerca de 13%. Este rácio é decrescente com o nível de rendimento, sendo especialmente elevado no caso das famílias endividadas da classe de rendimento mais baixa, para as quais é claramente ultrapassado o valor de 40%. Estas famílias têm, no entanto, um peso muito reduzido no conjunto da população.

Com o objetivo de avaliar o impacto da crise económica e financeira sobre a situação financeira das famílias, o ISFF concluiu quanto à evolução da condição perante o trabalho e do património parece ser mais pessimista nos níveis médios de rendimento e riqueza líquida do que nos restantes.

A poupança das famílias é um determinante importante da riqueza líquida. O ISFF concluiu que a maior percentagem de famílias a poupar pertence às classes mais elevadas de rendimento e de riqueza líquida do que nas classes mais baixas.

As famílias foram questionadas sobre quais as medidas que tomaram para fazer face às despesas. A maioria das famílias respondeu que utilizou as suas poupanças. Nas classes de menores rendimentos e de riqueza líquida, cerca de metade das famílias mencionou ter recorrido a familiares e amigos. Nestas classes existe uma percentagem elevada de famílias, mais do que nas restantes, dizer que deixou algumas contas por

pagar. Na classe mais elevada de rendimento e riqueza líquida uma percentagem não negligenciável de famílias menciona ter recorrido ao crédito. Por fim as famílias foram questionadas sobre os motivos que os levava a poupar. Em todas as classes de rendimento e de riqueza líquida mais de metade das famílias refere que poupa para se prevenir contra acontecimentos imprevistos, o que aponta uma elevada importância da poupança por motivo de precaução. A acumulação de provisões para a velhice constitui o segundo motivo mais importante para a generalidade das famílias. Cerca ainda de trinta por cento das famílias refere poupar para financiar despesas de educação, sendo este motivo relativamente mais importante nas classes de rendimento e riqueza líquida mais altas. A poupança para deixar heranças ou para aquisição de casa própria são referidas por um número não negligenciável de famílias, sendo que o primeiro motivo é mais importante para as famílias mais ricas e o segundo para as famílias de menores rendimentos.

Mais de setenta por cento das famílias portuguesas são proprietárias da sua casa residência principal. Uma percentagem idêntica de famílias é proprietária de veículos motorizados. Ligeiramente menos de 30% das famílias detém outros imóveis.

Cerca de 8% das famílias são proprietárias de negócios em que têm participação ativa ou de outros ativos de valor.

A percentagem de famílias que detém qualquer um dos tipos, assim como o valor mediano desses ativos aumenta, de um modo geral, com o rendimento e a riqueza líquida da família assim como com o nível de escolaridade do indivíduo de referência e com o grau de qualificações e/ou responsabilidades da sua profissão.

2.2.3. Riqueza Financeira

O valor da riqueza financeira das famílias tem a seguinte distribuição: os depósitos à ordem têm um peso de cerca de 12% no total da riqueza financeira. Os depósitos a prazo são ativos com maior peso representando ligeiramente menos de 60% do total. Os depósitos a prazo, incluem para além de depósitos bancários, também o investimento das famílias em certificados de aforro. Os ativos transacionáveis, que incluem fundos de investimento, ações e outros títulos de dívida transacionáveis, diretamente detidos pelas famílias, tem um peso de cerca de 13% do total e o

investimento em planos voluntários de pensões, como por exemplo os PPR (Planos de Poupança Reforma), um peso próximo de 10%. Os outros ativos financeiros, os quais incluem nomeadamente as participações em negócios que não sejam sociedades anónimas e em que o agregado participe apenas como investidor, representam cerca de 6% da riqueza financeira das famílias.

2.2.4. Dívida

A dívida associada a hipotecas da residência principal do agregado representa cerca de 80% do valor da dívida total das famílias, as dívidas com hipotecas de outros imóveis cerca de 12%, os empréstimos não garantidos cerca de 7% e as restantes dívidas, entre as quais se incluem os cartões de crédito, as linhas de crédito e os descobertos bancários, cerca de 1%.

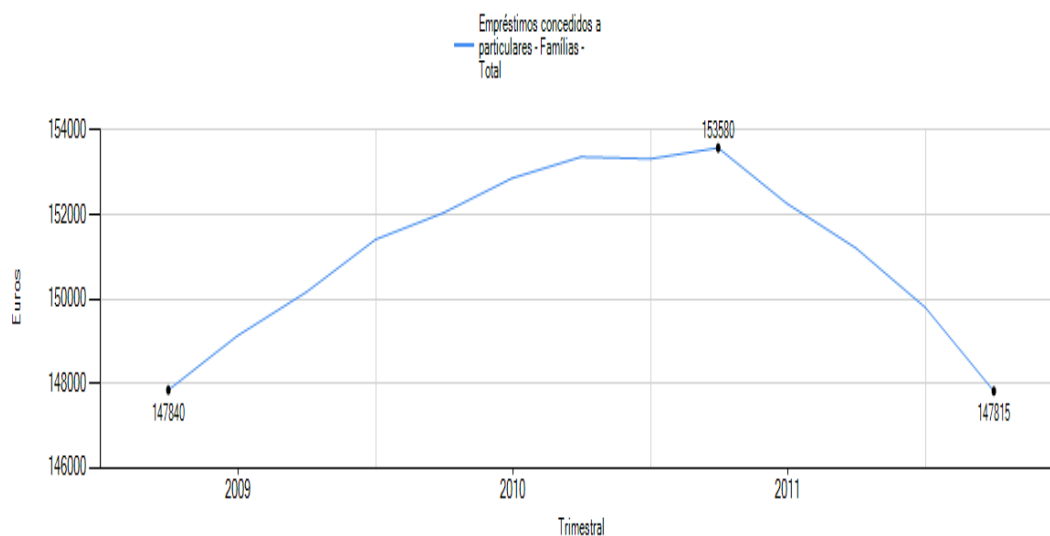
As hipotecas de residência principal assumem maior peso em famílias com níveis intermédios de rendimento e de riqueza líquida assim como no caso das famílias em que o indivíduo de referência é mais jovem, em que é trabalhador por conta de outrem ou está desempregado. Por sua vez, as hipotecas de outros imóveis têm um maior peso na dívida das famílias com maiores níveis de rendimento ou riqueza, nas famílias com indivíduos de referência mais velhos e que são trabalhadores por conta própria ou estão inativos. De entre as restantes dívidas, os empréstimos têm um maior peso para as famílias com menores níveis de rendimento ou riqueza líquida, enquanto dívidas associadas a cartões de crédito, linhas de crédito e descobertos bancários pesam mais no endividamento das famílias com maiores níveis de rendimento ou riqueza.

Segundo ISFF, cerca de 40% das famílias portuguesas estão endividadas. As hipotecas da residência principal abrangem cerca de 25% das famílias. Apenas cerca de 3% das famílias têm hipotecas de outros imóveis. As restantes dívidas têm como seria de esperar valores muito inferiores. Cerca de 13% das famílias têm empréstimos não garantidos e 7,5% dívidas associadas a cartões de crédito, linhas de crédito e descobertos bancários. A percentagem das famílias endividadas aumenta com o nível de rendimento.

Para o conjunto de famílias endividadas, o valor mediano do rácio entre o serviço da dívida e o rendimento mensal é de 16%.

E o rácio do serviço da dívida no rendimento monetário mensal é dado pelo quociente entre o valor total das prestações dos empréstimos, (garantidos e não garantidos por imóveis) pago mensalmente, multiplicado por 12, e o valor do rendimento monetário de carácter regular obtido pelo agregado e por cada um dos seus membros no ano anterior.

Gráfico 2 - Dos Empréstimos concedidos a particulares – Famílias – Total



Fonte: Banco de Portugal e Instituto Nacional Estatística

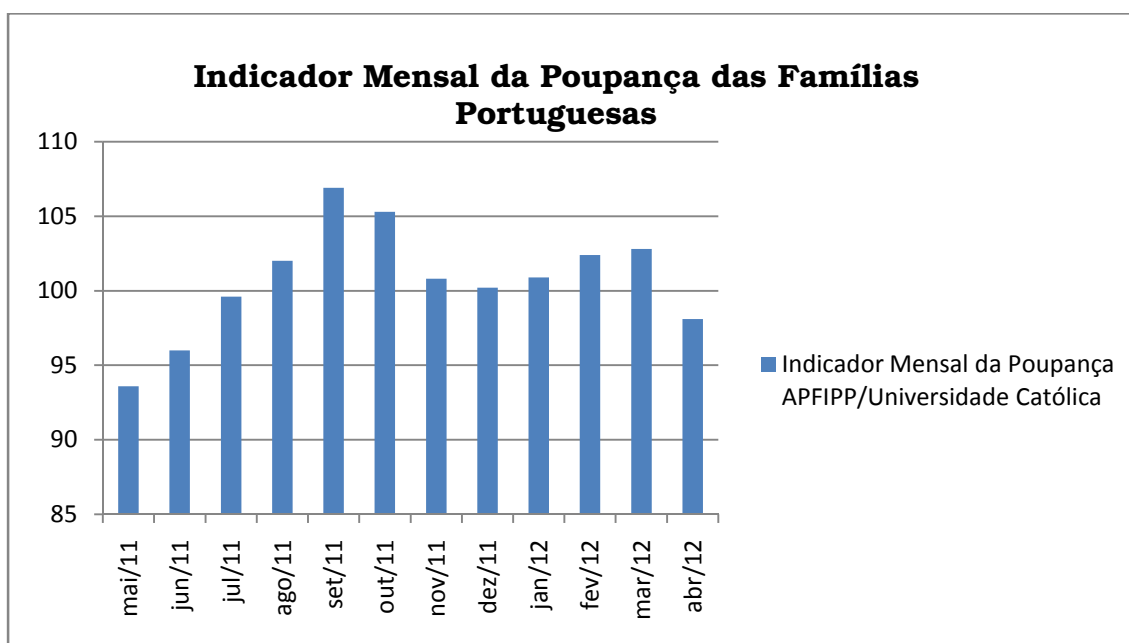
2.2.5. Considerações finais

A informação de carácter microeconómico é importante para a realização de estudos que analisem os mecanismos subjacentes ao comportamento das variáveis económicas, tais como, por exemplo, os estudos sobre a desigualdade na distribuição da riqueza, sobre o acesso ao crédito e restrições de liquidez ou sobre as consequências da inovação financeira no alisamento do consumo e nas decisões da carteira. O conhecimento aprofundado sobre estes assuntos é relevante para informar as decisões de política e a análise da estabilidade financeira.

Em geral, a informação microeconómica permite compreender melhor o comportamento das variáveis agregadas. Este tipo de informação permite ter em conta alguns agregados, tais como a riqueza sob a forma de negócios ou de alguns produtos financeiros específicos, que se concentram num pequeno grupo de indivíduos/famílias, cujo comportamento pode influenciar, por exemplo, os preços ativos. A informação

sobre os níveis de endividamento por categorias de famílias é muito útil para avaliar em que medida é que a acumulação de dívida em termos agregados se reflete em riscos para o crescimento do consumo e, em última análise, da atividade económica, ou para a estabilidade financeira. Por fim, os dados microeconómicos tornam possível a avaliação do impacto de choques macroeconómicos ou alterações de política nos diversos tipos de famílias em diferentes enquadramentos institucionais. Por exemplo, uma alteração na taxa de juro afeta de forma oposta devedores e aforradores. Assim, as suas consequências dependem da proporção de famílias endividadas, do nível do seu endividamento e do tipo de dívida que detêm, aspetos que só são conhecidos a partir de informação microeconómica. Este tipo de estudos é muito importante na zona euro, dada a existência de uma política monetária comum e enquadramentos nacionais muito diversificados⁵

Gráfico 3 – Indicador Mensal da Poupança das Famílias Portuguesa



Fonte: APFIPP/Universidade Católica

O indicador de poupança APFIPP/Universidade Católica procura antecipar a evolução da taxa de poupança das famílias portuguesas expressa em percentagem do PIB, corrigida da sazonalidade;

- A série inicia-se no ano 2000;

⁵ Fonte: <http://www.bportugal.pt/>

- O indicador é publicado na 2ª semana de cada mês;
- O indicador resulta da análise ao comportamento de um conjunto alargado de fontes estatísticas;
- Os valores divulgados estão sujeitos a revisões frequentes, sendo apresentados os valores estimados.
- O indicador assume o valor 100 no último trimestre de 2000 quando a taxa de poupança foi cerca de 8% do PIB. Assim cada 12,5 pontos do indicador representam cerca de 1% do PIB. Quando o indicador atinge o valor de 125 a poupança das famílias é cerca de 10% do PIB, por outro lado quando o indicador tiver valores na ordem de 75 a poupança das famílias atinge cerca de 6% do PIB.

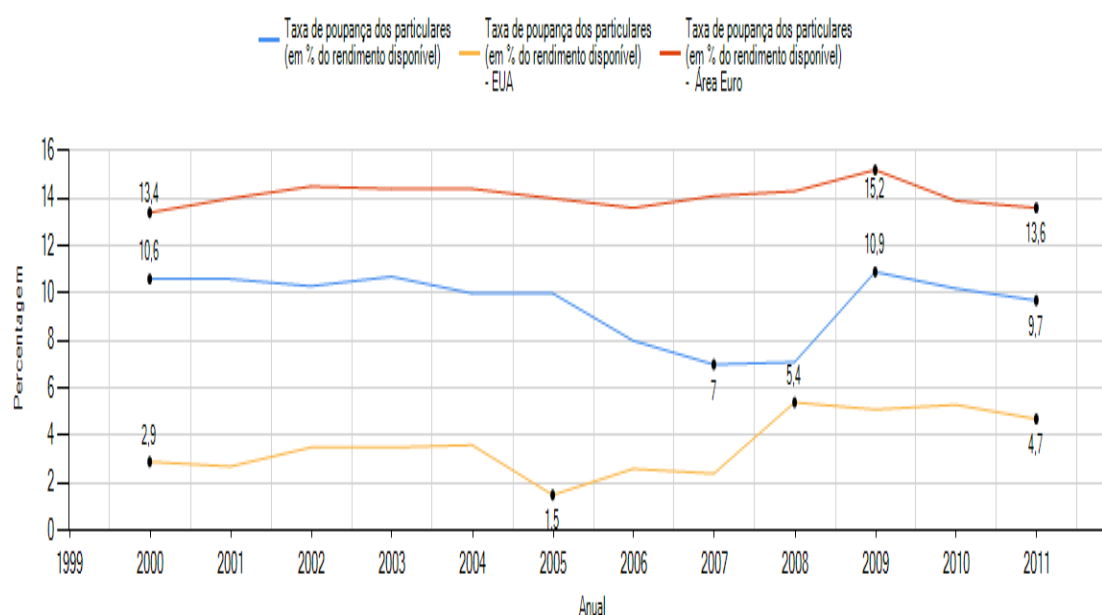
Historicamente, o indicador nunca atingiu valores inferiores a 75 ou superiores a 120. O indicador de poupança APFIPP/Universidade Católica registou um valor de 98,1 em abril de 2012, após 102,8 em março.

Quadro 1 - Taxa de poupança dos particulares (em % do rendimento disponível) – Portugal

Unidade de medida (Porcentagem)	Periodicidade (Anual)
9.7	2011
10.2	2010
10.9	2009
7.1	2008
7.0	2007
8.0	2006
10.0	2005
10.0	2004
10.7	2003
10.3	2002
10.6	2001
10.6	2000

Fonte: Banco de Portugal e Instituto Nacional Estatística

Gráfico 4 – Taxa de poupança dos particulares (em % do rendimento disponível)



Fonte: Banco de Portugal e Instituto Nacional Estatística

O quadro nº 1 e o gráfico nº 4 mostram o comportamento da taxa de poupança dos particulares (em % do rendimento disponível).

Entre os anos 2000 e 2005 a taxa de poupança em Portugal teve apenas ligeiras oscilações, à exceção do período de 2006 a 2008, em que teve uma queda mais acentuada voltando a crescer em 2009. Esta queda terá resultado do aumento da taxa de juro neste período, ao qual as famílias terão reagido, dado o elevado nível de endividamento, com a redução da poupança, em lugar de reduzirem o consumo.

Em 2009 deu-se um aumento dos depósitos a mais de dois anos, que se manteve em 2010, embora a importância deste prazo já tivesse aumentado um pouco em meados da década. Este aumento reflete, por um lado, a necessidade dos bancos obterem recursos estáveis que compensem as dificuldades de financiamento no mercado interbancário e, por outro lado, a fuga dos investidores de ações e dos fundos de investimento.

As taxas de juro baixas nos EUA, por sua vez, estimularam a redução da taxa de poupança das famílias americanas, o aumento do consumo e endividamento.

Em Portugal, a taxa de poupança das famílias coincidiu com o aumento da riqueza das famílias, esta relação sugere a existência de um efeito riqueza, isto é, o aumento da riqueza poderá ter provocado um aumento do consumo e, assim, contribuído para a diminuição da poupança.

As exigências de recapitalização dos bancos decorrentes da crise financeira internacional em 2007, suscitaram uma discussão em torno das taxas de juro dos depósitos. O mesmo se passou noutros países, cujo banco central do respetivo país penalizou os bancos que praticavam taxas de juro muito elevadas para atrair depósitos. Estas alterações têm efeitos sobre a composição da riqueza das famílias. O mesmo aconteceu na economia portuguesa, tendo o Banco de Portugal adotado medidas semelhantes⁶.

⁶ Fonte: Banco de Portugal | Boletim Estatístico

3 – Importância da Literacia Financeira na gestão das finanças pessoais

As pessoas com níveis elevados de literacia financeira são capazes de tomar decisões financeiras informadas, desde a gestão do seu orçamento, até ao planeamento de despesas e escolha de serviços e produtos financeiros adequados, passando pela aplicação das poupanças e o recurso ao crédito.

Uma das medidas a tomar na atual conjuntura económica é sensibilizar os cidadãos para a importância da poupança como forma de acumulação de riqueza necessária à satisfação dos objetivos de longo prazo, e não apenas para fins imediatos. Quanto ao acesso ao crédito, é importante sensibilizar a população para a adequada avaliação dos empréstimos com base na totalidade de encargos que lhe estão associados e também no perfil temporal das responsabilidades assumidas, em detrimento da ótica de curto prazo, que tende a realçar o valor mensal.

É também de extrema importância sensibilizar a população para a necessidade de comparação e avaliação prévias dos produtos e serviços bancários, com base em critérios objetivos.

Devido à grande complexidade de todas as questões financeiras, aconselha-se sempre o apoio de uma empresa de consultadoria financeira, a todos aqueles que possuam baixos níveis de literacia financeira.

A literacia financeira tem em vista, a sociedade possuir cidadãos instruídos e informados sobre temas e conceitos financeiros básicos e úteis, à gestão do dinheiro e orçamento, para que possam tomar decisões económicas e financeiras fundamentadas, sensatas e estáveis, que contribuam para a sua qualidade de vida e para a estabilidade macroeconómica. (Jorge, Ferreira, 2011)

Por um lado, a atual crise económica, veio demonstrar que o modelo económico em vigor não poderia ser sustentável muito mais tempo, uma vez que assenta de forma excessiva no consumo e no endividamento, quer das famílias quer do Estado. Esta constatação vai obrigar as famílias a efetuarem ajustes, por vezes demarcados, irá inevitavelmente levar à recuperação de velhos e salutareos hábitos de poupança e, ainda, adequação dos gastos em função das reais necessidades de cada família. Estes processos

não serão fáceis. Por um lado é necessário planeamento e monitorização, algo que infelizmente, não é fácil para a grande maioria dos portugueses. Estas necessidades e características nacionais, obrigam os portugueses a dedicarem mais atenção à organização das finanças pessoais, ou seja, técnicas e exemplos práticos de planeamento, e monitorização das receitas, e despesas, incentivando permanentemente a poupança, em detrimento do endividamento. Além do descalabro das finanças pessoais há ainda uma perigosa hierarquia dos valores, onde os bens materiais ganharam um protagonismo excessivo, relegando para segundo lugar, aspetos, como o conhecimento, o saber, o mérito e o esforço.

Por outro lado, devem dedicar maior cuidado a algo fundamental, como a aplicação das suas poupanças (ou seja os investimentos). Considera-se que todos aqueles que têm o mérito de poupar de forma regular, não podem consumir as suas economias em más opções de investimento, em resultado do seu desconhecimento. Ao longo da nossa vida profissional deparamo-nos inúmeras vezes, com situações, onde existia uma gritante falta de conhecimentos financeiros, o que determinava opções de investimento, desenquadradas com o perfil de risco e o horizonte temporal, logo os riscos de perdas consideráveis eram visíveis de forma imediata. Os investidores devem possuir conhecimentos sobre conceitos como risco, rendibilidade, investimentos de rendimento fixo (depósitos e obrigações), de rendimento variável (ações, fundos de investimento e ETFs).⁷(Jorge, Ferreira, 2011)

Dedicarem ainda mais atenção a aspetos do dia a dia, extensiva à generalidade dos portugueses, como:

- - Alugar ou comprar casa própria?
- - Educação dos filhos?
- - Preparar a reforma

Estes aspetos de finanças pessoais e investimentos (na realidade aspetos do dia a dia que envolvem encargos consideráveis e regulares). Esta lacuna é ainda extensível ao nível dos investimentos, ao observar-se pessoas a efetuarem investimentos em bolsa, sem qualquer sustentabilidade, baseados meramente numa sugestão, colhida no círculo

⁷ “Os ETFS dispõem de um conjunto de características que os tornam mais atrativos comparativamente com alguns fundos de investimento convencionais. Estas características são resumidas em menores níveis de comissionamento, maior transparência e simplicidade e maior liquidez”) e outros investimentos (moeda, matérias-primas, etc).

de amigos. Adicionalmente, considera-se que mesmo ao nível bancário, alguns dos profissionais, com a responsabilidade em recomendar produtos, na realidade não os dominam na íntegra o que resulta num perigoso aconselhamento.

Ter dinheiro na mão é uma responsabilidade. Como tal, deve existir uma formação prévia, para melhor o gerir. Casos de descontrolo financeiro ou de excesso de endividamento levam as famílias a uma espiral de endividamento vertiginosa.

Solicitar um crédito, para pagar outro crédito, dita um crescente aumento das taxas de juro a suportar. Mas, por vezes, a origem do problema está em erros simples, como optar por viajar a crédito, adquirir bens materiais supérfluos, com recurso ao crédito, ou ainda, o uso abusivo do cartão de crédito....

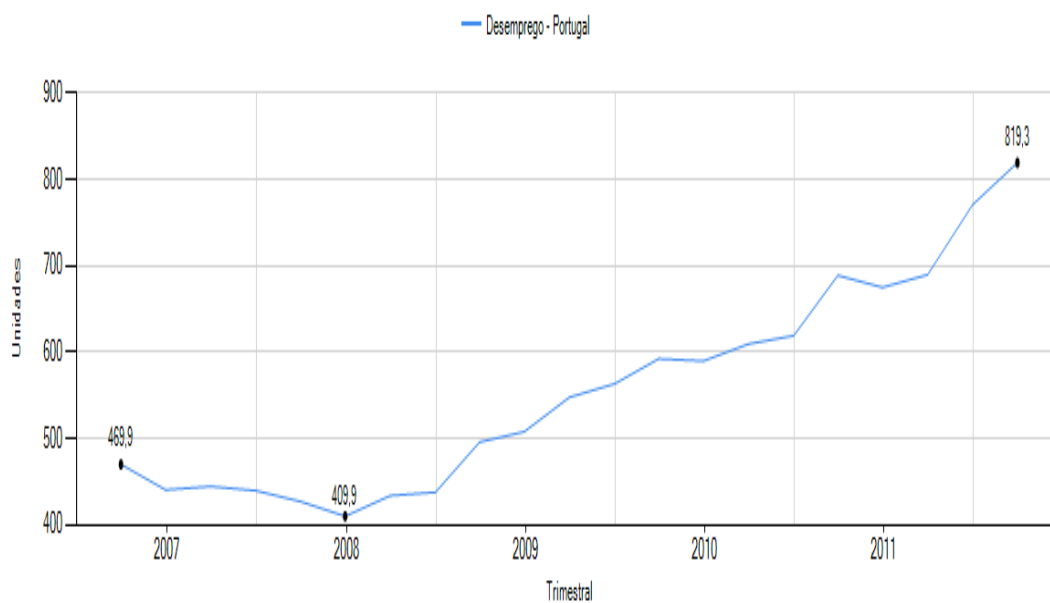
Existe uma ampla crise de valores que conciliada com uma considerável descida dos juros após a entrada no Euro, ditou que o país entrasse numa euforia que se traduziu em viver largos anos muito além do que seria real e sustentável. Um dia o sonho teria de acabar e muitas famílias sem solidez e bases, iriam viver problemas aflitivos. Além do mais, o incremento do desemprego torna a situação ainda mais caótica em muitos lares. (Santos Pereira, 2011)

Quadro nº 2 - Número de desempregados em Portugal

Periodicidade (Trimestral)	Unidade de medida (Unidades)
2012:1	819.3
2011:4	771.0
2011:3	689.6
2011:2	675.0
2011:1	688.9

Fonte: Banco de Portugal e Instituto Nacional de Estatística

Gráfico nº 5 - Número de desempregados em Portugal



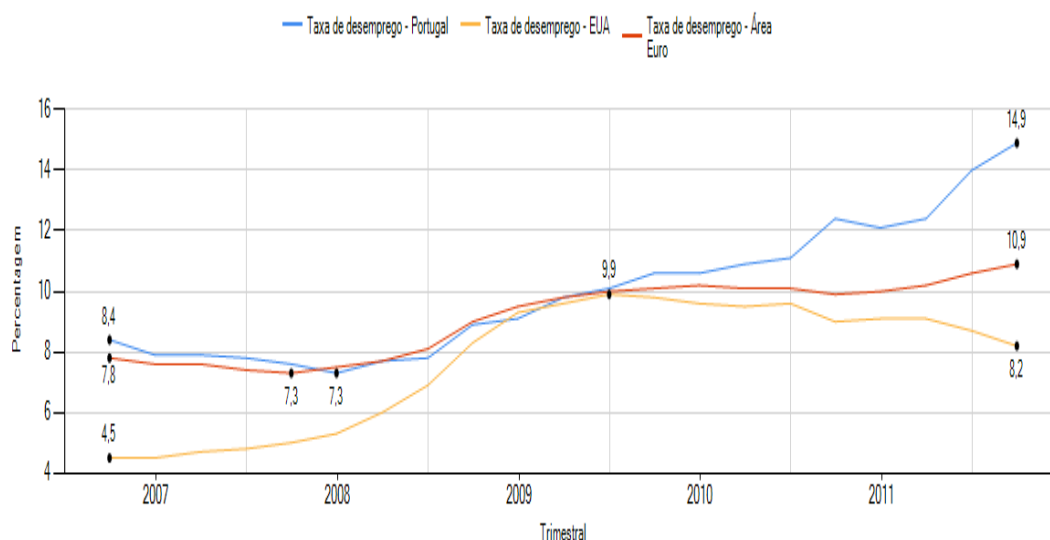
Fonte: Banco de Portugal e Instituto Nacional de Estatística

Quadro nº 3 - Taxa de desemprego total – Portugal

Periodicidade (Trimestral)	Unidade de medida (Percentagem)
2012:1	14.9
2011:4	14.0
2011:3	12.4
2011:2	12.1
2011:1	12.4

Fonte: Banco de Portugal e Instituto Nacional de Estatística

Gráfico nº 6 - Taxa de desemprego total



Fonte: Banco de Portugal e Instituto Nacional de Estatística

Mesmo tendo uma visão otimista, o momento que atravessamos faz-nos ter fracas perspetivas de conseguirmos crescer e ultrapassar a crise num período curto de tempo. É importante aprender com os erros e que isso é essencial para o progresso.

Ao nível dos investimentos, desde investimentos em bolsa com base em opiniões não fundamentadas, investimento em ativos que muitas vezes o investidor desconhecia, opção por produtos com forte mensagem de marketing, mas totalmente desenquadrados do perfil de risco do cliente....

Basta recordar que até 2008 estávamos a viver anos de elevadas expectativas nos mercados financeiros, o que ditava que quase todas as ideias eram vendáveis independentemente do nível de risco e para quem se destinavam.

Por outro lado, há erros que resultam do enviesamento natural dos bancos, no aconselhamento aos seus clientes. Os bancos enfrentam um dilema diário: deveremos optar por um produto que optimize o nível de comissionamento da instituição (criando assim valor para o acionista) ou maximizar a riqueza do cliente. Um exemplo simples: o pouco incentivo por parte dos bancos em promoverem ETFs, em detrimento de Fundos de Investimento em alguns casos. (Jorge e Ferreira, 2011)

Devem-se estabelecer metas financeiras e desenvolver os planos financeiros de curto e de longo prazos para atingir essas metas. Antes que se faça um grande investimento como a compra de uma casa ou de um carro, deve-se avaliar se o custo inicial está dentro da sua capacidade de pagamento e também determinar como financiá-lo comparando alternativas de como comprar a prazo. A gestão de caixa é outro trabalho crítico: ter recursos suficientes para pagar as contas, escolher corretamente as contas do banco, investir os saldos de caixa e conseguir empréstimos de curto prazo (como cartões de crédito e linhas de crédito bancárias). Cada um de nós é responsável pela gestão do seu portfólio de investimentos, assim como o seu plano de reforma. Economizando e investindo o dinheiro de forma a atingir metas de longo prazo, como comprar uma casa, mandar os filhos para uma universidade e ter os recursos suficientes para se aposentar confortavelmente. (Vieira, 2009)

4 – Educação/Literacia Financeira

4.1. Relevância da educação financeira

A educação financeira é uma tarefa urgente e necessária por várias razões. Em primeiro lugar, porque há grandes lacunas nos conhecimentos financeiros das pessoas. Isto tem uma série de consequências adversas, como um endividamento excessivo, a falta de poupança para o futuro, o uso improdutivo das poupanças e a pouca clareza sobre os benefícios que oferece a aplicação do dinheiro em atividades produtivas, a adequação de ativos às pessoas ou a educação dos filhos. Em segundo lugar, a falta de informação, combinada com a escassa penetração no mundo financeiro, fomentam o uso de serviços financeiros informais, com frequência desvantajosos e a custos elevados. Por último, o número e a complexidade dos produtos financeiros aumentaram notavelmente em anos recentes, o que dificulta que as pessoas tomem decisões informadas que sirvam aos seus propósitos.

A oferta de um nível adequado de educação financeira aos cidadãos, em qualquer etapa da sua vida, pode trazer vantagens em todas as idades, durante o seu ciclo de vida e a todos os níveis de rendimento, beneficiando igualmente a economia e a sociedade no seu conjunto. (Jorge e Ferreira, 2011)

4.1.1. Benefícios da educação financeira

Os benefícios que oferece a educação financeira são consideráveis, tanto para a economia de cada indivíduo como para a economia nacional. No plano individual, a educação financeira contribui para melhorar as condições de vida das pessoas, já que proporciona ferramentas para a tomada de decisões relativas ao planeamento para o futuro e a administração dos recursos, assim como, informação pertinente e clara que dá lugar a um maior e melhor uso dos produtos e serviços financeiros. Assim os utilizadores com maiores níveis de educação financeira tendem a poupar mais, o que normalmente se traduz em maiores níveis de investimento e crescimento da economia no seu conjunto.

Adicionalmente, a educação financeira, além de contribuir a um melhor desempenho das instituições, devido a uma clientela mais responsável e informada, pode gerar um intercâmbio de informação de maior qualidade, entre as instituições financeiras e os seus clientes. Graças á educação financeira, os utilizadores pedem

serviços mais adequados às suas necessidades e os intermediários financeiros têm um melhor conhecimento das necessidades dos utilizadores desses serviços, o que dá lugar a uma maior oferta de produtos e serviços financeiros, aumentando a competitividade e inovação do sistema financeiro.

A educação financeira ajuda-nos a manter as finanças sãs ensinando-nos a administrar os nossos rendimentos e a gastar melhor, a construir os meios para fazer frente a imprevistos, a formar um património e a cumprir metas de vida.⁸

A carência de educação financeira expõe os agentes a riscos, o que acarreta danos não apenas às suas vidas, mas também à sociedade como um todo.

4.1.2. Cultura Financeira

De acordo com o Banco de Portugal, apenas um reduzido número de pessoas frequentam cursos sobre alfabetização financeira⁹.

Essas competências não são adquiridas nem em adultos e muito menos em jovens. É um tremendo defeito dos sistemas educativos, em geral, as pessoas não receberem conhecimentos básicos em finanças. Não importa a atividade que algum dia se desempenhe, todas as pessoas tem necessidade, mais tarde ou mais cedo, de gerir as suas finanças. Sem considerar o montante ou a quantidade, qualquer que seja, são as suas finanças. Estamos a falar do seu património. Qualquer um precisa de saber gerir o seu dinheiro, seja um médico, um engenheiro ou um taxista. Todos, um dia, terão que decidir como investir as suas poupanças, utilizar o seu cartão de crédito ou talvez a melhor forma para comprar um carro. Na escola ensinam-nos muitas coisas que posteriormente não utilizamos na nossa vida, mas algo que realmente necessitamos, conhecimentos sobre as nossas finanças, não nos dão, mesmo integrados numa disciplina. A maioria aprende a gerir o dinheiro em casa, e sendo honestos, quase nenhum pai ou mãe tem os ensinamentos, nem a experiência suficiente, para ensinar os filhos, sobre finanças pessoais. Nem tão pouco, a conduta financeira das pessoas, é em geral, um exemplo a seguir. Se os indivíduos tivessem tido preparação para transmitir conhecimentos de finanças, não veríamos tantos casos de pessoas que lutam para reduzir o saldo dos seus cartões de crédito, não haveria tantas situações penosas de

⁸ Fonte: <http://www.educaciofinancera.cat/>

⁹ Fonte: <http://www.clientebancario.bportugal.pt/>

endividamento, que não conseguem resolver por falta de previsão, nem descobriríamos tragédias, em que alguém recebe uma avultada herança, e ao cabo de alguns anos termina na miséria. O bom entendimento e conhecimento das finanças pessoais leva-nos a não trabalhar por dinheiro, mas sim alcançar que o dinheiro trabalhe para nós.

Uma das coisas mais básicas é induzir as crianças à poupança. As instituições bancárias deviam ter programas para abrir contas infantis com montantes mínimos. As crianças habituam-se dessa forma a tratar com o banco e a depositar de forma regular algum dinheiro. Adquirem o hábito de reservar algum dinheiro para alcançar um fim específico. Uma ideia para fazer ver às crianças, a regra de gastar menos, do que aquilo que recebem ou ganham. Assim habituam-se a viver com uma quantidade inferior ao disponível.

Um grande número de pessoas põem como pretexto para a sua falta de poupança o de ter baixos salários. Mas para poupar o importante não é o que se ganha, mas o que se gasta. Uma coisa que cada um tem de estabelecer muito claramente na sua mente é poder distinguir entre necessidades e desejos ou anseios para poder alcançar a independência financeira¹⁰.

A educação financeira é muito importante para uma gestão financeira saudável. O mercado está constantemente a ser invadido por novos produtos financeiros e por esse motivo os consumidores deverão estar dispostos a formar-se em termos financeiros para tomarem decisões informadas. A educação financeira iniciada em idade precoce, permite obterem as ferramentas necessárias, para se transformarem em consumidores habilitados a olharem para as questões financeiras como uma parte natural das suas vidas.

A educação financeira deve ser concebida como educação para a cidadania, pois a falta de alfabetização financeira pode deteriorar a qualidade de vida das pessoas no futuro; assim estar informado ou saber onde encontrar essa informação, é essencial para fazer valer os seus direitos, torná-los cidadãos mais capacitados para tomar decisões, sensibilizando os jovens para o mundo em que vivem, tornando-os cidadãos informados e conhecedores da sociedade.¹¹

¹⁰ Fonte: <http://www.clientebancario.bportugal.pt/>

¹¹ Fonte: <http://www.dolceta.eu/portugal/>

4.1.3. Como Poupar

Falar de dinheiro não é bem aceite socialmente, mas a grave crise que o mundo atual atravessa, despertou-nos para a necessidade de planear de forma mais consistente as nossas finanças.

Começar por fazer um orçamento como instrumento-base de gestão do dinheiro que se ganha. Se não se possui a base de valorização, respeito e gestão equilibrada do dinheiro que se ganha, naturalmente que se comprometerá todos ou grande parte dos objetivos financeiros que se possui.

Analisar a sustentabilidade do nosso estilo de vida e identificar estratégias para o potenciar, distinguir entre desejos e necessidades, resulta em suprimir despesas supérfluas. Com persistência, conseguiremos constituir reservas que deverão ser aplicadas em produtos financeiros.

Se mais de metade do rendimento mensal é destinado ao pagamento de prestações, existem problemas de solvabilidade. Nos casos mais graves é necessário contactar os bancos que concederam os empréstimos, ou a DECO, que tenta reestruturar e renegociar a dívida e encontrar soluções compatíveis com o rendimento.¹²

A regra de ouro é a regularidade com que se poupa, isto é mais importante do que quanto se poupa.

A regra que vem a seguir é poupar à cabeça ou de forma automatizada. Se mal o nosso ordenado ao entrar na conta, sair uma percentagem do mesmo, ou uma quantia fixa para uma conta poupança, conseguiremos viver o resto do mês com o restante dinheiro. Pelo contrário, se formos gerindo o ordenado à espera que sobre algum, a probabilidade de isso vir a acontecer é reduzida. Poupar requiere adiar a gratificação imediata que sentimos quando gastamos. Se pouparmos de forma automatizada, aí não entram emoções de perda de gratificação imediata, nem de sacrifício que muitas vezes associamos ao privarmo-nos de alguma coisa. Esta é uma das formas de poupança infalível para a construção de riqueza.¹³

¹² Fonte: DECO – Assoc. Portug. para Defesa do Consumidor; “Saber Investir”

¹³ Fonte: Idem

4.1.4. Como Investir

Esta é das competências que parece ser mais difícil, uma vez que tendencialmente somos avessos ao risco.

As aplicações “sem risco” são as que garantem, pelo menos, a recuperação total do dinheiro investido, dentro de determinado prazo. É o caso, dos Certificados de Aforro, das Obrigações do Tesouro e dos depósitos a prazo.

Se se dispõe de algum dinheiro e não se precisa dele numa data certa ou para um fim específico (para a compra de uma casa, por exemplo), trata-se de economias que se põem de lado para garantir alguns aspetos do futuro familiar. Nesse caso, é indiferente que se sofram baixas de valor temporário, porque é sempre possível esperar um melhor momento para voltar a vendê-las.

Podemos adotar aplicações que não ofereçam garantia total de reembolso a qualquer momento (como as ações). Esta estratégia permite obter maiores rendimentos do que com os depósitos a prazo.

O risco é inerente à atividade financeira e está presente em todos os ativos financeiros.

Todas as estratégias de investimento equacionam o rendimento, o risco, o prazo e a diversificação.

A teoria financeira diz-nos que para obtermos uma maior rentabilidade, se deve assumir mais risco. Existem dois tipos de risco, o risco sistemático ou de mercado, e o risco não sistemático. O risco sistemático ou de mercado é aquele que ao ser assumido, nos recompensa com uma rentabilidade esperada maior; enquanto que o risco não sistemático destrói o valor do nosso investimento. O nosso investimento deve ser um misto destes dois riscos. Se investirmos em ações de uma empresa teremos 25% de risco sistemático e 75% de risco não sistemático e, por isso não é boa ideia concentrar as nossas poupanças numa única empresa, devemos eliminar na medida do possível o risco não sistemático e a melhor maneira é diversificar, a rentabilidade dos títulos é a sua média. Uma carteira bem diversificada quase que só tem risco sistemático, que nos permite uma maior rentabilidade. Uma carteira com 15 a 20 valores consegue eliminar 90% do risco não sistemático de cada um dos seus títulos. Se investirmos em fundos de

investimento bem diversificados, basta investirmos por dois ou três fundos será suficiente. Num investimento bem diversificado, todo o risco assumido se transforma numa rentabilidade esperada maior, mas este risco pode ser muito elevado em prazos de investimento curtos. À medida que o prazo do nosso investimento aumenta, o risco diminui e a rentabilidade aumenta.

O especulador situa-se na posição oposta ao investidor: assume muito risco não sistemático a curto prazo. Uma combinação muito arriscada.

O produto ideal para se diversificar é o fundo de índice, é um fundo de investimento cujo objetivo é conseguir a mesma rentabilidade que o índice de mercado. Existem fundos de índice para cada mercado nacional e também para zonas geográficas. Um bom fundo de índice deve possuir duas condições: acompanhar com exatidão a evolução do índice a que está vinculado e ter custos muito baixos, pois quase não tem gastos de gestão nem de contratação. Alguns fundos de índice são muito caros e estão mal geridos, pelo que têm de ser escolhidos com cuidado.(Palacios, 2011, p.127)

4.2. As Aplicações Financeiras/Bancárias dos Portugueses

Ao longo do ano (2011), os bancos conseguiram manter níveis de liquidez globalmente robustos. Para este resultado contribuíram decisivamente, por um lado, as medidas não convencionais de política monetária do BCE e, por outro, a robustez e confiança reveladas pela base de depositantes nos bancos portugueses que se traduziu num forte crescimento dos depósitos do sistema bancário ao longo de 2011 – com destaque para os particulares – que persistiu, ainda que em menor ritmo, no início de 2012. Num ambiente de crescente aversão ao risco, observou-se uma recomposição da carteira dos particulares a favor dos depósitos e em detrimento das aplicações na generalidade dos restantes instrumentos de poupança. Esta atitude traduz, a forte confiança dos particulares na solidez do sistema bancário nacional. Esta confiança constitui um ativo muito importante para garantir a estabilidade financeira ao longo do exigente processo de ajustamento da economia portuguesa. Importa ainda referir que os bancos aumentaram significativamente a remuneração relativa dos depósitos ao longo de 2011, de forma a maximizar esta fonte de financiamento num contexto de difícil acesso aos mercados da dívida por grosso internacionais.

Esta subida de taxas de juro dos depósitos ao longo de 2011 assumiu, em alguns casos, proporções avaliadas como excessivas pelo Banco de Portugal. Ao longo deste ano, o Banco de Portugal intensificou o acompanhamento do sistema bancário e fortaleceu a sua regulação e supervisão.

Os resultados indicam que os ativos financeiros representam cerca de 12% como vimos no ponto 2.2.3. sobre riqueza financeira, onde se explicam as opções financeiras das famílias portuguesas.¹⁴

Quadro nº 4 - Depósitos de Particulares em OIFM - tva – Portugal

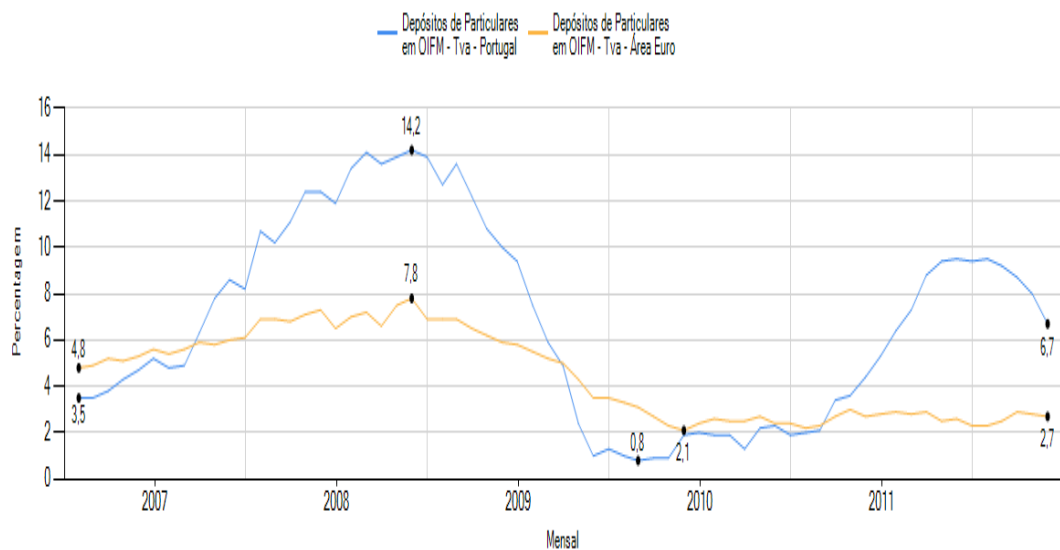
Periodicidade (Mensal)	Unidade de medida (Porcentagem)
2012:05	6.7
2012:04	8.0
2012:03	8.7
2012:02	9.2
2012:01	9.5

1- A informação sobre operações de Depósitos bancários, incluída no domínio “Principais Indicadores”, compreende um conjunto de 20 indicadores selecionados a partir de séries disponibilizadas no domínio estatístico “Estatísticas monetárias e financeiras”, de forma a disponibilizar uma síntese comparativa entre Portugal e a área do Euro.

Fonte: BP - Dep. de Estatística

¹⁴ Fonte: Banco de Portugal – Dep. Estatística

Gráfico nº 7 - Depósitos de Particulares em OIFM - tva – Portugal



- (1) Compreende os depósitos de Particulares em bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo que, conjuntamente com os fundos do mercado monetário, constituem o subsector Outras Instituições Financeiras Monetárias (OIFM).
 (2) Área Euro: composição variável.

Fonte: BP - Dep. de Estatística

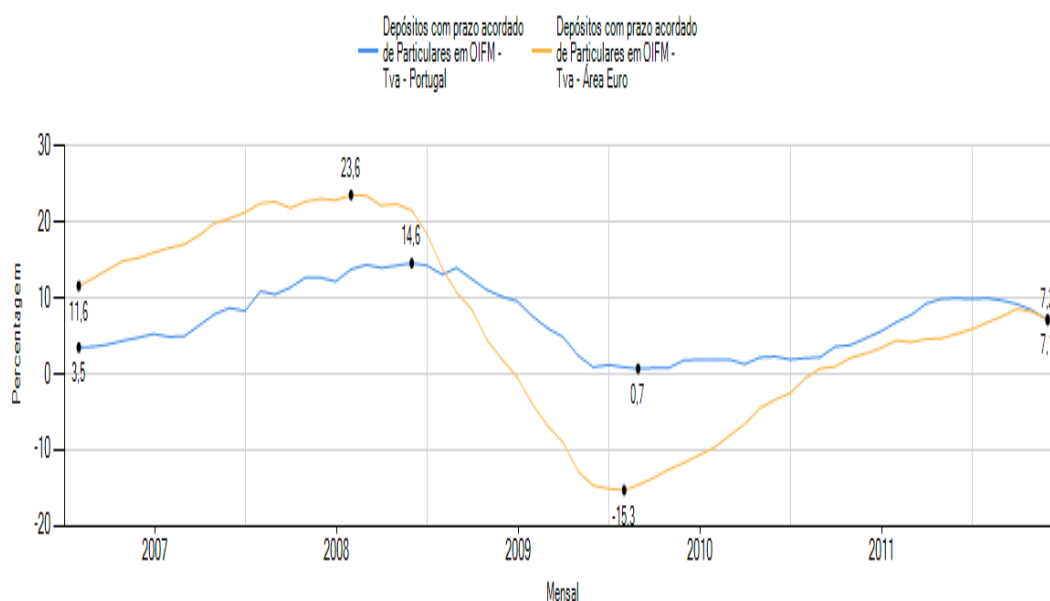
Quadro nº 5 - Depósitos com prazo acordado de Particulares em OIFM - tva – Portugal

Periodicidade (Mensal)	Unidade de medida (Percentagem)
2012:05	7.1
2012:04	8.4
2012:03	9.2
2012:02	9.7
2012:01	10.0

- (1) Depósitos com prazo acordado (até 1 ano) de particulares em outras instituições financeiras e monetárias, residentes em Portugal.

Fonte: BP - Dep. de Estatística

Gráfico n° 8 - Depósitos com prazo acordado de Particulares em OIFM - tva – Portugal



(1) Compreende os depósitos com prazo acordado (até um ano) de Particulares em bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo que, conjuntamente com os fundos do mercado imobiliário, constituem o subsector outras instituições financeiras monetárias (OIFM).

(2) Área Euro: composição variável.

Fonte: BP - Dep. de Estatística

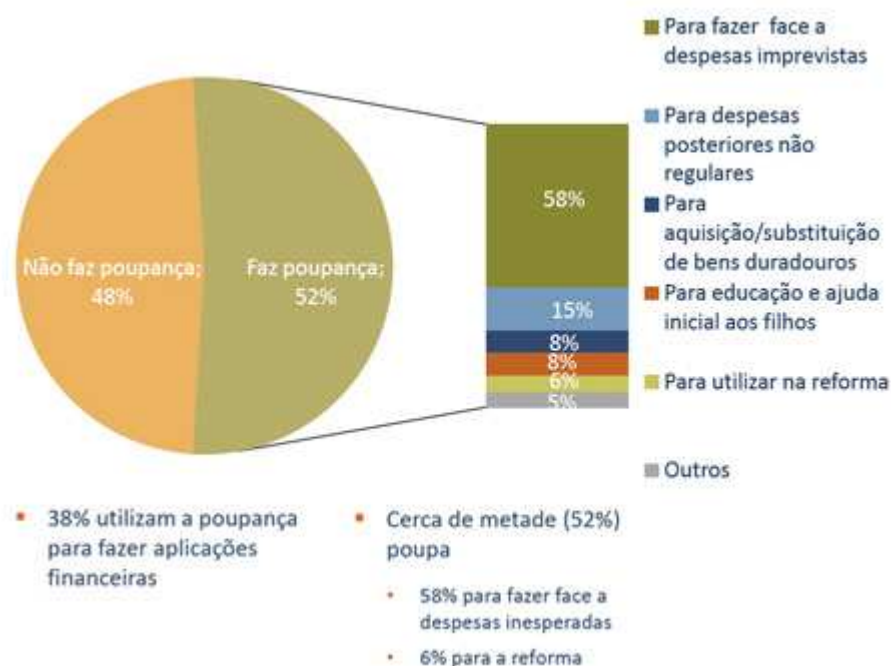
Quadro n° 6 - Taxa de rendibilidade de OT a taxa fixa, por prazo residual 10 anos

Periodicidade (Mensal)	Unidade de medida (Percentagem)
2012:06	10.56
2012:05	11.59
2012:04	12.01
2012:03	13.01
2012:02	12.81
2012:01	13.85

(1) Compreende as taxas fixas de rendibilidade de OT, por prazo residual 10 anos praticadas pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo que, conjuntamente com os fundos do mercado monetário, constituem o subsector outras instituições financeiras monetárias (OIFM).

Fonte: BP – Dep Estatística

Gráfico nº 9 – Aplicação das Poupanças das Famílias Portuguesas



Fonte: APFIPP/Universidade Católica

No Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa | 2010 realizado pelo Banco de Portugal a uma amostra de 2000 entrevistados, com idade igual ou superior a 16 anos, com uma margem de erro de 2,2% para uma probabilidade de 95%.

Cerca de 48% dos entrevistados afirmam não fazer poupanças; desses, 88% referem que o rendimento não o permite, 7% não consideram prioritário fazê-lo e 5% mencionam outra razão.

Afirmam que efetuam poupanças 52% dos inquiridos. Quando questionados sobre a motivação para a poupança, a maioria dos que poupam (58%) indicam razões de precaução (ou seja, para fazer face a despesas imprevistas); 14% poupam como forma de acumulação de riqueza (para aquisição de bens duradouros ou preparação da reforma) e 15% referem objetivos relativamente imediatos, como férias e viagens¹⁵.

¹⁵ Fonte: Banco de Portugal | Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa

4.3. Envolvimento dos Bancos Centrais e reguladores e supervisores financeiros (BDP; EBA; BCE; CMVM; ISP)

4.3.1. Banco de Portugal

A estrutura do sistema financeiro português está regulamentada de modo a garantir a formação, captação e segurança das poupanças de todos os agentes (famílias, empresas e Estado), bem como a aplicação dos meios financeiros necessários ao desenvolvimento económico e social do país (ou seja, assegurar meios para o investimento).

O Banco de Portugal, enquanto banco central nacional, assume particular importância na regulação e supervisão do sistema financeiro nacional em colaboração com a Autoridade Bancária Europeia (EBA). Tem ainda um papel crucial nas seguintes matérias:

- colabora na definição e execução das políticas monetária e financeira europeias;
- emite moeda (embora, com o desaparecimento do escudo e a entrada do euro, seja o Banco Central Europeu a autorizar essa emissão);
- acautela a estabilidade do sistema financeiro nacional;
- supervisiona a atividade dos agentes do sistema financeiro nacional, nomeadamente bancos (por exemplo, no cumprimento da lei e na atuação com os seus clientes).

Como banco central português, não tem atividade comercial e funciona no âmbito das políticas económicas do Governo. A Autoridade Bancária Europeia (EBA) supervisiona o setor financeiro do ponto de vista prudencial em colaboração com o Banco de Portugal que (verifica, por exemplo, a solidez financeira dos bancos portugueses) e comportamental (averigua se estes cumprem a legislação).

O Banco de Portugal participa em diversos grupos de trabalho e comités a nível da Comissão Europeia, tendo em vista a preparação ou a implementação de atos legislativos que recaiam no âmbito das suas competências.

Enquanto as autoridades nacionais de supervisão permanecem no cargo de supervisão das instituições financeiras individuais, o objetivo das autoridades europeias

de supervisão é melhorar o funcionamento do mercado interno, garantindo adequado, eficiente e harmonizada regulação e supervisão europeia¹⁶.

Em 2008 o Banco de Portugal, criou o portal do cliente bancário <http://clientebanuario.bportugal.pt>, para reforçar as suas competências de supervisão comportamental. É um canal privilegiado de comunicação do Banco de Portugal com os clientes dos bancos. Inclui informação relevante e útil para as operações financeiras do consumidor, legislação sobre a oferta de produtos e serviços bancários, glossário de termos financeiros e um conjunto de respostas e perguntas frequentes. Disponibiliza ainda simuladores de operações financeiras e formulários para reclamações.¹⁷

O Banco de Portugal em parceria com a Comissão Europeia, organizou em Novembro de 2011, a sua primeira conferência sobre Literacia Financeira.

O Banco de Portugal lançou em 2010 um inquérito à população portuguesa, e os resultados desse inquérito, realizado a 2000 pessoas com mais de 16 anos, foram os seguintes:

Em termos de literacia, 91% dos inquiridos não sabe o que é EURIBOR e 83% não sabe o que é *spread*. O estudo concluiu que 39% desta amostra não sabe o valor exato do *spread* do seu crédito habitação, sendo que 41% não chega a saber o *spread* que paga pelo seu empréstimo. No que diz respeito à poupança, 48% dos inquiridos não faz qualquer poupança, sendo que, destes 88% diz não possuir rendimentos que o permitam fazer. Diz também que 54% dos inquiridos diz não controlar, pelo menos uma vez por semana, os movimentos da sua conta bancária. Quanto à contratação de produtos bancários, 79% dos inquiridos escolhe os produtos com base em aconselhamento de balcão ou de amigos, 56% não compara as taxas de juro oferecidas para depósitos a prazo e 40% não compara as taxas quando escolhe um empréstimo. Deve-se ainda referir que 43% dos inquiridos faz pagamentos parciais utilizando o cartão de crédito, o que quer dizer que estão sujeitos ao pagamento de elevadas taxas de juro. Com estes conhecimentos e comportamentos da população em relação às suas finanças pessoais os resultados em termos de literacia são pouco animadores.

Partindo da análise do Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa pretendeu-se, não apenas identificar os principais obstáculos à compreensão e melhoria

¹⁶Fonte: www.eba.europa.eu/

¹⁷Fonte: www.bportugal.pt

da regulamentação do sistema financeiro português, mas também redefinir prioridades de formação para a implementação do Plano Nacional de Formação Financeira, dinamizado pelo Banco de Portugal em conjunto com os outros reguladores financeiros.

O Banco de Portugal (BdP), a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e o Instituto de Seguros de Portugal (ISP) apresentaram o Plano Nacional de Formação Financeira (PNFF), aprovado pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF) e que teve o endosso do Senhor Ministro do Estado e das Finanças.

Para a elaboração deste Plano, teve um grande contributo os resultados do inquérito à literacia financeira da população portuguesa, do perfil do investidor particular português, e das reclamações apresentadas às autoridades de supervisão.

Este Plano tem como objetivo aumentar os conhecimentos financeiros da população portuguesa, tornando-a mais responsável financeiramente, contribuindo para o bem estar dos cidadãos e das suas famílias, bem como das instituições e do país.

A duração do PNFF decorre por um período de cinco anos, de 2011 a 2015, pois devido às áreas de atuação que abrange, requiere planos de atuação longos. No curto prazo, foi criado o Portal do PNFF sobre literacia financeira, desenvolvido pelos três reguladores financeiros, servindo como meio de disseminação de conteúdos de formação, mas também como plataforma para divulgação de iniciativas a desenvolver pelo PNFF. No médio e longo prazo, o PNFF identifica matérias de formação financeira dirigidos a certos setores de atividade.

Com estas linhas de orientação pretende-se sensibilizar os cidadãos para a importância da literacia financeira e impulsionar a participação e envolvimento de vários parceiros no desenvolvimento de iniciativas de formação.

O Plano Nacional de Formação Financeira (PNFF) vai estar disponível, a partir de junho de 2012, um portal na internet, que irá funcionar como âncora desta iniciativa.

Realizou-se em abril de 2012 a primeira reunião do Comité Consultivo do Plano Nacional de Formação Financeira (PNFF), onde foram sublinhados os objetivos do PNFF e as linhas de atuação que têm vindo a ser desenvolvidas, com destaque para a preparação do Portal do PNFF. A criação do Portal www.todoscontam.pt pelo PNFF

teve lugar a 9 julho 2012, desenvolvido pelos três reguladores financeiros, Banco de Portugal, CMVM e ISP, orientado para o esclarecimento dos investidores financeiros e o público em geral. Tem como objetivo combater a iliteracia financeira. O Portal disponibiliza informação e ferramentas úteis sobre a gestão do orçamento familiar e informação sobre as decisões financeiras que todos nós teremos que tomar, mais tarde ou mais cedo, ao longo das nossas vidas. Os temas são transversais a todas as áreas dos mercados financeiros de retalho. Estes assuntos são tratados numa linguagem simples e pedagógica.

O Comité Consultivo foi informado das reuniões bilaterais que a Comissão de Coordenação tem desenvolvido com entidades que participam no Plano e na preparação das comemorações do Dia Nacional da Poupança (31 de outubro).

O Comité Consultivo elogiou a iniciativa do CNSF em dinamizar PNFF, considerando-o de grande importância e muito pertinente na atual conjuntura¹⁸.

4.3.2. Autoridade Bancária Europeia

A Autoridade Bancária Europeia (EBA) é uma autoridade independente da UE a que cabe assegurar um nível eficaz e coerente de regulação e supervisão prudenciais de todo o setor bancário europeu. Os objectivos gerais são para manter a estabilidade financeira na UE e garantir a integridade, a eficiência e o bom funcionamento do setor bancário.

A EBA faz parte do Sistema Europeu de Supervisão Financeira (SESF), que é composto por três autoridades de supervisão: Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA), a Autoridade Bancária Europeia (EBA) e a Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA). O sistema integra ainda o Comité Europeu do Risco Sistémico (ESRB), bem como o Comité Conjunto das Autoridades Europeias de Supervisão e as Autoridades Nacionais de Supervisão.

A principal tarefa da EBA é contribuir para a criação do Livro de Regras Europeu no setor bancário, cujo objetivo é fornecer um conjunto único de regras prudenciais harmonizadas para as instituições financeiras em toda a UE. A Autoridade

¹⁸ Fonte: <http://clientebanuario.bportugal.pt>

também desempenha um papel importante na promoção da convergência das práticas de supervisão e está mandatado para avaliar os riscos e as vulnerabilidades do sector bancário da UE.

A EBA foi fundada em 1 de Janeiro de 2011, como parte do Sistema Europeu de Supervisão Financeira (SESF) e assumiu todas as responsabilidades existentes e atribuições do Comité Europeu de Supervisores Bancários¹⁹.

4.3.3. Banco Central Europeu

O Banco Central Europeu (BCE) é a autoridade monetária responsável pela moeda comum europeia, o euro. As responsabilidades do Banco Central Europeu são estabelecer e aplicar a política monetária na Zona Euro, dirigir as operações de câmbio e garantir o bom funcionamento do sistema de pagamentos.

O BCE na condução dos seus objetivos tem como objetivo principal a estabilidade do nível geral dos preços, vulgarmente conhecida como inflação.

As preocupações do BCE são impedir a subida do nível geral dos preços na Europa acima de 2%. Entende-se que com esta taxa permite-se o crescimento potencial da economia, sem que a taxa deva ser negativa.

Uma subida ligeira do nível de preços pode ser saudável. Permite às economias serem mais competitivas, ao reduzir o valor de endividamento e favorecer o consumo e o investimento. Visto ser saudável manter um determinado nível de inflação, compete ao BCE, no caso europeu, proporcionar de forma controlada as condições para que tal aconteça. Quanto maior a quantidade de dinheiro em circulação, menor será o seu preço, ou seja, menor será a taxa de juro. Por outro lado, quanto mais elevada a taxa de juro, mais caro será o consumo e o investimento. O custo dos empréstimos aumenta e os agentes económicos irão preferir ter o dinheiro depositado do que consumir. A política monetária afeta direta e imediatamente o nosso nível de vida, alterando o valor das nossas prestações bancárias.

Assim, quanto maior for a taxa de juro, mais caro será o investimento, pelo que as empresas irão contratar menos trabalhadores ou irão pagar salários mais baixos, o que

¹⁹Fonte: www.eba.europa.eu/

irá baixar o rendimento das famílias. Se o consumo baixa, as empresas têm menos lucros. Isto repete-se e provoca uma espiral negativa, levando a uma contração económica. Quanto mais baixas forem as taxas de juro, menores serão os custos de investimento, o que levará as empresas a investirem, a gerar mais emprego e a provocar crescimento económico.

O Banco Central Europeu tem como objetivo principal zelar pela estabilidade de preços na zona euro. Em segundo lugar, o BCE deve apoiar as políticas económicas gerais da União Europeia tendo em conta os interesses da zona euro, como um todo, e não as necessidades de um ou outro país.

Se o BCE considerar que uma taxa de juro de 2% é adequada para a zona euro, esse valor pode ser muito elevado para um país em dificuldades e, ao mesmo tempo, ser insuficiente para conter a inflação noutro país que atravessa um bom momento.

A competência que, por enquanto, continua a ser da responsabilidade dos bancos centrais de cada país em colaboração com a autoridade bancária europeia (EBA) é a da supervisão do funcionamento dos bancos nacionais.

As tentativas de influenciar as taxas de câmbio, com intuito de provocar a competitividade do país, tem um sucesso muito reduzido e pouco duradouro.

Quando existe liberdade de circulação de capitais, são as forças do mercado que estabelecem o valor da taxa de câmbio e muito dificilmente os bancos centrais têm capacidade para contrariar esses movimentos.

Atualmente, em termos de política cambial, a posição do Banco Central Europeu face à taxa de câmbio do euro tem sido, por norma a de não intervenção. O BCE tem afirmado, muitas vezes, que o valor do euro só é relevante na medida em que possa influenciar a inflação na zona euro.

Se o euro se depreciar face ao dólar, pode originar inflação. Nessa altura o BCE poderá intervir diretamente nos mercados, comprando euros e vendendo dólares, ou, indiretamente, através da subida das taxas de juro que tornariam o euro mais atrativo para investir, ou as duas em simultâneo.

A complexidade e os inúmeros fatores em jogo nos mercados cambiais tornam extremamente difícil prever, com precisão, o comportamento de uma moeda. Isso obriga

que os investidores façam previsões a longo prazo, conheçam os antecedentes da moeda em que vão investir e estejam atentos em relação a outras variáveis como, por exemplo, o crescimento económico, as taxas de juro, e a inflação... A estratégia de investimento numa moeda diferente do euro comporta riscos, mas pode justificar-se pela expectativa de receber taxas de juro superiores ou pela antecipação de uma apreciação dessa moeda face ao euro.

4.3.4. Comissão de Mercado de Valores Mobiliários

Comissão de Mercado de Valores mobiliários – foi criada em 1991 com a missão de supervisionar e regular os mercados de valores mobiliários e instrumentos financeiros derivados (tradicionalmente conhecidos como “mercados de bolsa”) e a atividade de todos os agentes que neles atuam.

A CMVM é um organismo público independente, com autonomia administrativa e financeira. As receitas da CMVM não provêm do Orçamento Geral do Estado, resultando das taxas de supervisão cobradas em contrapartida dos serviços prestados.

As competências da CMVM, respeitam às suas vertentes de supervisão, regulação, cooperação e promoção do mercado. Procura de uma forma consciente que todos aqueles que destinam as suas poupanças ao financiamento da atividade económica, o possam fazer de uma forma consciente e segura, dispondo de uma ampla informação sobre os seus direitos e deveres. O serviço de Apoio ao Investidor serve como mecanismo de proteção daqueles que têm maior dificuldade em fazer valer os seus direitos.

A CMVM protege os investidores quer mediante o exercício permanente das funções de supervisão e regulação que lhe são confiadas por lei, quer ainda desenvolvendo serviços que visam assegurar um apoio direto ao público em geral e aos investidores em particular.

Para a maioria dos produtos financeiros de risco (ações, obrigações ou fundos de investimento), no portal da CMVM (www.cmvm.pt), encontra-se informação sobre direitos, documentação de produtos comercializados e alertas. Nesse portal também se pode fazer reclamações.

A CMVM participa em organizações internacionais como a Organização Internacional das Comissões de Valores (IOSCO/OICV), a Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados e o Instituto Iberoamericano de Mercados de Valores (IIMV), além de acompanhar os trabalhos de instituições da União Europeia (UE).²⁰

4.3.5. Instituto de Seguros de Portugal

O Instituto de Seguros de Portugal (ISP) é a autoridade nacional responsável pela regulação e supervisão, quer prudencial, quer comportamental, da atividade seguradora resseguradora, dos fundos de pensões e respetivas entidades gestoras e da mediação de seguros.

O ISP tem por missão assegurar o bom funcionamento do mercado segurador e fundos de pensões em Portugal, de forma a contribuir para a garantia da proteção dos tomadores de seguro, pessoas seguras, participantes e beneficiários.

Pode recorrer ao ISP, para obter informação sobre poupanças baseadas em apólices de seguro: é o caso dos PPR sob a forma de seguro ou proceder a reclamações sobre tipo de produtos financeiros.

Esta missão é assegurada através da promoção da estabilidade e solidez financeira de todas as instituições sob a sua supervisão, bem como, da garantia da manutenção de elevados padrões de conduta, por parte dos operadores.²¹

As políticas levadas a cabo por estas instituições no âmbito da literacia financeira é defender os clientes do sistema financeiro facultando-lhes ferramentas para os esclarecerem e protegerem.

4.4. Promoção da Literacia Financeira pelas Instituições de Crédito

Os bancos são as principais instituições nos sistemas financeiros e estão sujeitos a legislação e regulamentação muito específica.

Por lei, as instituições de crédito são definidas como “empresas cuja atividade consiste em receber do público depósitos ou outros fundos reembolsáveis, a fim de os

²⁰ Fonte: CMVM; www.cmvm.pt

²¹ Fonte: ISP; www.isp.pt

aplicarem por conta própria mediante a concessão de crédito” e como “instituições que tenham por objeto a emissão de meios de pagamento sob a forma de moeda eletrónica”.

Determina ainda os tipos de instituições de crédito. São disso exemplo bancos, caixas económicas, caixas de crédito agrícola mútuo, sociedades de investimento, sociedades de locação financeira, sociedades de factoring ou sociedades financeiras para aquisições a crédito (SFAC).

Os bancos são instituições de crédito responsáveis por um diversificado conjunto de operações, como receber depósitos ou outros fundos reembolsáveis, realizar operações de crédito e de pagamento; emitir e gerir meios de pagamento (por exemplo, cartões de débito e de crédito e cheques) e intervir no mercado monetário através da compra e venda de dinheiro a outros bancos.

As SFAC são instituições de crédito que apareceram em Portugal em 1989, inicialmente vocacionadas para o crédito automóvel. Atuam como intermediários ou operadores financeiros entre os consumidores e os estabelecimentos comerciais ou prestadores de serviços que financiam a compra de bens e serviços. Ao contrário dos bancos, só podem conceder crédito numa transação comercial, ou seja, se houver um ato de compra e venda de um bem ou serviço específico. Também as SFAC estão sujeitas à supervisão do Banco de Portugal.

Os bancos portugueses que têm tomado medidas de promoção da literacia financeira foram especialmente os seguintes: A Caixa Geral de Depósitos, o Banco Espírito Santo, o Banco Barclays o Montepio e o Banco Comercial Português.

A Caixa Geral de Depósitos em parceria com a Universidade de Aveiro tem levado a cabo uma exposição interativa com o tema “Educação +” que está desde outubro, a percorrer o país de norte a sul. Esta Exposição de Educação Financeira, é destinada a jovens dos 7 aos 17 anos e ao público em geral.

A CGD possui o site www.saldopositivo.cgd.pt/juvenil.php. Neste site, o objetivo é ensinar os jovens sobre o que é um banco, aquilo que uma pessoa pode fazer num banco, o que se entende por plafond, como abrir uma conta bancária, o que são taxas de juro e o que são cheques, entre outros temas.

A Caixa Geral dos Depósitos pretende com esta exposição combater a iliteracia financeira, dotando os jovens (e o público em geral) de competências para lidar com as suas finanças pessoais, gerir o seu dinheiro, fazer escolhas e tomar decisões acertadas.²²

O Banco BES com a criação do Programa de Literacia Financeira, assume o seu papel enquanto instituição que pauta o seu posicionamento e gestão por princípios de sustentabilidade e de cidadania empresarial, contribuindo para a formação de uma nova geração de consumidores de serviços financeiros crescentemente informada e com maior poder de análise e de decisão. No Banco da Escola é uma iniciativa do Banco Espírito Santo, em parceria com a Sociedade Portuguesa de Matemática (SPM), destinada a alunos do 3º e 4º ano do ensino básico e de âmbito nacional. Consiste fundamentalmente em sessões ludico-pedagógicas no âmbito da atividade financeira que se realizam nos balcões do BES e pontualmente nas escolas. Estas sessões são dirigidas a todos os estabelecimentos de ensino básico (público e privado) que se inscrevam para participar e têm como objetivo formar jovens cada vez mais informados, explicando alguns conceitos fundamentais da sua relação com o dinheiro, bem como a importância e aplicação da matemática no dia a dia dos jovens.²³

O Banco Barclays possui o programa "Contas à vida", que consiste num conjunto de sessões de formação, onde os conceitos relevantes sobre literacia financeira são explorados, tais como: como planear as despesas, como construir um orçamento mensal, como lidar com situações difíceis exigindo um esforço financeiro, bem como, aprender como avaliar e escolher um serviço financeiro²⁴

O Montepio tem um programa sobre Educação Financeira, criado para os mais pequenos, onde poderão descobrir tudo acerca do dinheiro, da forma como se obtém, em que se gasta, e como se deve poupar. Possui também informação a incentivar a poupança das famílias e evitar o sobreendividamento, apoiar as famílias na organização financeira e a combater a iliteracia financeira.

O Millennium BCP apoia projetos e iniciativas na área da educação financeira e está integrado na cultura social do banco, a maioria dessas ações é levada a cabo pela Fundação Millennium BCP. A Fundação tem adotado uma política de apoio a projetos educacionais nos diferentes níveis de ensino.

²² Fonte: www.saldopositivo.cgd.pt

²³ Fonte: www.bes.pt

²⁴ Fonte www.programaescolhas.pt

A Associação Portuguesa de Bancos (APB) em janeiro de 2012 apresentou um documento sobre a estratégia setorial da APB para a educação financeira, onde propõe o desenvolvimento de programas de literacia financeira, organizados por áreas de atuação e abrangendo toda a banca, com o objetivo de promover uma maior cultura financeira de forma a que os clientes utilizem melhor os produtos e serviços financeiros, de forma a que se obtenha um relacionamento mais transparente entre a Banca e a Sociedade.

5 – Trabalho Empírico

5.1. Investigação

A investigação é um processo de aplicação de conhecimentos, mas também um processo de planeamento e criatividade que contribui para o enriquecimento do conhecimento na área em que se realiza a investigação.

A metodologia de investigação, consiste num processo de seleção de estratégias de investigação, que condiciona por si só, a escolha das técnicas de recolha de dados, que devem ser adequadas aos objetivos que se pretendem atingir e aos resultados que se irão obter se assumam como generalizações tendo por base uma população alargada, o que permite procurar tendências gerais dos seus comportamentos.

Na escola onde centramos a nossa investigação, identificar o nível de conhecimentos financeiros dos alunos e o conseqüente reflexo que isso tem nas suas vidas, especialmente no momento que atravessamos, contribuindo assim para inverter a situação no caso dessas competências serem diminutas ou inexistentes.

Procedemos a uma investigação de carácter qualitativo-quantitativo, de um inquérito por questionário que se reporta ao ano letivo de 2012/2013 na escola onde lecionamos²⁵.

Ao longo da nossa docência, seleccionamos um modelo de investigação-ação “um procedimento essencialmente *in loco*, com vista a lidar com um problema concreto localizado numa situação imediata” (Cohen & Manion, 1994, cit. por Bell, 2010, p. 20).

Optámos, por registar através de inquérito por questionário as respostas que obtivemos, conscientes de que nada será definitivo.

Apesar de não nos considerarmos investigadores “de fontes originais” nem tão pouco a fantasia de criar “material empírico novo”, sentir-nos-emos realizados se conseguirmos provocar alguma mudança na comunidade escolar.

A decisão de enveredar por esta metodologia baseou-se no facto de, ao longo de quase quatro décadas como docente, termos utilizado este método, como forma de ultrapassar falhas no processo ensino-aprendizagem.

²⁵ O inquérito realizado é apresentado em Anexo a este trabalho.

Assim, decidimos ao fim deste tempo de docência relatar o nosso caso em estudo com o objetivo de alargar o conhecimento existente sobre esta problemática e provocar “o melhoramento da educação” (Bassey,1981, cit. por Bell, 2010, p. 25).

A possibilidade de uma nova “representação” depende das semelhanças do exemplo em causa com outros do seu tipo” (Descombe, 1998, cit. por Bell, 2010, p. 23-24); numa investigação-ação “as teorias [...] são validadas através da prática” (Elliot, 1991, cit. por Bell, 2010, p. 21) é o que sempre temos feito através da reflexão e reformulação de estratégias.

A nossa investigação terá como base de trabalho a investigação-ação que levamos a cabo ao longo de todo o nosso percurso profissional como docente.

Assim, tendo em conta a reflexão constante em que nos empenhamos e que desembocou neste nosso trabalho, temos alguma dificuldade em separar a presente investigação da investigação-ação que sempre implementamos “como um processo colaborativo” procurando “coletivamente, implicações para uma mudança ... na instrução” (Tracy, 2002, p. 61).

Identificamos o problema do nosso estudo e refletimos sobre a sua causa e o modo como poderia ser resolvido, recolhendo dados, verificando os resultados para avaliar ou generalizar com base nas provas obtidas.

Concordando que o questionário é tanto um ponto de chegada de uma reflexão como ponto de partida para análises ulteriores (Albarello, 2005. p. 52), depois de termos procedido à delimitação do campo, determinação de um quadro teórico e de objetivos específicos, bem como a explicitação das hipóteses, através do inquérito por questionário aplicado na escola (população) aos 136 alunos que frequentam o 3º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário (amostra), tentamos dissecá-la e reconstruí-la com base em pressupostos teóricos já enunciados.

Pedimos a colaboração de professores das turmas de modo a que os alunos preenchessem o inquérito por questionário na sua aula.

Aos estudantes pediu-se que fossem sinceros, até porque os questionários eram anónimos e a investigação não pertencia aos professores da escola, alertando-os,

contudo, para o facto de que as conclusões a que eventualmente chegássemos poderiam contribuir para o sucesso de todos.

Após a recolha dos inquéritos por questionário devidamente preenchidos, procedemos ao tratamento estatístico dos seus dados.

Com a nossa investigação pretendemos, dar o nosso contributo para a resolução do problema de modo a inverter a situação atual.

Em consonância com a nossa questão de partida, definimos como principal objetivo a perseguir: refletir criticamente sobre a forma como podemos ajudar a despertar e manter o interesse pela educação financeira de forma a adquirirem ferramentas para os preparar a tomarem decisões financeiras acertadas ao longo da vida.

Definimos “o campo em que o estudo se situa”, elaboramos a nossa pergunta de partida e formulamos “as hipóteses que serão testadas no decurso da observação”, para nos ajudarem a alcançar uma resposta apreciável.

Uma hipótese “é uma proposição provisória, uma pressuposição que deve ser verificada (Quivy & Campenhoud, 2008, p. 136). Ao longo do trabalho de investigação que realizámos, procuramos respostas para a nossa questão de partida.

5.2. Instrumentos de Pesquisa

Uma investigação-ação é normalmente um estudo qualitativo, podendo, no entanto, conciliar outros métodos, “incluindo técnicas quantitativas”.

Tendo em conta o conhecimento da população do nosso estudo e, principalmente, da nossa amostra, optámos, por um metodologia mista, privilegiando, no entanto, a quantitativa e recorremos ao questionário como instrumento.

Além de recorrermos a esta técnica quantitativa de recolha de informação, as conclusões que obtivermos serão analisadas tendo em vista o bem-estar de toda a comunidade educativa, imbuidos do espírito da metodologia que sempre utilizamos – investigação-ação – e pressupõe “uma permanente dinâmica entre a teoria e a prática” (Amaral et al., 1996, p. 116).

A nossa “abordagem quantitativa, empírica” (Albarello, 2005, p. 51) baseou-se no inquérito por questionário, constituído por perguntas fechadas. Elegemos esta

técnica, pois a nossa amostra é composta por estudantes do 3º Ciclo e Secundário, e o nosso objetivo é motivá-los para esta temática, explicando-lhes as vantagens desses conhecimentos, para as suas vidas.

Tentamos que as questões fechadas do nosso questionário não oferecessem qualquer ambiguidade, convencidos que esta tipologia de questões fechadas apresenta, no entanto, o perigo de ditar ou induzir uma resposta, dado não permitir qualquer variante.

Formulamos a tipologia de questões do questionário, de modo a fornecerem os dados que pretendíamos, selecionamos para muitas questões a escala de likert, de modo a que os inquiridos se situassem “a si próprios num *continuum* que vai de uma posição extrema à posição inversa” (Albarello, 2005, p. 53).

O questionário dirigido aos estudantes (anexo 1) inicia-se com o levantamento dos seus dados pessoais e familiares, no que diz respeito às habilitações dos pais e, de seguida, as questões centram-se nas suas conceções sobre as competências financeiras e sobre a transmissão desses conhecimentos quer por pais como por professores.

É de salientar que construímos o questionário seguindo esta sequência, mas consideramos que para a apresentação dos resultados fazia mais sentido ir buscar dados a diferentes questões, para que a leitura não parecesse repetitiva.

A população do nosso estudo é constituída por 870 alunos que frequentam o 3º Ciclo do Ensino Básico e ensino Secundário numa escola do Distrito do Porto, Concelho de Matosinhos, dos quais selecionamos 136 que constituirão a nossa amostra.

5.3. Enquadramento Geográfico e Institucional

Segundo o PEE – Projeto Educativo de Escola (2007) da Escola Secundária onde se desencadeou a nossa investigação, esta localiza-se no concelho de Matosinhos, na zona limítrofe da freguesia de Custóias, próxima das freguesias de S. Mamede de Infesta e de Leça do Balio, a nascente e da Senhora da Hora, a poente.

O espaço em que a escola se insere tem características urbanas e na zona envolvente convivem bairros sociais, cooperativas habitacionais e outras áreas residenciais.

O desenvolvimento urbano ocasionou a proliferação do setor dos serviços e comércio em detrimento das atividades agrícola e industrial. Segundo dados do INE, duas em cada três pessoas residentes no concelho de Matosinhos trabalham em atividades relacionadas com o setor dos serviços.

A nível socioprofissional, os pais dos alunos que frequentam a Escola são o reflexo deste forte crescimento suburbano, pertencendo na sua maioria, a uma classe média-baixa que trabalha no setor terciário, possuindo, predominantemente, o 3º Ciclo do Ensino Básico e o Ensino Secundário destacando-se, contudo uma formação académica mais elevada por parte das mães.

5.4. Análise e Discussão dos Resultados

Dos 136 alunos que definimos, à partida, como amostra da nossa investigação, foram devolvidos todos os questionários, o que corresponde a uma percentagem de 100% que é aquela que, efetivamente, se considerará no estudo.

5.4.1. Estatística Descritiva

Medidas de Tendência Central e de Dispersão para Variáveis Nominais: (*Mode*) e Frequências (*Frequencies*)

Neste universo de questionários devolvidos, vamos descrever a variável “Sexo” (variável nominal), as medidas adequadas e mais comumente utilizadas são a moda, como medida de tendência central, e as frequências, como medida de dispersão. Como podemos ver, temos dados válidos de 136 participantes e nenhum *missing*, ou seja, todos os participantes forneceram informação relativa a esta variável. A tabela intitula-se *Sexo*, e apresenta-nos as frequências, há 61 participantes do sexo masculino, os quais representam 44,9% da amostra total e 75 participantes do sexo feminino, representativo de 55,1% do total de participantes. Uma última nota acerca das colunas das percentagens (*Percent*) e percentagens válidas (*Valid Percent*). No caso particular desta variável, uma vez que não há *missings*, ambas as colunas são exatamente iguais, (Quadro 7).

Resultados Relativos à Moda e Frequências

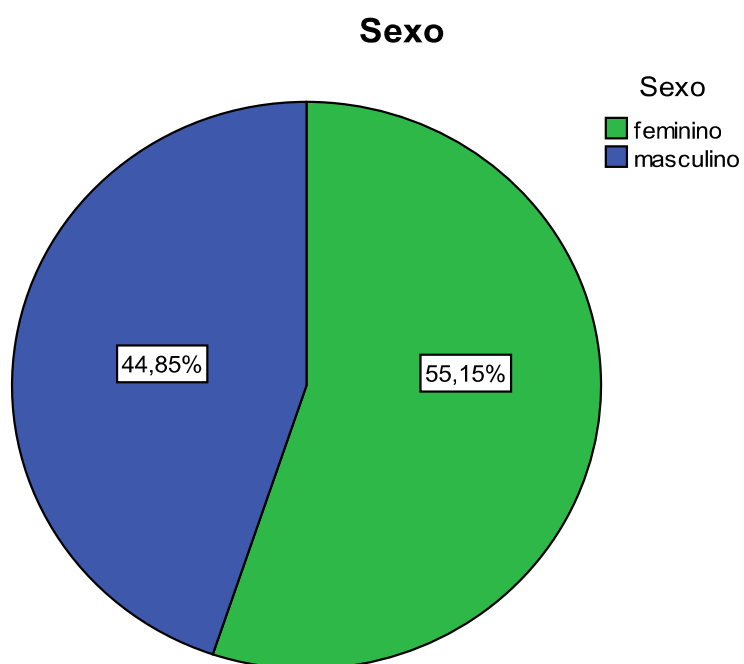
A amostra é constituída por 136 participantes, 61 (44,9%) do sexo masculino e 75 (55,1%) do sexo feminino ($Mo^3=1$).

Quadro nº 7 – Sexo

Sexo					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	masculino	61	44,9	44,9	44,9
	feminino	75	55,1	55,1	100,0
	Total	136	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria

Gráfico nº 10 - Sexo



Fonte: Elaboração própria

Medidas de Tendência Central e de Dispersão para Variáveis Ordinais: Mediana (*Median*) e Intervalo Interquartilico (*Interquartile Range*)

No caso das variáveis ordinais, as medidas descritivas mais adequadas são a mediana como medida de tendência central e o intervalo interquartilico como medida de dispersão. A mediana consiste no valor da variável ordenada até ao qual se encontram, pelo menos 50% dos participantes. Olhando para a coluna das percentagens acumuladas (*Cumulative Percent*) concluímos que a mediana será o valor associado ao 9º ano, uma vez que é nesse (ou até esse) valor que encontramos, pelo menos, 50% de indivíduos. Teremos de ir à *Variable View* do SPSS e nos *Values* verificar qual o valor para o 9º ano. Esse valor é '3'. Assim a mediana é 3. Temos dados válidos de 136 casos e nenhum *missing*, todos os participantes forneceram informação relativa a esta variável.

No quadro, intitulado *Ano de Curso*, na coluna das percentagens (*Percent*), a amostra tem 17,6% de indivíduos no 7º ano, 14,7% de indivíduos no 8º ano, 17,6% de indivíduos no 9º ano, 13,2% de indivíduos no 10º ano, 19,9% de indivíduos no 11º ano e 16,9% de indivíduos no 12º ano. Quanto ao **intervalo interquartilico**, este expressa a diferença entre os percentis 75 e 25. Por analogia com a definição de mediana ou percentil 50, o percentil 25 será o valor da variável até ao qual encontramos, pelo menos, 25% da amostra. No nosso caso, será o valor associado ao 8º ano. Por seu turno, o percentil 75 será o valor da variável até ao qual encontramos, pelo menos, 75% da amostra. Concluímos que será o valor subjacente ao 11º ano. Depois de verificarmos os valores numéricos associados a estes dois grupos nos SPSS no *Values* da *Variable View* (8º ano – 2; 11º ano – 5), resta fazer o cálculo da diferença ($5-2=3$) e concluir que o intervalo interquartilico é 3, (Quadro 8).

Resultados relativos à Mediana e Intervalo Interquartilico

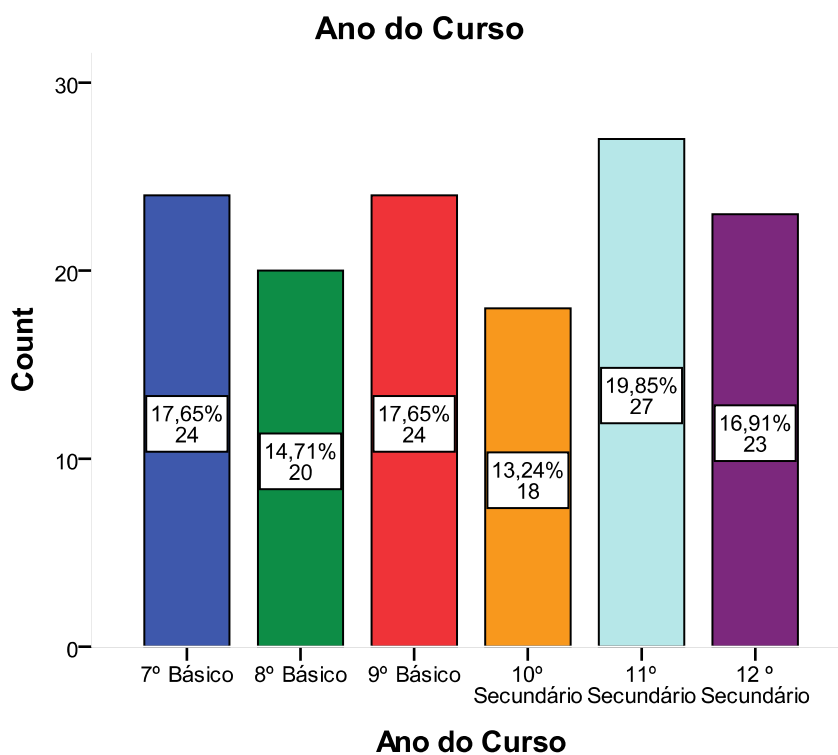
A amostra é constituída por 136 participantes, 24 (17,6%) frequentam o 7º ano do curso, 20 (14,7%) o 8º ano, 24 (17,6%) o 9º ano, 18 (13,2%) o 10º ano, 27 (19,9%) o 11º ano e 23 (16,9%) o 12º ano (Mdn=3, IQQ=3)

Quadro nº 8 – Ano do Curso

Ano do Curso					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	7º Básico	24	17,6	17,6	17,6
	8º Básico	20	14,7	14,7	32,4
	9º Básico	24	17,6	17,6	50,0
	10º Secundário	18	13,2	13,2	63,2
	11º Secundário	27	19,9	19,9	83,1
	12º Secundário	23	16,9	16,9	100,0
	Total	136	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria

Gráfico nº 11 – Ano do Curso



Fonte: Elaboração própria

Medidas de Tendência Central e de Dispersão para Variáveis Intervalares Média (*Mean*) e Desvio-Padrão (*Standard Deviation*)

Para descrição de variáveis intervalares, utilizam-se a média como medida de tendência central e o desvio-padrão como medida de dispersão.

A média consiste no resultado da soma de todos os valores dos indivíduos numa determinada variável, dividido pelo número total de valores. O desvio-padrão traduz a dispersão média dos indivíduos em relação ao valor da média da amostra na variável em questão.

Vamos utilizar a variável “Idade” (Intervalar), para determinar a média e o desvio-padrão. Esta análise dá origem a uma única tabela intitulada *Descriptive Statistics* que nos fornece as seguintes informações: número de casos válidos (136), os valores mínimo e máximo assumidos pela variável ‘Idade’ na amostra (11 e 18, respetivamente), média (14,58) e desvio padrão (1,872), (Quadro 9).

Resultados relativos à Média e ao Desvio-Padrão

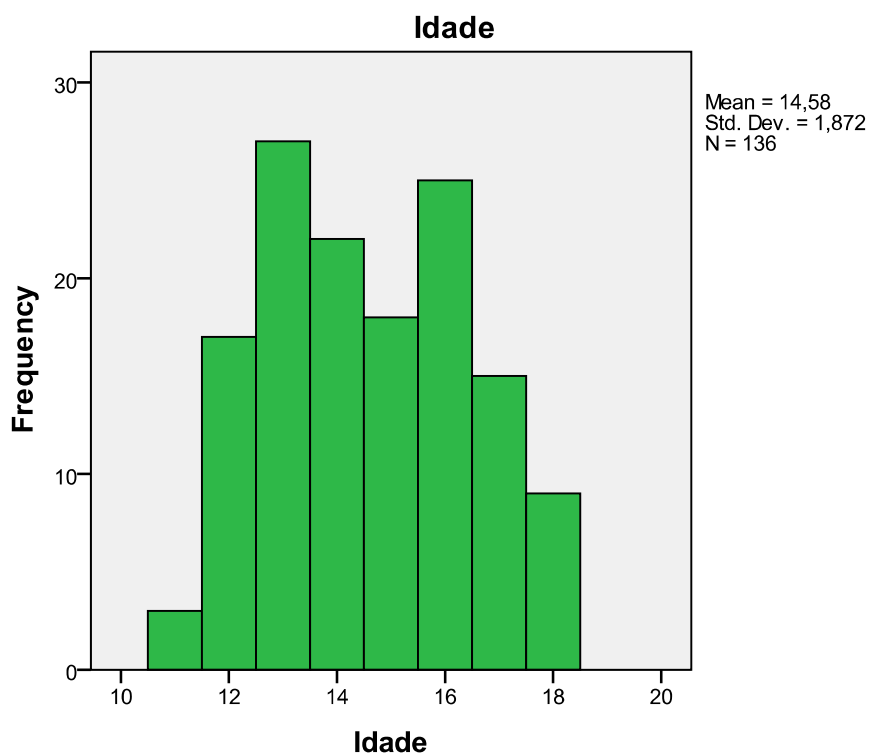
A idade dos participantes varia entre os 11 e os 18 anos, tendo uma média de 14,58 e desvio-padrão de 1,872.

Quadro nº 9 - Idade

Descriptive Statistics					
	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation
Idade	136	11	18	14,58	1,872
Valid N (listwise)	136				

Fonte: Elaboração própria

Gráfico nº 12 - Idade



Fonte: Elaboração própria

Caraterização das Habilitações académicas dos pais da amostra de estudantes

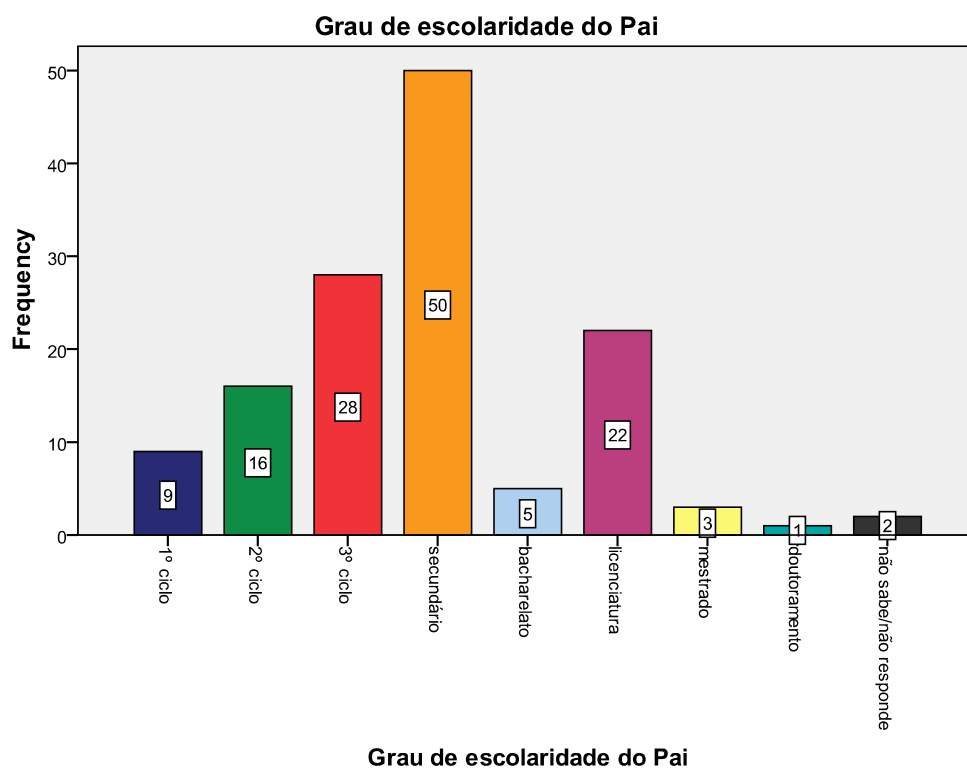
No que diz respeito às habilitações académicas dos pais, os alunos inquiridos assinalaram, em maior percentagem, o secundário (36,8%). Em segundo lugar, surge o 3º ciclo (20,6%), em terceiro lugar, aparece a licenciatura (16,2%), em quarto lugar, surge o 2º ciclo (11,8%), em quinto lugar, aparece o 1º ciclo (6,6%), em sexto lugar, surge o bacharelato (3,7%), em sétimo lugar, aparece o mestrado (2,2%), em oitavo lugar, surge o não sabe ou não responde (1,5%), no nono lugar e último, aparece o doutoramento (0,7%) (Quadro 10).

Quadro nº 10 – Grau de escolaridade do Pai

Grau de escolaridade do Pai					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1º ciclo	9	6,6	6,6	6,6
	2º ciclo	16	11,8	11,8	18,4
	3º ciclo	28	20,6	20,6	39,0
	secundário	50	36,8	36,8	75,7
	bacharelato	5	3,7	3,7	79,4
	licenciatura	22	16,2	16,2	95,6
	mestrado	3	2,2	2,2	97,8
	doutoramento	1	,7	,7	98,5
	não sabe/não responde	2	1,5	1,5	100,0
	Total	136	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria

Gráfico nº 13 – Grau de escolaridade do Pai



Fonte: Elaboração própria

Caraterização das Habilitações académicas das mães da amostra de estudantes

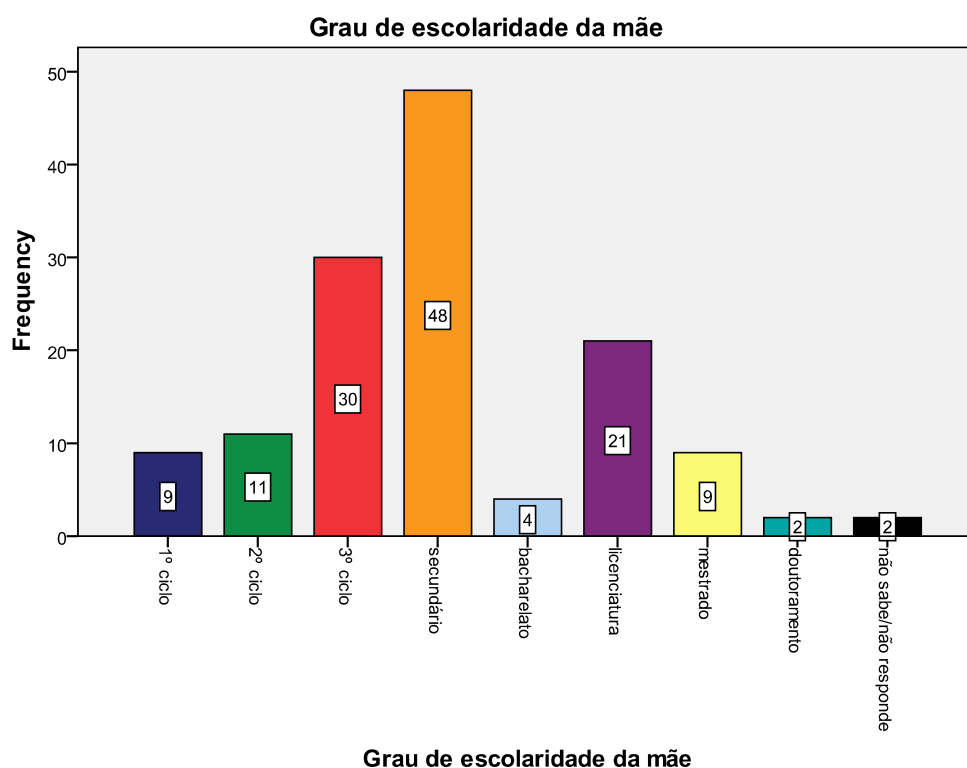
No que diz respeito às habilitações académicas das mães, os alunos inquiridos assinalaram, em maior percentagem, o secundário (35,3%). Em segundo lugar, surge o 3º ciclo (22,1%), em terceiro lugar, aparece a licenciatura (15,4%), em quarto lugar, surge o 2º ciclo (8,1%), em quinto e sexto lugar, aparecem em simultâneo o mestrado e o 1º ciclo (6,6%), em sétimo lugar, surge o bacharelato (2,9%), em oitavo e nono lugar, aparecem com a mesma percentagem o doutoramento e o não sabe ou não responde (1,5%) (Quadro 11).

Quadro nº 11 – Grau de escolaridade da Mãe

Grau de escolaridade da mãe					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1º ciclo	9	6,6	6,6	6,6
	2º ciclo	11	8,1	8,1	14,7
	3º ciclo	30	22,1	22,1	36,8
	secundário	48	35,3	35,3	72,1
	bacharelato	4	2,9	2,9	75,0
	licenciatura	21	15,4	15,4	90,4
	mestrado	9	6,6	6,6	97,1
	doutoramento	2	1,5	1,5	98,5
	não sabe/não responde	2	1,5	1,5	100,0
	Total	136	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria

Gráfico n° 14 – Grau de escolaridade da Mãe

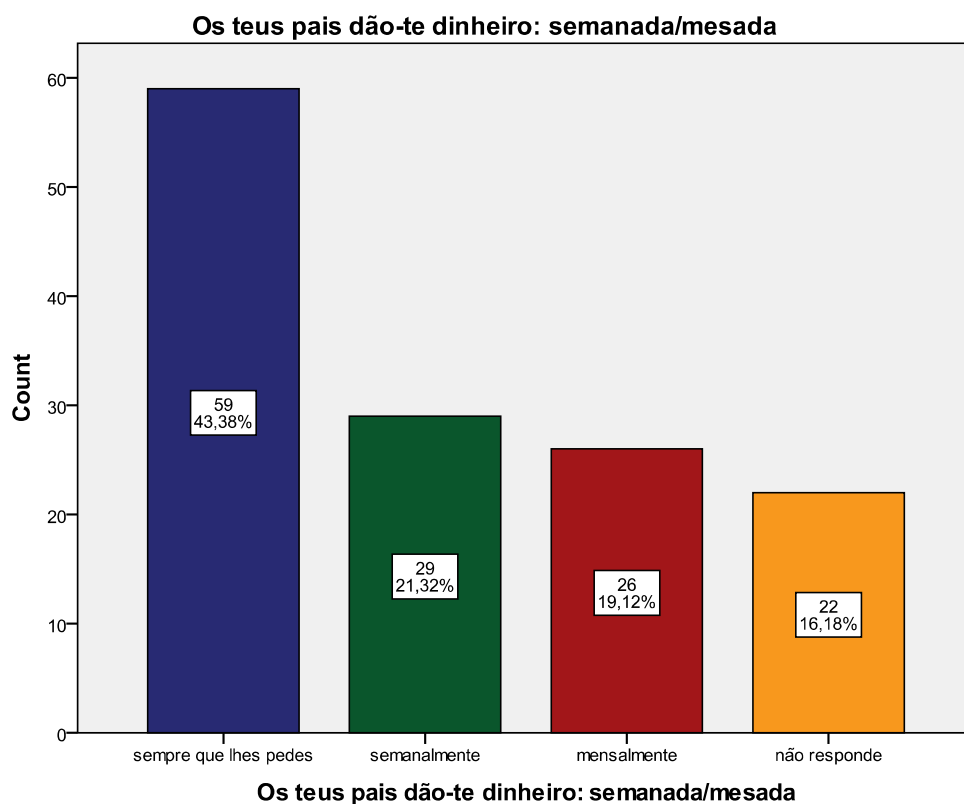


Fonte: Elaboração própria

Respostas relativas à frequência de rendimentos dados pelos pais

No que diz respeito à frequência de rendimentos dados pelos pais, os alunos inquiridos assinalaram, em primeiro lugar, com a percentagem (43,4%), sempre que lhes pedem. Em segundo lugar, surge o semanalmente (21,3%), em terceiro lugar, aparece o mensalmente (19,1%), em quarto e último lugar, surge o não responde (16,2%) (Gráfico 15).

Gráfico nº 15 – Semanada/Mesada

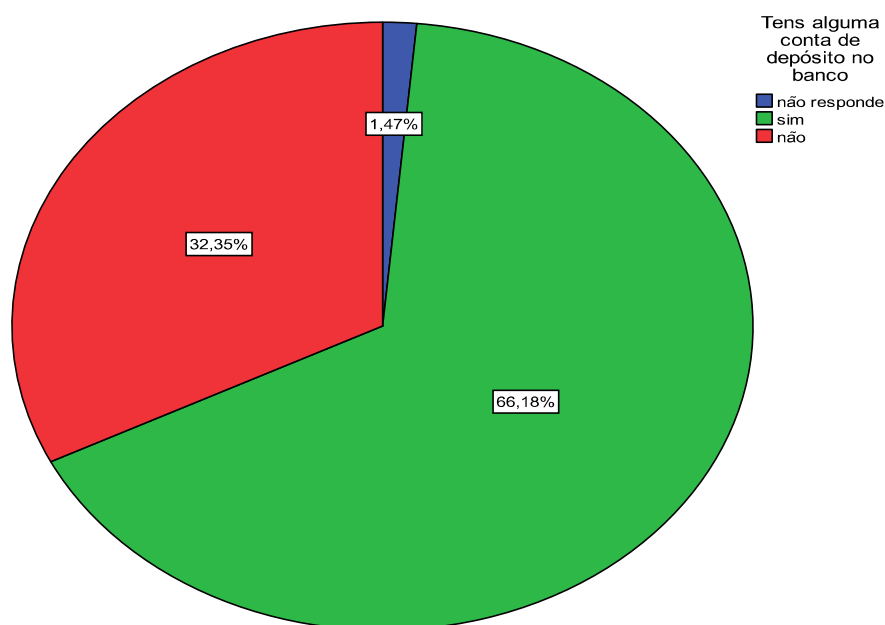


Fonte: Elaboração própria

Respostas relativas à posse de uma conta de depósito no banco

No que se refere à posse de uma conta de depósito no banco, verifica-se que em primeiro lugar (66,2%), dos inquiridos, possuem uma conta de depósito. Aparece em segundo lugar (32,4%), não possuem uma conta de depósito, em terceiro e último lugar o não responde com (1,5%), dos inquiridos (Gráfico 16).

Gráfico nº 16 – Conta de depósito no banco



Fonte: Elaboração própria

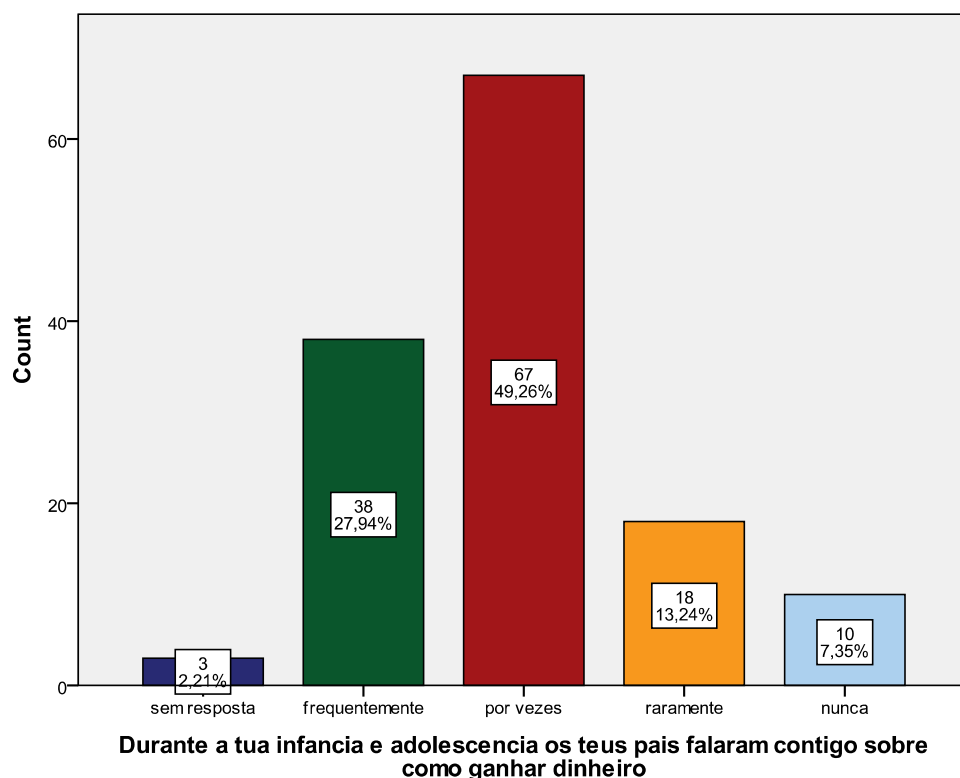
Respostas relativas aos conhecimentos sobre literacia financeira

Nas perguntas nºs 4,5,6,7,8 e 9 vai-se aferir o nível de conhecimentos sobre o nível de literacia financeira dos inquiridos.

Nestas perguntas optou-se pela escolha múltipla, onde o inquirido tinha de assinalar a opção que considerava correta para cada uma das questões apresentadas.

Da análise do gráfico nº 17, sobre se durante a infância e adolescência os pais falaram sobre como ganhar dinheiro, verifica-se em primeiro lugar com (49,3%), de respostas, é a que respeita a por vezes, em segundo lugar (27,9%), de respostas, a frequentemente, em terceiro lugar (13,2%), de respostas, a raramente, em quarto lugar (7,4%), de respostas, a nunca, em quinto lugar (2,2%), de respostas, a sem resposta (Gráfico 17).

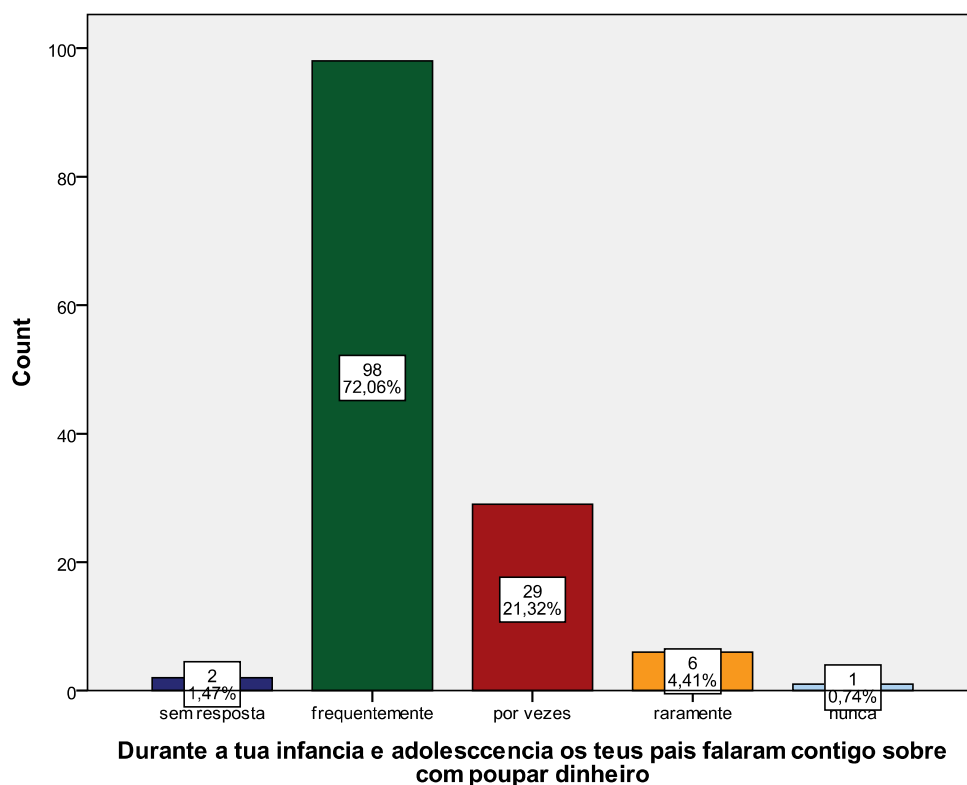
Gráfico nº 17 – Durante a infância e adolescência os pais falaram sobre como ganhar dinheiro



Fonte: Elaboração própria

Da análise do gráfico nº 18, sobre se durante a infância e adolescência os pais falaram sobre como poupar dinheiro, verifica-se um maior número de respostas (72,1%), dos inquiridos, aparece a de frequentemente, em segundo lugar (21,3%), dos inquiridos, a por vezes, em terceiro lugar (4,4%), dos inquiridos, a raramente, em quarto lugar (1,5%), dos inquiridos, a sem resposta, em quinto lugar (0,7%), dos inquiridos, a nunca (Gráfico 18).

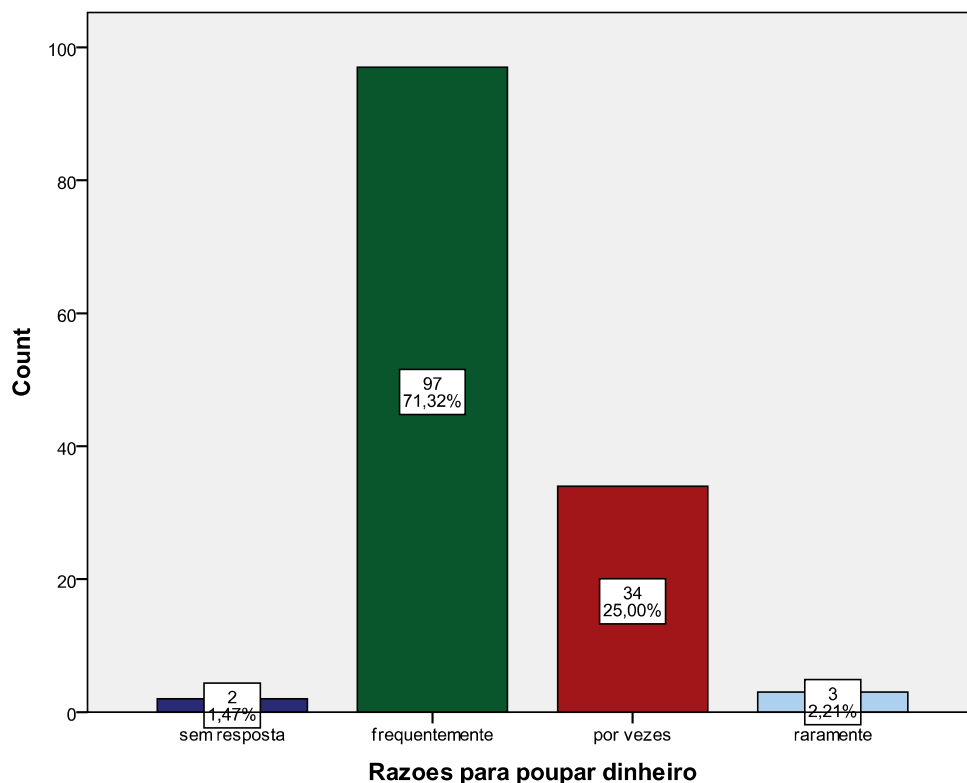
Gráfico nº 18 – Durante a infância e adolescência os pais falaram sobre como poupar dinheiro



Fonte: Elaboração própria

Da análise do gráfico nº 19, sobre se durante a infância e adolescência os pais falaram sobre as razões para poupar dinheiro, prevalece um maior número de respostas (71,3%), dos inquiridos, a frequentemente, em segundo lugar (25%), dos inquiridos, a por vezes, em terceiro lugar (2,2%), dos inquiridos, a raramente, em quarto lugar (1,5%), dos inquiridos, a sem resposta (Gráfico 19).

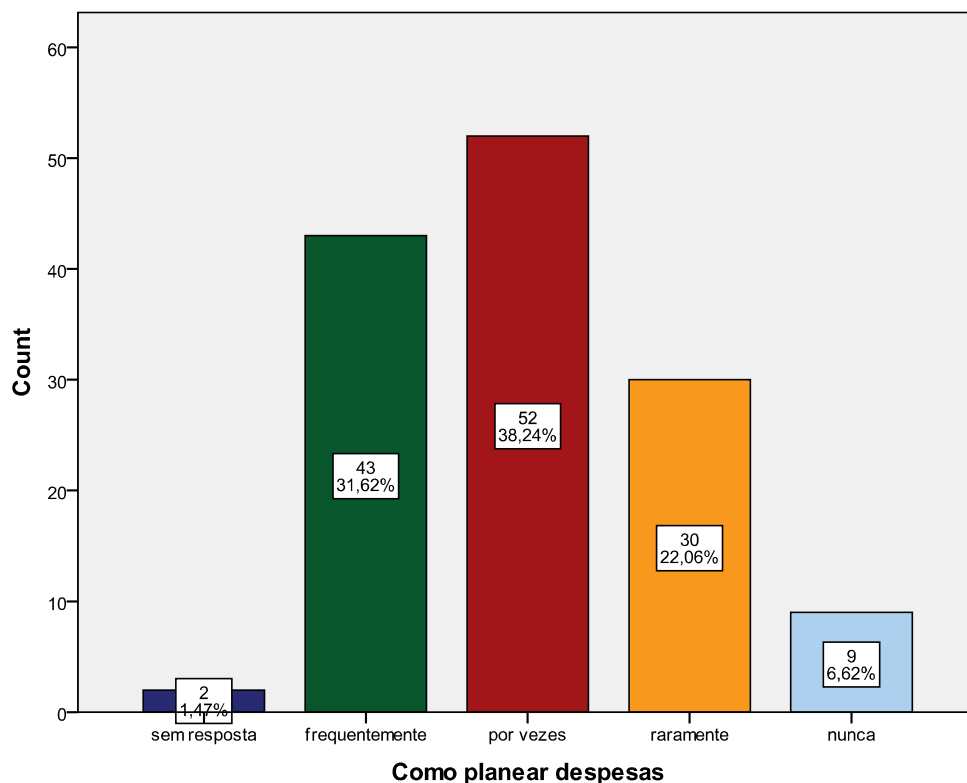
Gráfico nº 19 – Durante a infância e adolescência os pais falaram das razões para poupar dinheiro



Fonte: Elaboração própria

Da análise do gráfico nº 20, sobre se durante a infância e adolescência os pais falaram de como planear despesas, predominam (38,2%), dos inquiridos, a por vezes, em segundo lugar (31,6%), dos inquiridos, a frequentemente, em terceiro lugar (22,1%), dos inquiridos, a raramente, em quarto lugar (6,6%), dos inquiridos, a nunca, em quinto lugar (1,5%), dos inquiridos, sem resposta (Gráfico 20).

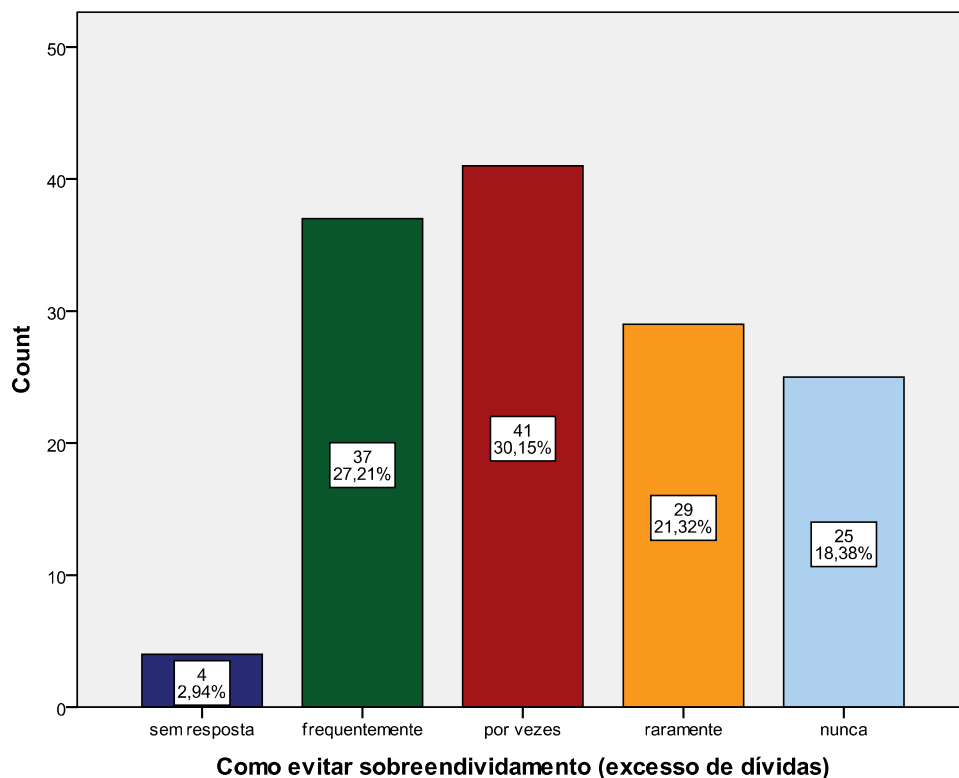
Gráfico nº 20 – Durante a infância e adolescência os pais falaram de como planejar despesas



Fonte: Elaboração própria

Da análise do gráfico nº 21, sobre se durante a infância e adolescência os pais falaram de como evitar o sobreendividamento (excesso de dívidas), verifica-se um maior número de respostas (30,1%), dos inquiridos, a por vezes, em segundo lugar (27,2%), dos inquiridos, a frequentemente, em terceiro lugar (21,3%), dos inquiridos, a raramente, em quarto lugar (18,4%), dos inquiridos, a nunca, em quinto lugar (2,9%), dos inquiridos, a sem resposta (Gráfico 21).

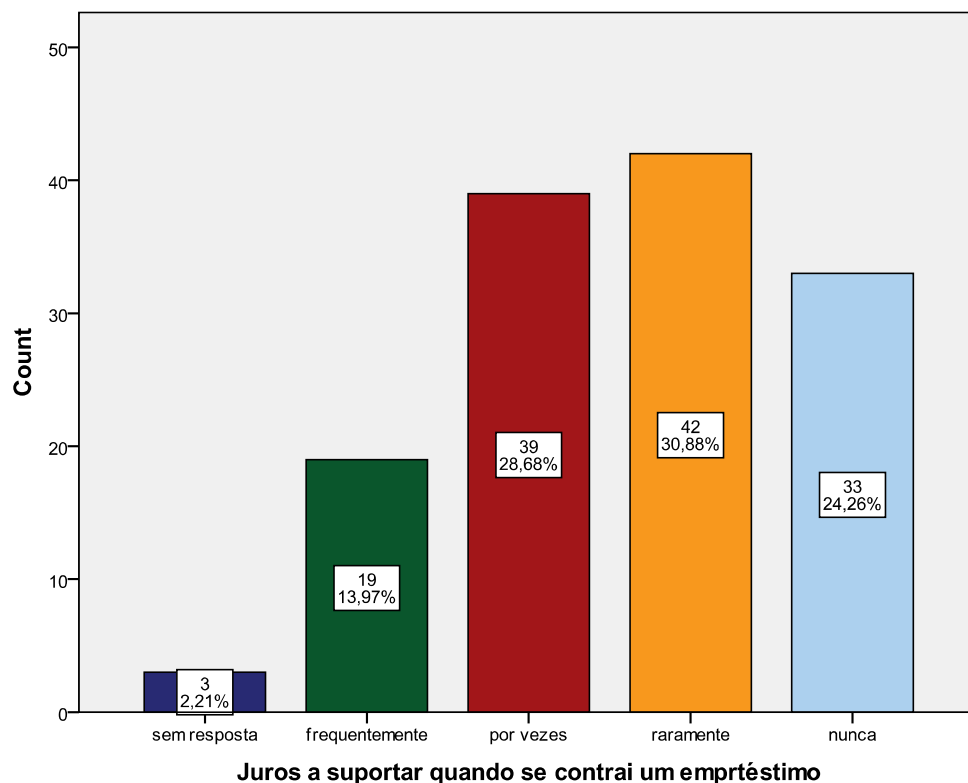
Gráfico n° 21 – Durante a infância e adolescência os pais falaram de como evitar o sobreendividamento



Fonte: Elaboração própria

Da análise do gráfico n° 22, sobre se durante a infância e adolescência os pais falaram sobre os juros a suportar quando se contrai um empréstimo, conclui-se que o maior número respondeu (30,9%), dos inquiridos, a raramente, em segundo lugar (28,7%), dos inquiridos, a por vezes, em terceiro lugar (24,3%), dos inquiridos, a nunca, em quarto lugar (14%), dos inquiridos, a frequentemente, em quinto e último lugar (2,2%), dos inquiridos, sem resposta (Gráfico 22).

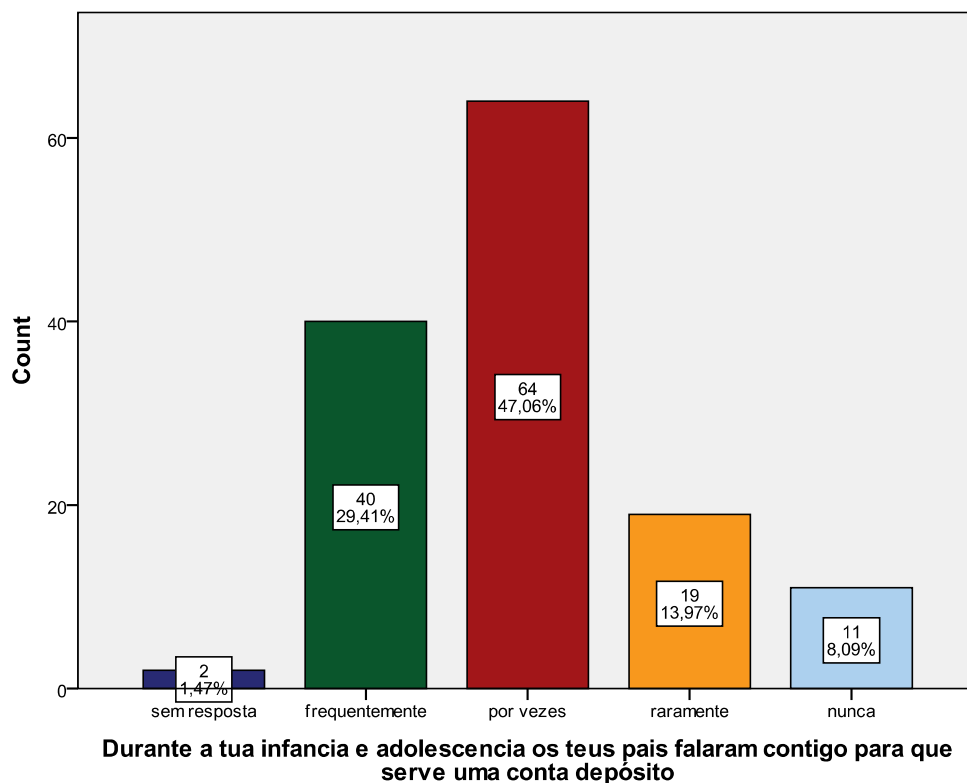
Gráfico nº 22 – Durante a infância e adolescência os pais falaram sobre os juros a suportar quando se contrai um empréstimo



Fonte: Elaboração própria

Da análise do gráfico nº 23, sobre se durante a infância e adolescência os pais falaram para que serve uma conta depósito, aparece em primeiro lugar (47,1%), dos inquiridos, a por vezes, em segundo lugar (29,4%), dos inquiridos, a frequentemente, em terceiro lugar (14%), dos inquiridos, a raramente, em quarto lugar (8,1%), dos inquiridos, a nunca, em quinto e último lugar (1,5%), dos inquiridos, a sem resposta (Gráfico 23).

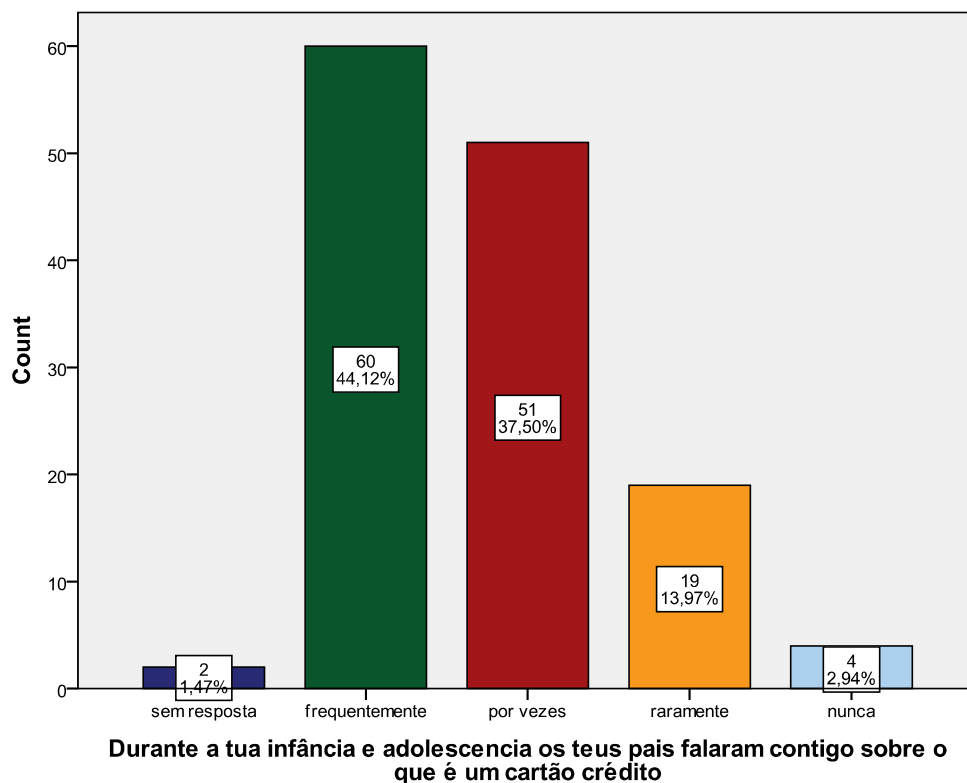
Gráfico nº 23 – Durante a infância e adolescência os pais falaram sobre para que serve uma conta de depósito



Fonte: Elaboração própria

Da análise do gráfico nº 24, sobre se durante a infância e adolescência os pais falaram sobre o que é um cartão de crédito, verifica-se em primeiro lugar (44,1%), dos inquiridos, a frequentemente, em segundo lugar (37,5%), dos inquiridos, a por vezes, em terceiro lugar (14%), dos inquiridos, a raramente, em quarto lugar (2,9%), dos inquiridos, a nunca, em quinto lugar (1,5%), dos inquiridos, a sem resposta (Gráfico 24).

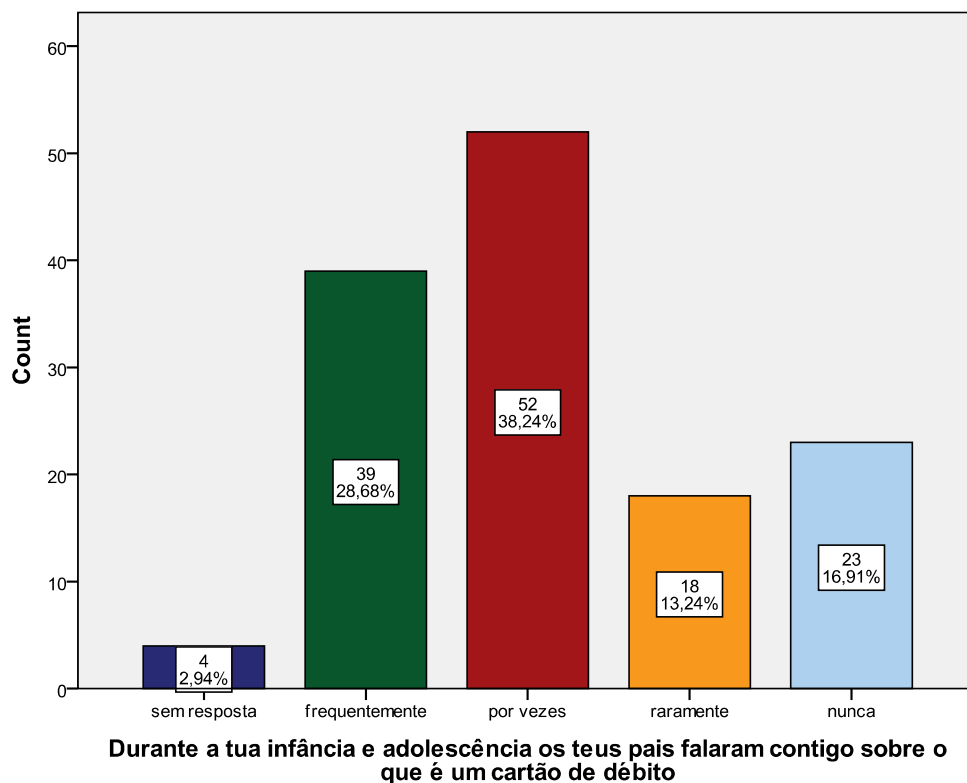
Gráfico n° 24 – Durante a infância e adolescência os pais falaram sobre o que é um cartão de crédito



Fonte: Elaboração própria

Da análise do gráfico n° 25, sobre se durante a infância e adolescência os pais falaram sobre o que é um cartão de débito, aparece em primeiro lugar (38,2%), dos inquiridos, a por vezes, em segundo lugar (28,7%), dos inquiridos, a frequentemente, em terceiro lugar, (16,9%), dos inquiridos, a nunca, em quarto lugar (13,2%), dos inquiridos, a raramente, em quinto lugar (2,9%), dos inquiridos, a sem resposta (Gráfico 25).

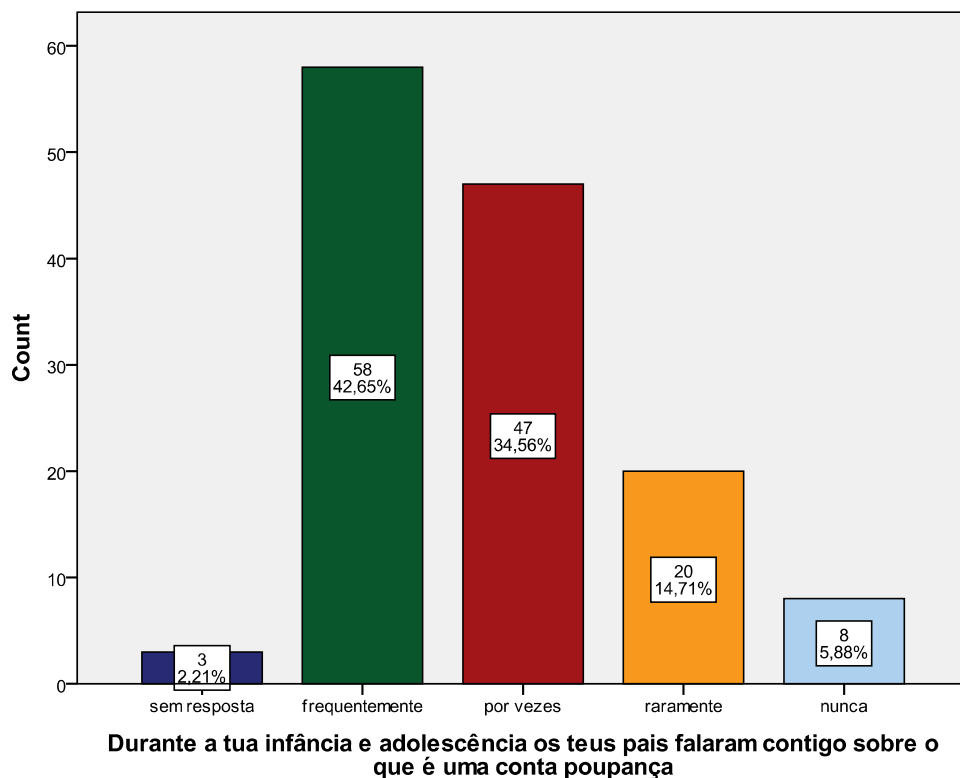
Gráfico n° 25 – Durante a infância e adolescência os pais falaram sobre o que é um cartão de débito



Fonte: Elaboração própria

Da análise do gráfico n° 26, sobre se durante a infância e adolescência os pais falaram sobre o que é uma conta poupança, conclui-se em primeiro lugar (42,6%), dos inquiridos, a frequentemente, em segundo lugar (34,6%), dos inquiridos, a por vezes, em terceiro lugar (14,7%), dos inquiridos, a raramente, em quarto lugar (5,9%), dos inquiridos, a nunca, em quinto e último lugar (2,2%), dos inquiridos, a sem resposta (Gráfico 26).

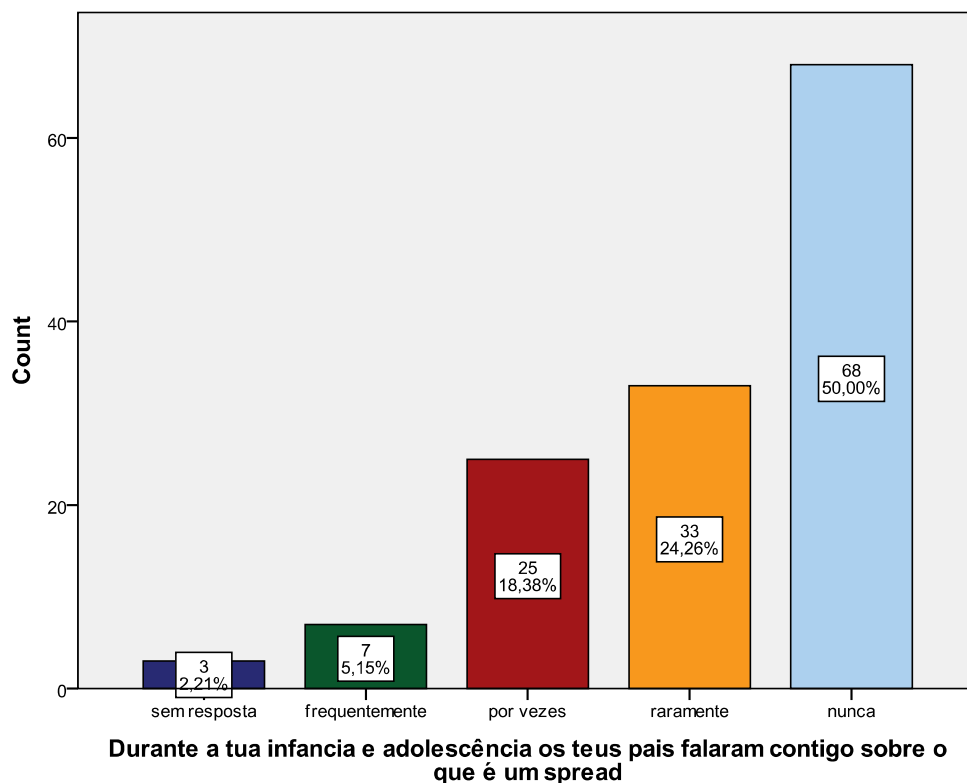
Gráfico nº 26 – Durante a infância e adolescência os pais falaram sobre o que é uma conta poupança



Fonte: Elaboração própria

Da análise do gráfico nº 27, sobre se durante a infância e adolescência os pais falaram sobre o que é um *spread*, verifica-se em primeiro lugar (50%), dos inquiridos, a nunca, em segundo lugar (24,3%), dos inquiridos, a raramente, em terceiro lugar (18,4%), dos inquiridos, a por vezes, em quarto lugar (5,1%), dos inquiridos, a frequentemente, em quinto lugar (2,2%), dos inquiridos, a sem resposta (Gráfico 27).

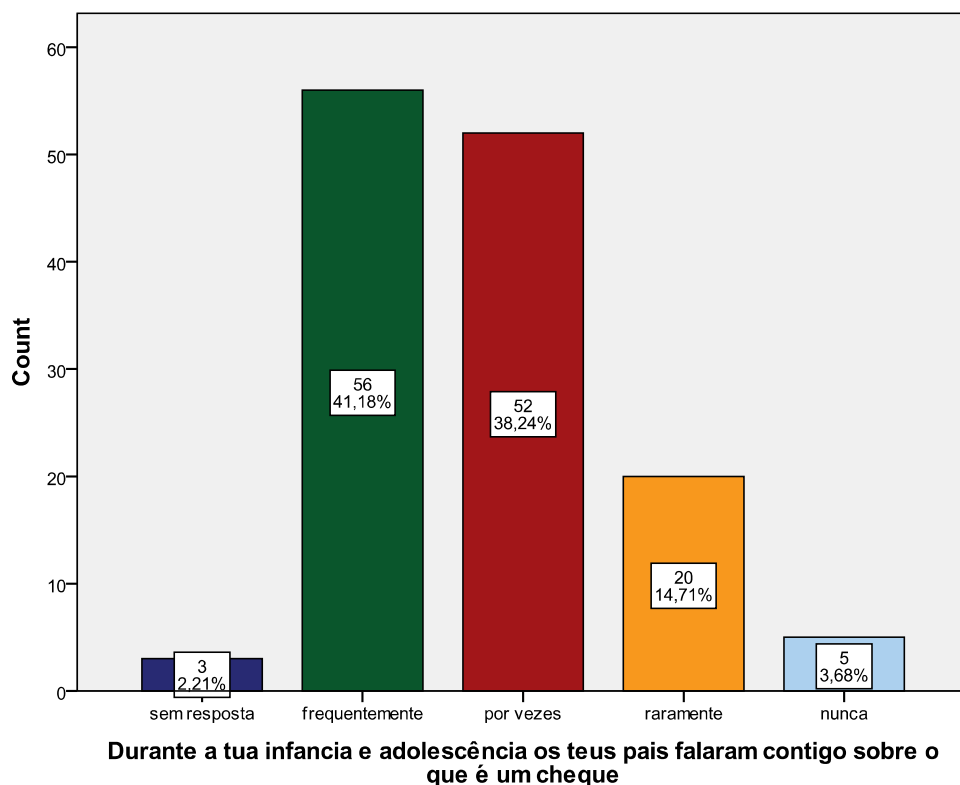
Gráfico nº 27 – Durante a infância e adolescência os pais falaram sobre o que é um spread



Fonte: Elaboração própria

Da análise do gráfico nº 28, sobre se durante a infância e adolescência os pais falaram sobre o que é um cheque, aparece em primeiro lugar (41,2%), dos inquiridos, a frequentemente, em segundo lugar (38,2%), dos inquiridos, a por vezes, em terceiro lugar (14,7%), dos inquiridos, a raramente, em quarto lugar (3,7%), dos inquiridos, a nunca, em quinto lugar (2,2%), dos inquiridos, a sem resposta (Gráfico 28).

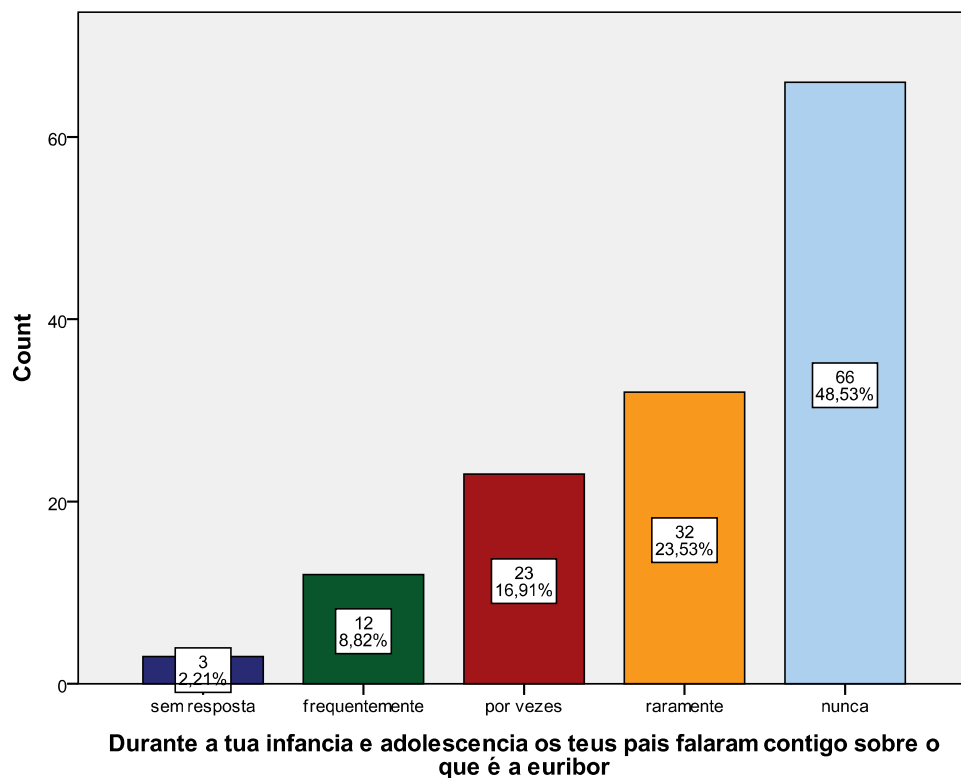
Gráfico n° 28 – Durante a infância e adolescência os pais falaram sobre o que é um cheque



Fonte: Elaboração própria

Da análise do gráfico n° 29, sobre se durante a infância e adolescência os pais falaram sobre o que é a *euribor*, conclui-se em primeiro lugar (48,5%), dos inquiridos, a nunca, em segundo lugar (23,5%), dos inquiridos, a raramente, em terceiro lugar (16,9%), dos inquiridos, a por vezes, em quarto lugar (8,8%), dos inquiridos, a frequentemente, em quinto lugar (2,2%), dos inquiridos, a sem resposta (Gráfico 29).

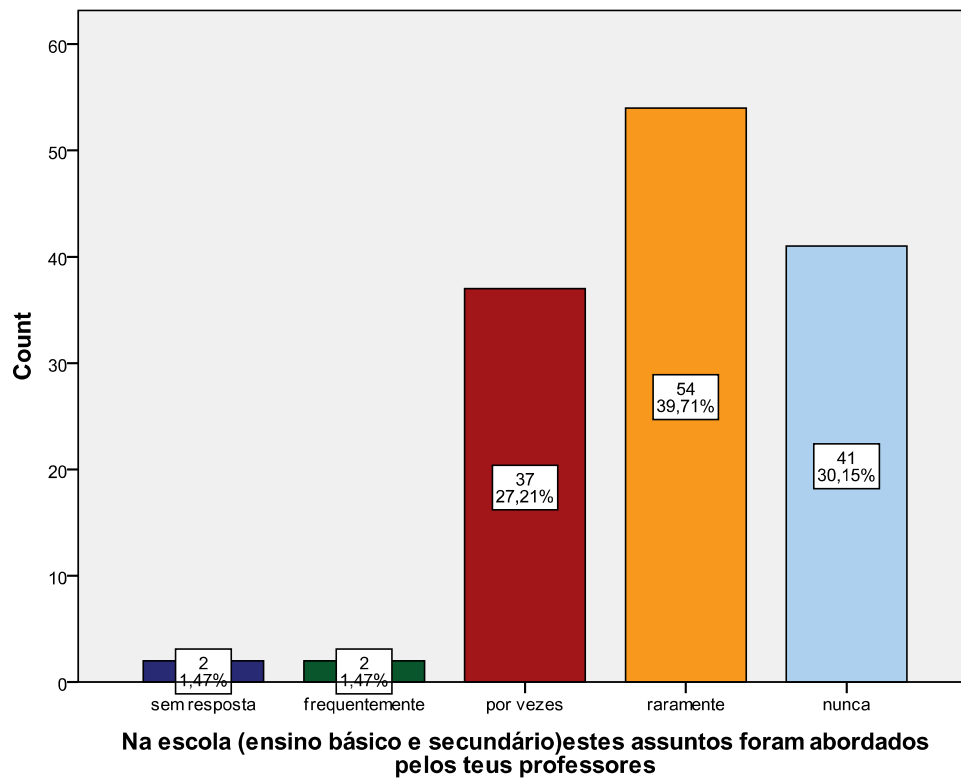
Gráfico nº 29 – Durante a infância e adolescência os pais falaram sobre o que é a Euribor



Fonte: Elaboração própria

Da análise do gráfico nº 30, sobre se na escola estes assuntos foram abordados pelos teus professores, verifica-se em primeiro lugar (39,7%), dos inquiridos, a raramente, em segundo lugar (30,1%), dos inquiridos, a nunca, em terceiro lugar (27,2%), dos inquiridos, a por vezes, em quarto e quinto lugar em simultâneo (1,5%), dos inquiridos, a frequentemente e a sem resposta (Gráfico 30).

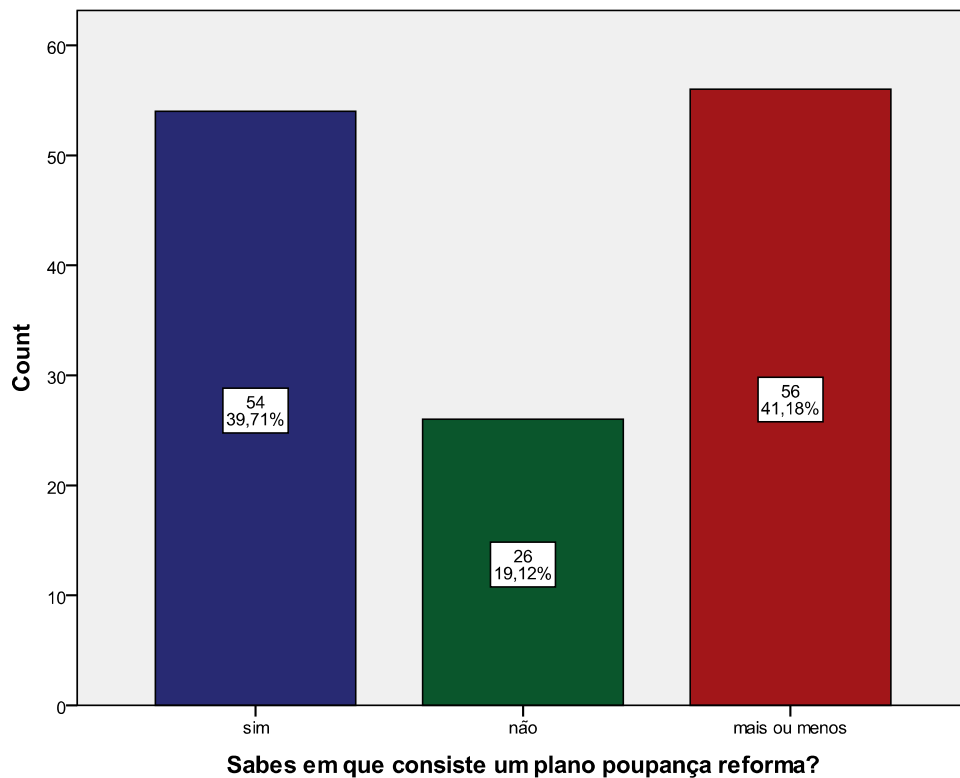
Gráfico n° 30 - Na escola estes assuntos foram abordados pelos teus professores



Fonte: Elaboração própria

Da análise do gráfico n° 31, sobre se sabes em que consiste um plano poupança reforma, verifica-se em primeiro lugar (41,2%), dos inquiridos, a mais ou menos, em segundo lugar (39,7%), dos inquiridos, a sim, em terceiro lugar (19,1%), dos inquiridos, a não (Gráfico 31).

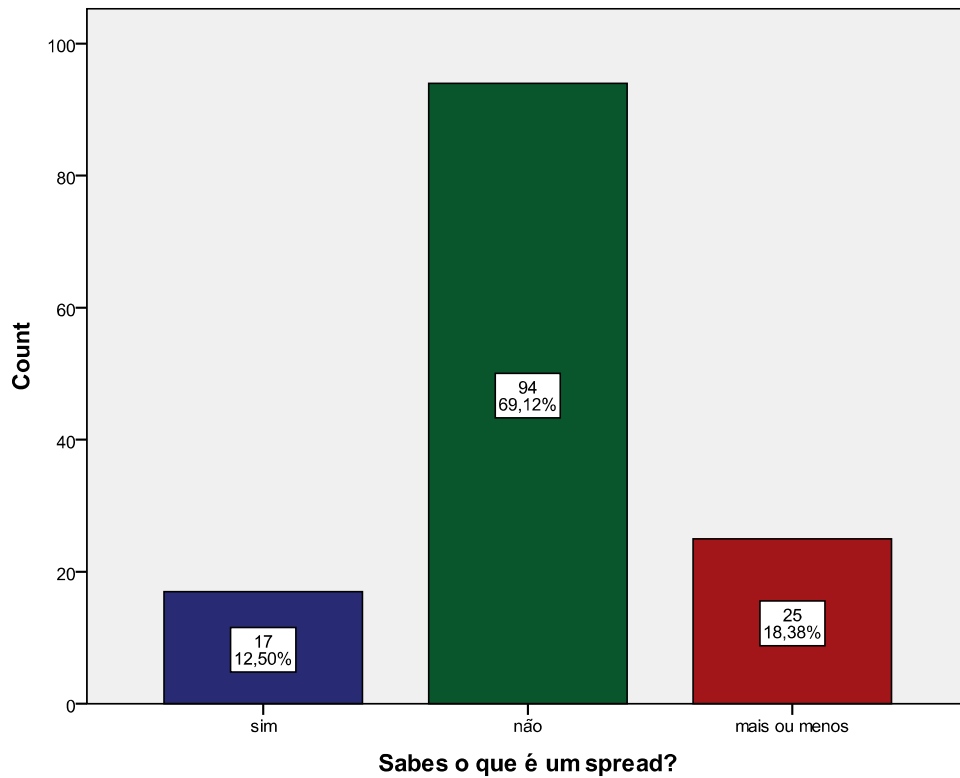
Gráfico n° 31 - Sabes em que consiste um plano poupança reforma



Fonte: Elaboração própria

Da análise do gráfico n° 32, sobre se sabes o que é um *spread*, verifica-se em primeiro lugar (69,1%), dos inquiridos, a não, em segundo lugar (18,4%), dos inquiridos, a mais ou menos, em terceiro lugar (12,5%), dos inquiridos, a sim (Gráfico 32).

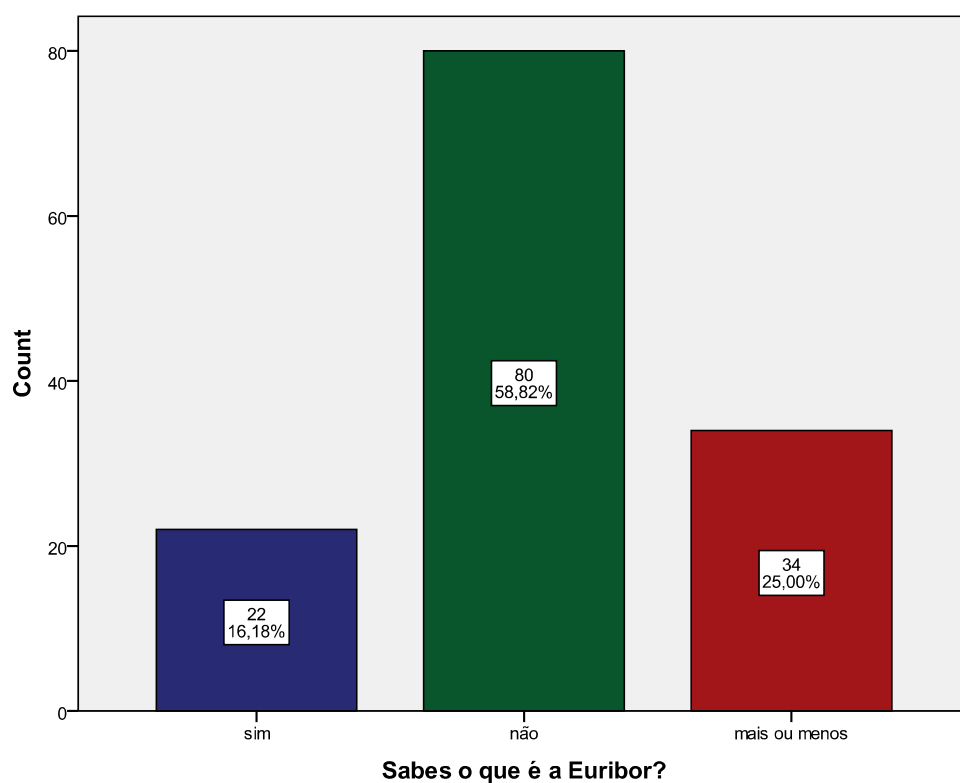
Gráfico n° 32 - Sabes o que é um *spread*



Fonte: Elaboração própria

Da análise do gráfico n° 33, sobre se sabes o que é a *euribor*, verifica-se em primeiro lugar (58,8%), dos inquiridos, a não, em segundo lugar (25%), dos inquiridos, a mais ou menos, em terceiro lugar (16,2%), dos inquiridos, a sim (Gráfico 33).

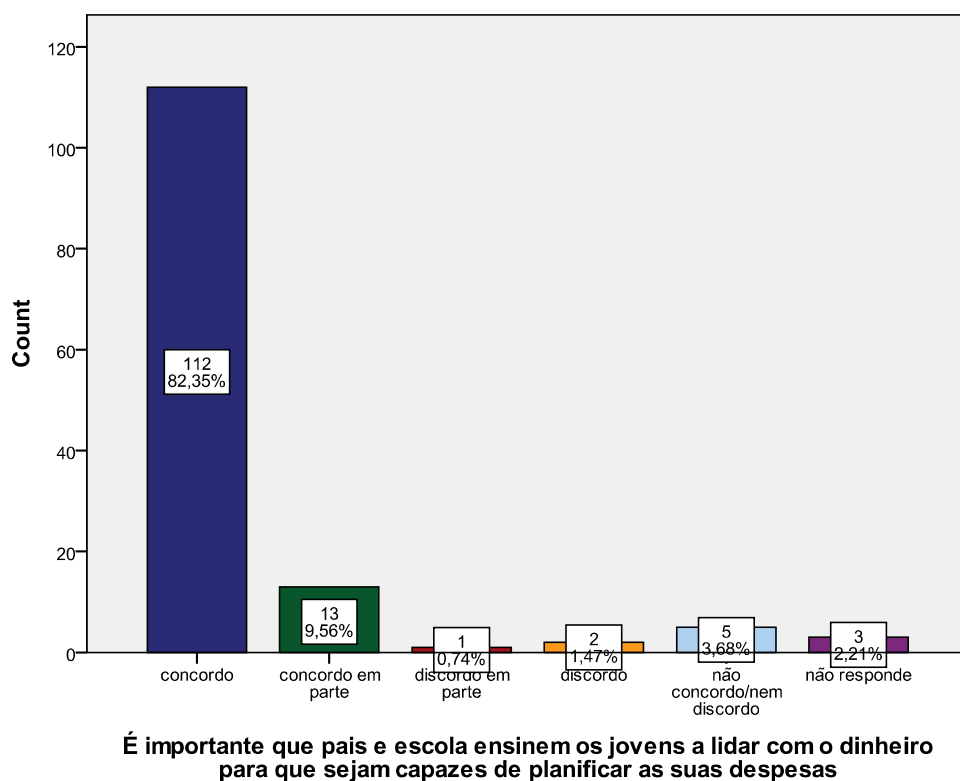
Gráfico n° 33 - Sabes o que é a Euribor



Fonte: Elaboração própria

Da análise do gráfico n° 34, sobre se é importante que pais e escola ensinem os jovens a lidar com o dinheiro para que sejam capazes de planificar as suas despesas, verifica-se em primeiro lugar (82,8%), dos inquiridos, a concordo, em segundo lugar (9,6%), dos inquiridos, a concordo em parte, em terceiro lugar (3,7%), dos inquiridos, a não concordo/nem discordo, em quarto lugar (2,2%), dos inquiridos, a não responde, em quinto lugar (1,5%), dos inquiridos, a discordo, em sexto lugar (0,7%), dos inquiridos, a discordo em parte (Gráfico 34).

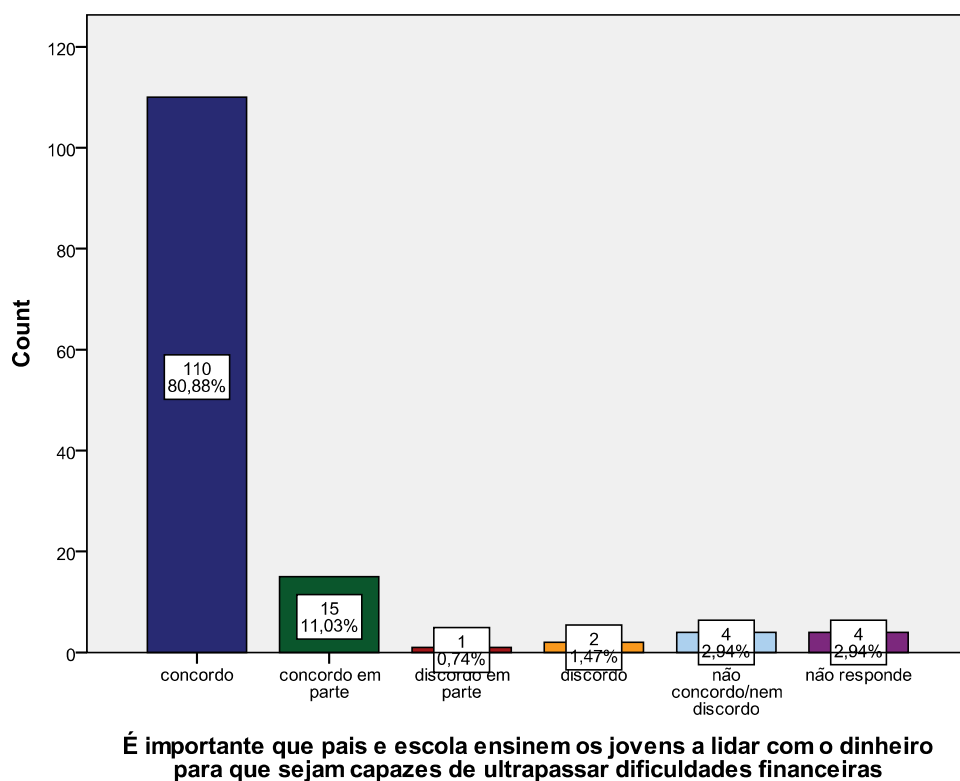
Gráfico n° 34 - É importante que pais e escola ensinem os jovens a lidar com o dinheiro para que sejam capazes de planificar as suas despesas



Fonte: Elaboração própria

Da análise do gráfico n° 35, sobre se é importante que pais e escola ensinem os jovens a lidar com o dinheiro para que sejam capazes de ultrapassar dificuldades financeiras, aparece em primeiro lugar (80,9%), dos inquiridos, a concordo, em segundo lugar (11%), dos inquiridos, a concordo em parte, em terceiro e quarto lugar em simultâneo (2,9%), dos inquiridos, a não concordo/nem discordo e a não responde, em quinto lugar (1,5%), dos inquiridos, a discordo, em sexto lugar (0,7%), dos inquiridos, a discordo em parte (Gráfico 35).

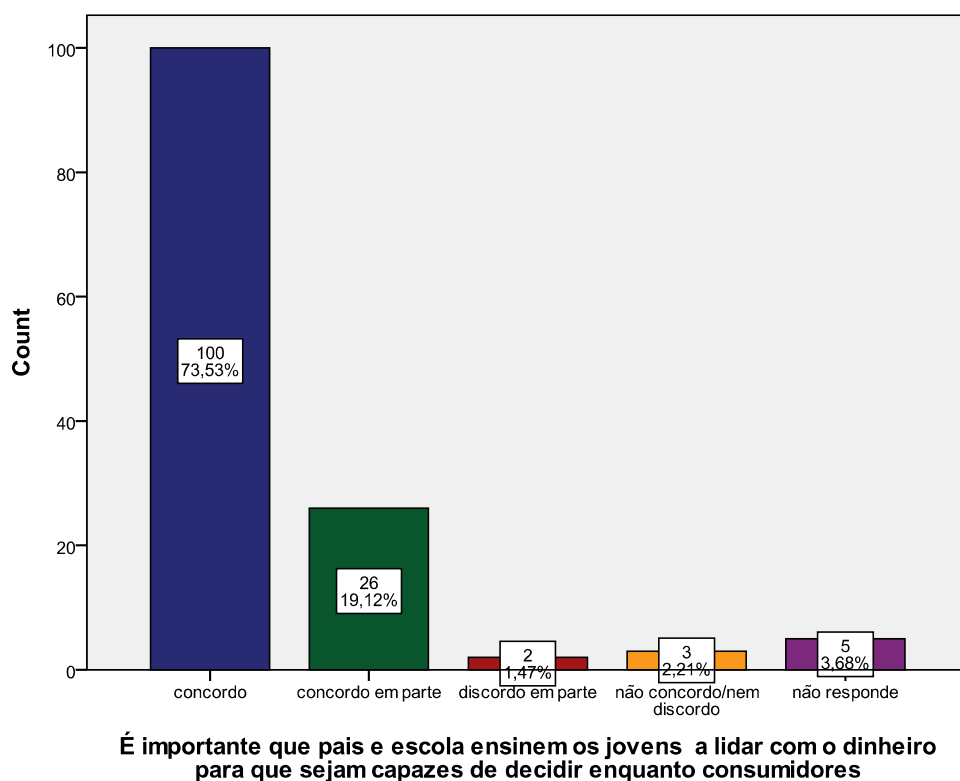
Gráfico n° 35 - É importante que pais e escola ensinem os jovens a lidar com o dinheiro para que sejam capazes de ultrapassar as dificuldades financeiras



Fonte: Elaboração própria

Da análise do gráfico n° 36, sobre se é importante que pais e escola ensinem os jovens a lidar com o dinheiro para que sejam capazes de decidir enquanto consumidores, aparece em primeiro lugar (73,5%), dos inquiridos, a concordo, em segundo lugar (19,1%), dos inquiridos, a concordo em parte, em terceiro lugar (3,7%), dos inquiridos, a não responde, em quarto lugar (2,2%), dos inquiridos, a não concordo/nem discordo, em quinto lugar (1,5%), dos inquiridos, a discordo em parte (Gráfico 36).

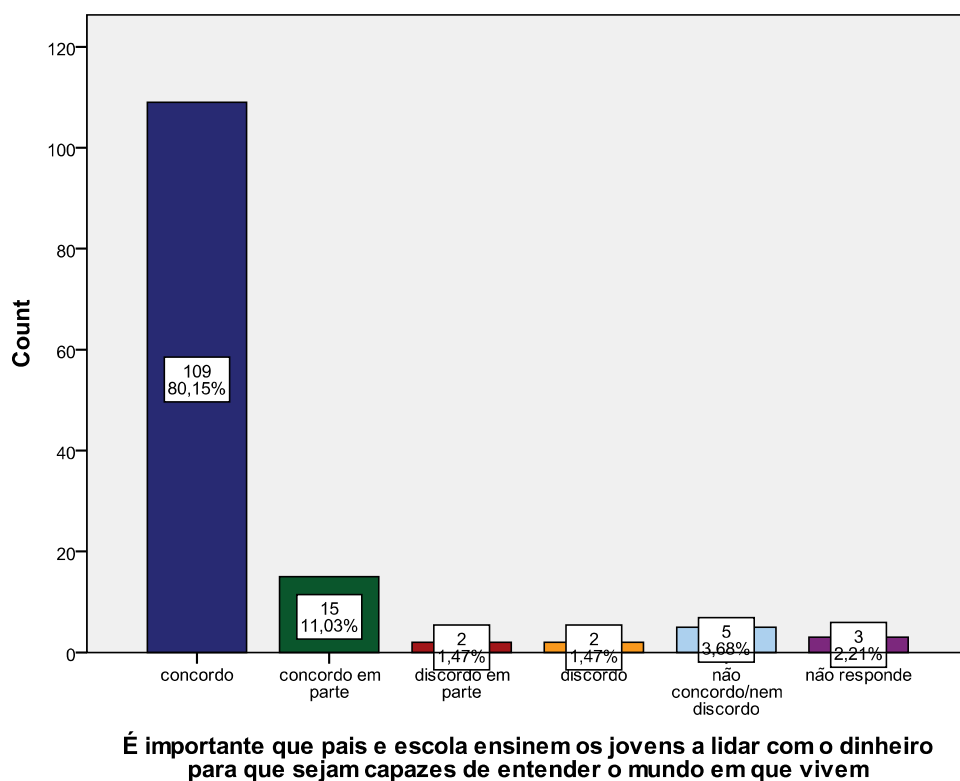
Gráfico n° 36 - É importante que pais e escola ensinem os jovens a lidar com o dinheiro para que sejam capazes de decidir enquanto consumidores



Fonte: Elaboração própria

Da análise do gráfico n° 37, sobre se é importante que pais e escola ensinem os jovens a lidar com o dinheiro para que sejam capazes de entender o mundo em que vivem, aparece em primeiro lugar (80,1%), dos inquiridos, a concordo, em segundo lugar (11%), dos inquiridos, a concordo em parte, em terceiro lugar (3,7%), dos inquiridos, a não concordo/nem discordo, em quarto lugar (2,2%), dos inquiridos, a não responde, em quinto e sexto lugar em simultâneo (1,5%), dos inquiridos, a discordo em parte e discordo (Gráfico 37).

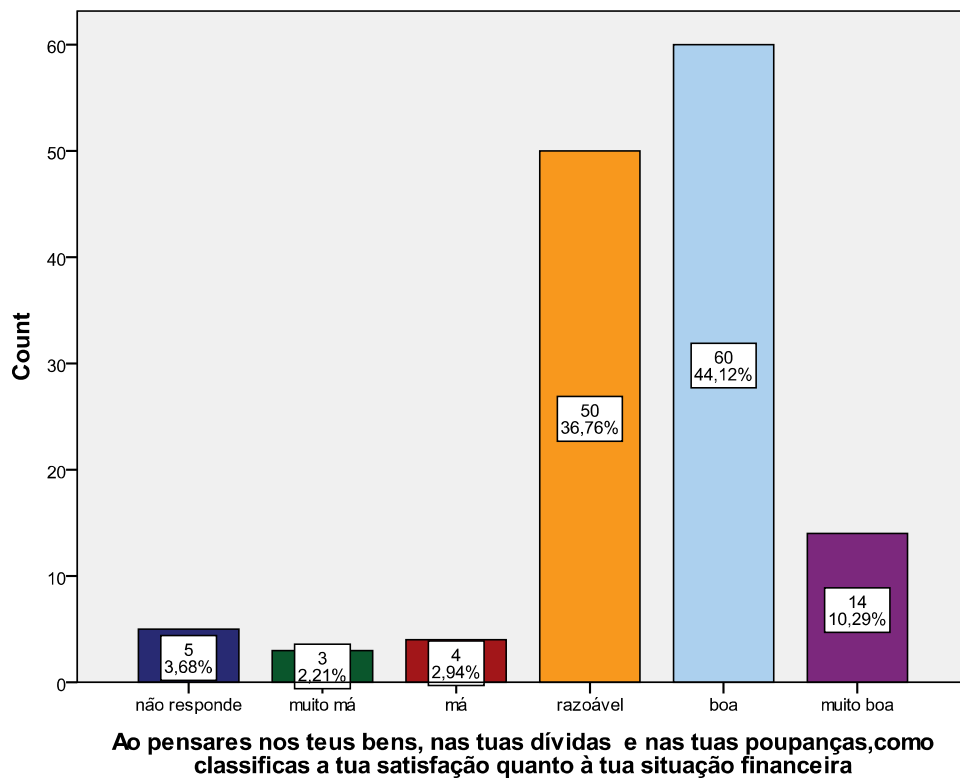
Gráfico n° 37 - É importante que pais e escola ensinem os jovens a lidar com o dinheiro para que sejam capazes de entender o mundo em que vivem



Fonte: Elaboração própria

Da análise do gráfico n° 38, sobre se ao pensar nos seus bens, nas suas dívidas e nas suas poupanças, como classificam a sua satisfação quanto à sua situação financeira, aparece em primeiro lugar (44,1%), dos inquiridos, a boa, em segundo lugar (36,8%), dos inquiridos, a razoável, em terceiro lugar (10,3%), dos inquiridos, a muito boa, em quarto lugar (3,7%), dos inquiridos, a não responde, em quinto lugar (2,9%), dos inquiridos, a má, em sexto lugar (2,2%), dos inquiridos, muito má (Gráfico 38).

Gráfico nº 38 - Ao pensares nos teus bens, nas tuas dívidas e nas tuas poupanças, como classificas a tua satisfação quanto à tua situação financeira

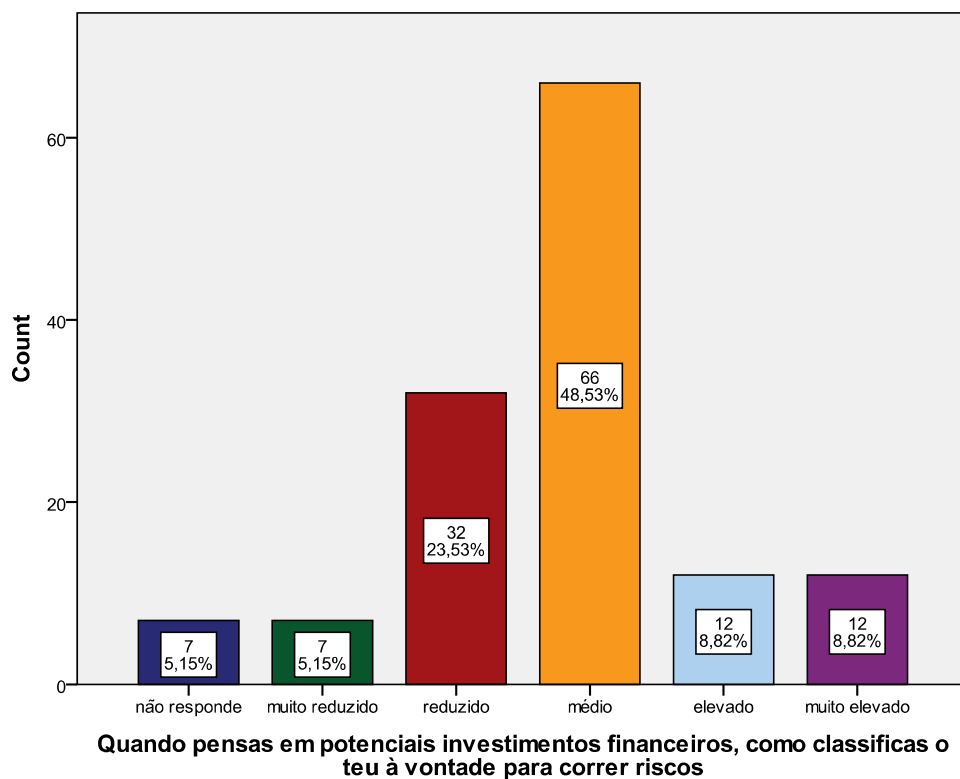


Fonte: Elaboração própria

Da análise do gráfico nº 39, sobre quando pensas em potenciais investimentos financeiros, como classificas o teu à vontade para correr riscos, aparece em primeiro lugar (48,5%), a médio, em segundo lugar (23,5%), a reduzido, em terceiro e quarto lugar em simultâneo (8,8%), a elevado e muito elevado, em quinto e sexto lugar em simultâneo (5,1%), a muito reduzido e não responde.

Desta análise sobre quando pensas em potenciais investimentos financeiros, como classificas o teu à vontade para correr riscos, a resposta mais dada foi médio (Gráfico 39).

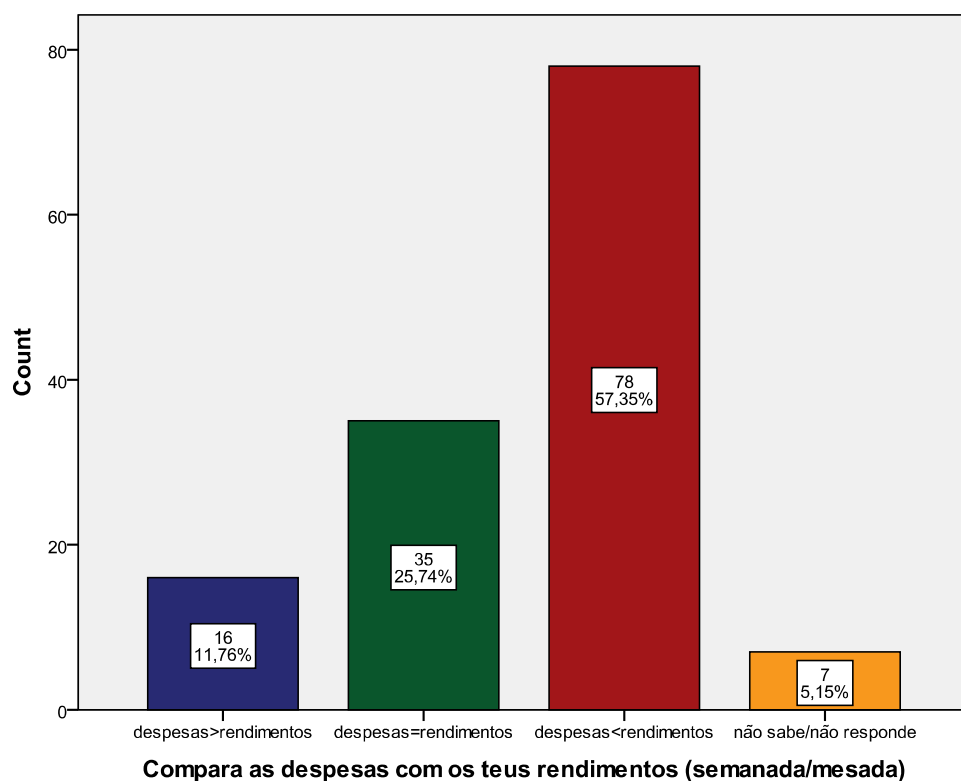
Gráfico nº 39 - Quando pensas em potenciais investimentos financeiros, como classificas o teu à vontade para correr riscos



Fonte: Elaboração própria

Da análise do gráfico nº 40, quando comparam as despesas com os seus rendimentos (semanada/mesada), verifica-se em primeiro lugar (57,4%), dos inquiridos, as despesas < rendimentos, em segundo lugar (25,7%), dos inquiridos, a despesas = rendimentos, em terceiro lugar (11,8%), dos inquiridos, a despesas > rendimentos, em quarto lugar (5,1%), dos inquiridos, a não sabe/ não responde (Gráfico 40).

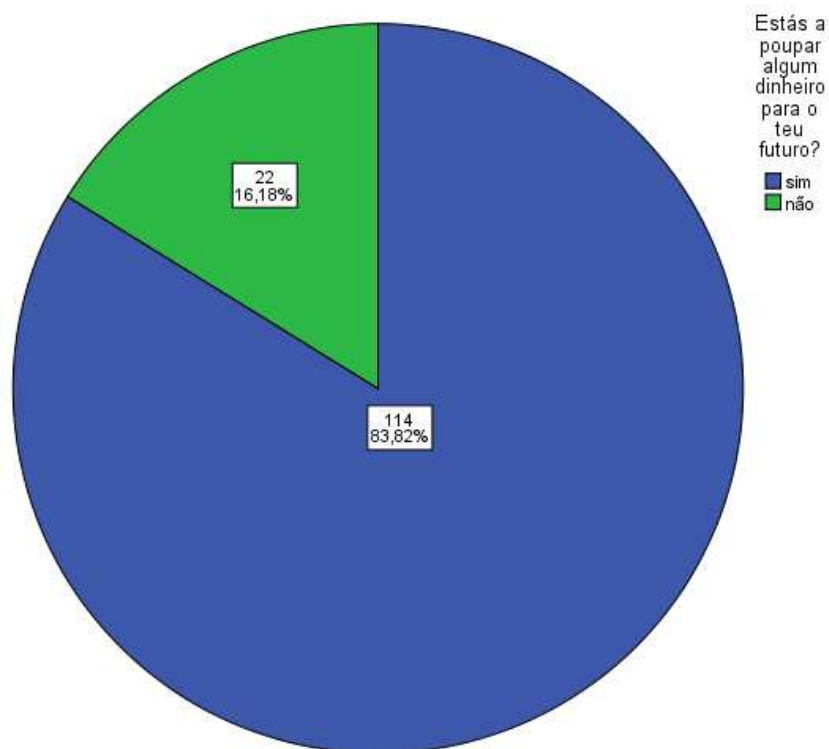
Gráfico n° 40 - Compara as despesas com os teus rendimentos (semanada/mesada)



Fonte: Elaboração própria

Da análise do gráfico n° 41, sobre se estão a poupar algum dinheiro para o seu futuro, figura em primeiro lugar (83,8%), dos inquiridos a sim, em segundo lugar (16,2%), dos inquiridos, a não (Gráfico 41).

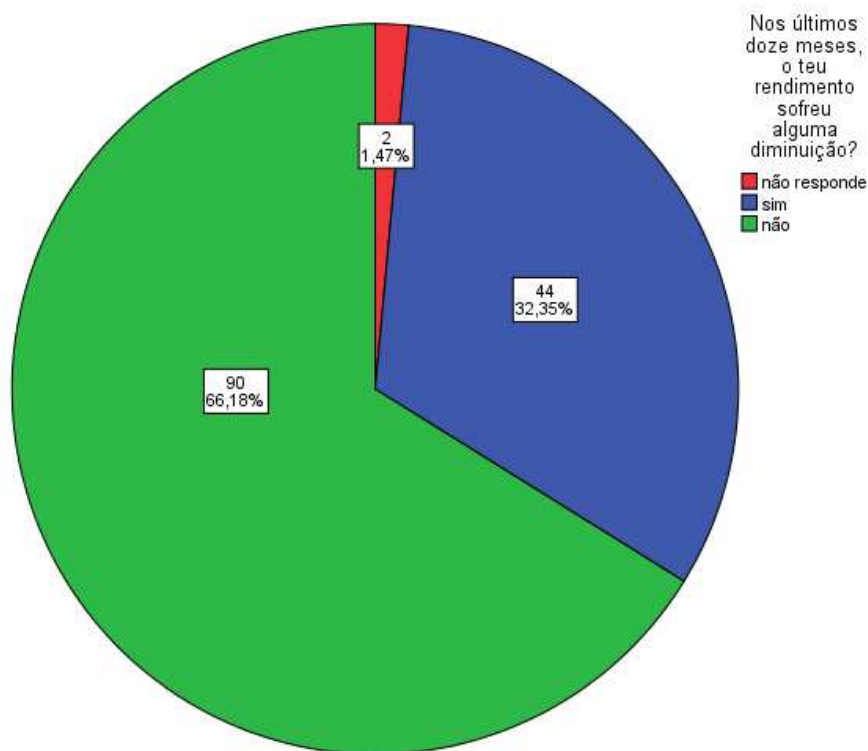
Gráfico n° 41 - Estás a poupar algum dinheiro para o teu futuro



Fonte: Elaboração própria

Da análise do gráfico n° 42, sobre se nos últimos doze meses, o seu rendimento sofreu alguma diminuição, figura em primeiro lugar (66,2%), dos inquiridos, a não, em segundo lugar (32,4%), dos inquiridos, a sim, em terceiro lugar (1,5%), dos inquiridos, a não responde (Gráfico 42).

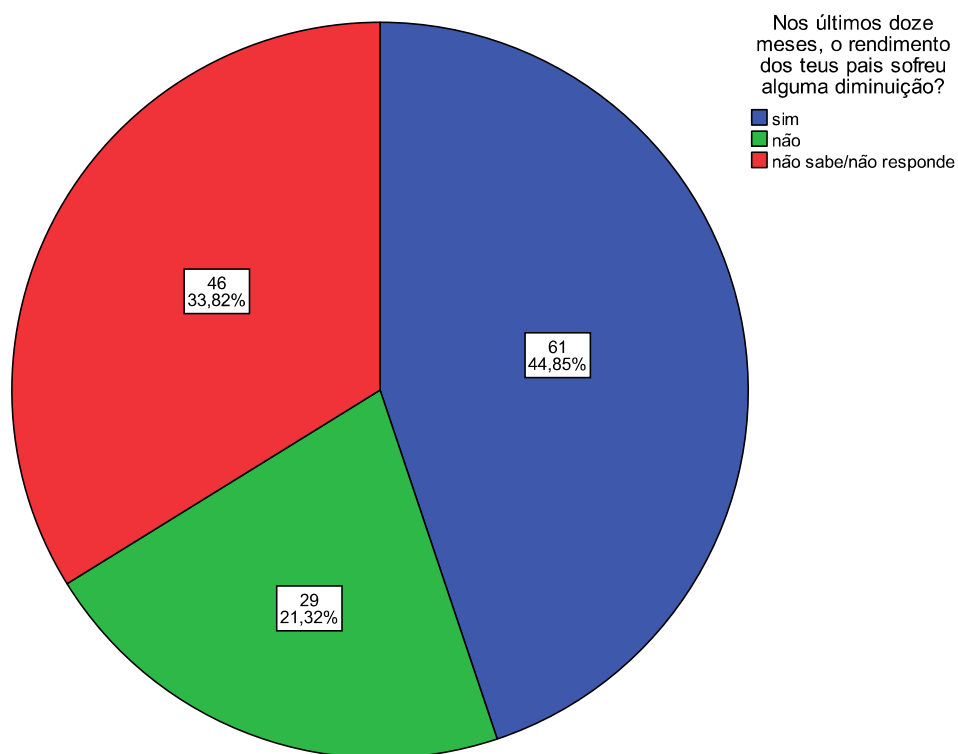
Gráfico nº 42 – Nos últimos doze meses, o teu rendimento sofreu alguma diminuição



Fonte: Elaboração própria

Da análise do gráfico nº 43, sobre se nos últimos doze meses, o rendimento dos seus pais sofreu alguma diminuição, figura em primeiro lugar (44,9%), dos inquiridos, a sim, em segundo lugar (33,8%), dos inquiridos, a não sabe/não responde, em terceiro lugar (21,3%), dos inquiridos, a não (Gráfico 43).

Gráfico n° 43 – Nos últimos doze meses, o rendimento dos teus pais sofreu alguma diminuição



Fonte: Elaboração própria

O próximo capítulo é dedicado à **estatística inferencial**, o ramo da estatística que nos permitirá testar analiticamente as hipóteses de investigação que orientaram a investigação.

5.4.2. Estatística Inferencial

Correlações Não paramétricas

Coefficiente de Correlação Ponto-Bisserial (r_{pb}) (1 variável intervalar e 1 variável nominal)

Quadro nº 12 – Correlação entre a Idade e Tens alguma conta de depósito no banco

Correlações			
		Idade	Tens alguma conta de depósito no banco
Idade	Pearson Correlation	1	,109
	Sig. (2-tailed)		,207
	N	136	136
Tens alguma conta de depósito no banco	Pearson Correlation	,109	1
	Sig. (2-tailed)	,207	
	N	136	136

Fonte: Elaboração própria

Esta análise dá origem a um único quadro de dupla entrada intitulada *Correlations* (Quadro 12), com a mesma diagonal de 1 que o outro coeficiente anterior (correlação de cada variável consigo própria), acima e abaixo da qual os valores são exatamente os mesmos.

Neste caso, a correlação encontrada entre a “Idade” e “Tens alguma conta de depósito no banco”(score total) é de .109 (linha *Correlation Coefficient*) com uma probabilidade associada de $p=.207$ (linha *sig*). Trata-se, pois, de uma *correlação positiva* (o que nos é dito pela valor positivo do coeficiente de correlação encontrado, .109) *estatisticamente significativa* (o que nos é dito pelo valor de probabilidade associado ao coeficiente de correlação, .207). Finalmente, podemos ainda concluir que os dados de todos os 136 participantes foram utilizadas nesta análise (*N*).

Decisão Relativa à Hipótese Nula (H_0): O valor da probabilidade, $p > .05$, permite-nos reter a hipótese nula (H_0) e conseqüentemente concluir que *não há associação entre a idade e tens alguma conta de depósito no banco.*

**Teste de Qui-Quadrado (*Chi-Square Test X^2*) (2 variáveis nominais ou 1 variável nominal e 1 ordinal)
Correlations**

Crosstabs

Quadros nº 13 – Sexo * Sabes em que consiste um plano poupança reforma

Case Processing Summary						
	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Sexo * Sabes em que consiste um plano poupança reforma?	136	100,0%	0	,0%	136	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Sexo * Sabes em que consiste um plano poupança reforma? Crosstabulation						
		Sabes em que consiste um plano poupança reforma?			Total	
		sim	não	mais ou menos		
Sexo	masculino	Count	26	15	20	61
		% within Sexo	42,6%	24,6%	32,8%	100,0%
	feminino	Count	28	11	36	75
		% within Sexo	37,3%	14,7%	48,0%	100,0%
Total		Count	54	26	56	136
		% within Sexo	39,7%	19,1%	41,2%	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	3,861 ^a	2	,145
Likelihood Ratio	3,884	2	,143
Linear-by-Linear Association	1,736	1	,188
N of Valid Cases	136		
a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 11,66.			

Fonte: Elaboração própria

Esta análise apresenta um primeiro quadro intitulado *Case Processing Summary*, que nos apresenta quantos casos válidos 136, foram utilizados nesta análise.

Este teste apresenta ainda mais dois quadros. No quadro intitulado *Sexo* Sabes em que consiste um plano poupança-reforma? Crosstabulation*, temos acesso ao quadro de contingência que cruza as duas variáveis em estudo.

Podemos ver que neste caso, todos os dados dos 136 participantes foram utilizados no teste do Qui-Quadrado. No quadro intitulado *Sexo* Sabes em que consiste um plano poupança reforma? Crosstabulation*, temos acesso à quadro de contingência que cruza as duas variáveis em estudo. No grupo do sexo masculino, vemos que há 26 indivíduos que referem saber em que consiste um plano poupança-reforma versus 15 que dizem não saber e 20 referem saber mais ou menos. Por seu turno, no grupo do sexo feminino, há 28 que referem saber em que consiste um plano poupança-reforma contra 11 que dizem não saber e 36 referem saber mais ou menos.

O terceiro e último quadro intitula-se *Chi-SquareTests*. A linha que tem interesse é a primeira - *Pearson Chi-Square*. Há três valores a tomar em atenção – o valor do Teste do Qui-Quadrado (coluna Value), os graus de liberdade associados a esta análise (coluna df) e o nível de significância associado ao resultado do Teste do Qui-Quadrado (coluna *Asymp Sig (2 sided)*). Assim, vemos que o valor do teste do Qui-Quadrado, com 2 graus de liberdade (df) é de 3,861 (Value) com uma probabilidade associada $p = .145$ (*Asymp Sig (2 sided)*). Na última linha deste quadro (*N of Valid Cases*), vemos que foram utilizados nesta análise os dados de todos os 136 participantes da amostra. De salientar que no caso do Teste do Qui-Quadrado, não há informação quanto à magnitude

de associação. Voltamos ao quadro de contingência “Sexo” e analisar qual o padrão de associação. O grupo do sexo masculino, a maioria dos indivíduos refere saber em que consiste um plano poupança-reforma, 26 em 61 participantes, o que corresponde a uma percentagem de 42,6%, 20 dizem saber mais ou menos em que consiste um plano poupança reforma que representa 32,8%, e 15 dizem não saber em que consiste um plano de poupança reforma que representa 24,6%. No grupo do sexo feminino, a maioria das participantes refere que sabe mais ou menos em que consiste um plano poupança-reforma, 36 em 75 participantes, o que corresponde a uma percentagem de 48%, 28 dizem saber em que consiste um plano poupança-reforma que representa 37,3%, e 11 dizem não saber em que consiste um plano de poupança-reforma que representa 14,7%. Estas percentagens mostram que o padrão de resultados não é o mesmo para o sexo masculino e feminino, é distinto um do outro. Como se pode ver na último quadro, *Chi Square Tests*, há uma nota de rodapé que relata a percentagem de células do quadro de contingência que tem frequência esperada inferior a 5. Neste exemplo a percentagem é de 0%. O teste do Qui-Quadrado só fornece resultados de confiança se a percentagem aqui relatada não for superior a 20%.

Decisão relativa à hipótese nula (H_0): O valor da probabilidade, $p < .05$, permite-nos rejeitar a hipótese nula (H_0) e consequentemente concluir que há associação entre o sexo e o saber em que consiste um plano poupança-reforma. Como o nosso $p = .145$ temos que aceitar a hipótese nula e consequentemente concluir que não há associação entre sexo e o saber em que consiste um plano poupança-reforma.

Quadros nº 14 – Sexo * Sabes o que é um spread

Case Processing Summary						
	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Sexo * Sabes o que é um spread?	136	100,0%	0	,0%	136	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Sexo * Sabes o que é um spread? Crosstabulation						
		Sabes o que é um spread?			Total	
		sim	não	mais ou menos		
Sexo	masculino	Count	10	40	11	61
		% within Sexo	16,4%	65,6%	18,0%	100,0%
	feminino	Count	7	54	14	75
		% within Sexo	9,3%	72,0%	18,7%	100,0%
Total		Count	17	94	25	136
		% within Sexo	12,5%	69,1%	18,4%	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	1,550 ^a	2	,461
Likelihood Ratio	1,542	2	,463
Linear-by-Linear Association	,647	1	,421
N of Valid Cases	136		
a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 7,63.			

Fonte: Elaboração própria

Esta análise apresenta um primeiro quadro intitulado *Case Processing Summary*, que nos apresenta quantos casos válidos 136, foram utilizados nesta análise.

Este teste apresenta ainda mais dois quadros. Na quadro intitulado *Sexo * Sabes o que é um Spread? Crosstabulation*, temos acesso ao quadro de contingência que cruza as duas variáveis em estudo.

Podemos ver que neste caso, todos os dados dos 136 participantes foram utilizados no teste do Qui-Quadrado. No grupo do sexo masculino, vemos que há 10 indivíduos que referem saber o que é um spread versus 40 que dizem não saber e 11 referem saber mais ou menos. Por seu turno, no grupo do sexo feminino, há 7 que referem saber o que é um spread contra 54 que dizem não saber e 14 referem saber mais ou menos.

O terceiro e último quadro intitula-se *Chi-SquareTests*. A linha que tem interesse é a primeira - *Pearson Chi-Square*. Há três valores a tomar em atenção – o valor do Teste do Qui-Quadrado (coluna Value), os graus de liberdade associados a esta análise (coluna df) e o nível de significância associado ao resultado do Teste do Qui-Quadrado

(coluna *Asymp Sig (2 sided)*). Assim, vemos que o valor do teste do Qui-Quadrado, com 2 graus de liberdade (*df*) é de 1,550 (*Value*) com uma probabilidade associada $p = ,461$ (*Asymp Sig (2 sided)*). Na última linha deste quadro (*N of Valid Cases*), vemos que foram utilizados nesta análise os dados de todos os 136 participantes da amostra. De salientar que no caso do Teste do Qui-Quadrado, não há informação quanto à magnitude de associação. Voltamos ao quadro de contingência “Sexo” e analisar qual o padrão de associação. O grupo do sexo masculino, a maioria dos indivíduos refere não saber o que é um spread (40 em 61 participantes, o que corresponde a uma percentagem de 65,6%), 11 dizem saber mais ou menos o que é um spread o que representa 18% e 10 dizem saber o que é um spread o que representa 16,4%. No grupo do sexo feminino, a maioria das participantes refere não saber o que é um spread (54 em 75 participantes, o que corresponde a uma percentagem de 72%), 7 dizem saber o que é um spread o que representa 9,3% e 14 dizem saber mais ou menos o que é um spread o que representa 18,7%. Estas percentagens mostram que o padrão de resultados não é o mesmo para o sexo masculino e feminino, mas em ambos os sexos a maioria dos inquiridos desconhece o que é um spread. Como se pode ver no último quadro, *Chi Square Tests*, há uma nota de rodapé que relata a percentagem de células do quadro de contingência que tem frequência esperada inferior a 5. Neste exemplo a percentagem é de 0%. O teste do Qui-Quadrado só fornece resultados de confiança se a percentagem aqui relatada não for superior a 20%.

Decisão relativa à hipótese nula (H_0): O valor da probabilidade, $p < .05$, permite-nos rejeitar a hipótese nula (H_0) e consequentemente concluir que há associação entre o sexo e saber o que é um spread. Como o nosso $p = ,461$ temos que aceitar a hipótese nula e consequentemente concluir que não há associação entre sexo e o saber o que é um spread.

Quadros nº 15 – Sexo * Sabes o que é a Euribor?

Case Processing Summary						
	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Sexo * Sabes o que é a Euribor?	136	100,0%	0	,0%	136	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Sexo * Sabes o que é a Euribor? Crosstabulation						
			Sabes o que é a Euribor?			Total
			sim	não	mais ou menos	
Sexo	masculino	Count	12	31	18	61
		% within Sexo	19,7%	50,8%	29,5%	100,0%
	feminino	Count	10	49	16	75
		% within Sexo	13,3%	65,3%	21,3%	100,0%
Total		Count	22	80	34	136
		% within Sexo	16,2%	58,8%	25,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	2,939 ^a	2	,230
Likelihood Ratio	2,941	2	,230
Linear-by-Linear Association	,028	1	,867
N of Valid Cases	136		
a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 9,87.			

Fonte: Elaboração própria

Esta análise apresenta um primeiro quadro intitulado *Case Processing Summary*, que nos apresenta quantos casos válidos 136, foram utilizados nesta análise.

Este teste apresenta ainda mais dois quadros. No quadro intitulado *Sexo * Sabes o que é a Euribor? Crosstabulation*, temos acesso ao quadro de contingência que cruza as duas variáveis em estudo.

Podemos ver que neste caso, todos os dados dos 136 participantes foram utilizados no teste do Qui-Quadrado. No grupo do sexo masculino, vemos que há 12 indivíduos que referem saber o que é a euribor versus 31 que dizem não saber e 18 referem saber mais ou menos. Por seu turno, no grupo do sexo feminino, há 10 que referem saber o que é a euribor contra 49 que dizem não saber e 16 referem saber mais ou menos.

O terceiro e último quadro intitula-se *Chi-SquareTests*. A linha que tem interesse é a primeira - *Pearson Chi-Square*. Há três valores a tomar em atenção – o valor do Teste do Qui-Quadrado (coluna *Value*), os graus de liberdade associados a esta análise (coluna *df*) e o nível de significância associado ao resultado do Teste do Qui-Quadrado (coluna *Asymp Sig (2 sided)*). Assim, vemos que o valor do teste do Qui-Quadrado, com 2 graus de liberdade (*df*) é de 2,939 (*Value*) com uma probabilidade associada $p = .230$ (*Asymp Sig (2 sided)*). Na última linha deste quadro (*N of Valid Cases*), vemos que foram utilizados nesta análise os dados de todos os 136 participantes da amostra. De salientar que no caso do Teste do Qui-Quadrado, não há informação quanto à magnitude de associação. Voltamos ao quadro de contingência “Sexo” e analisar qual o padrão de associação. O grupo do sexo masculino, a maioria dos indivíduos refere não saber o que é a euribor, 31 em 61 participantes, o que corresponde a uma percentagem de 50,8%, 18 dizem saber mais ou menos o que é a euribor o que representa 29,5% e 12 dizem saber o que é a euribor o que representa 19,7%. No grupo do sexo feminino, a maioria das participantes refere não saber o que é a euribor, 49 em 75 participantes, o que corresponde a uma percentagem de 65,3%, 10 dizem saber o que é a euribor o que representa 13,3% e 16 dizem saber mais ou menos o que é a euribor o que representa 21,3%. Estas percentagens mostram que o padrão de resultados não é o mesmo para o sexo masculino e feminino, mas em ambos os sexos a maioria dos inquiridos desconhece o que é a euribor. Como se pode ver no último quadro, *Chi Square Tests*, há uma nota de rodapé que relata a percentagem de células do quadro de contingência que tem frequência esperada inferior a 5. Neste exemplo a percentagem é de 0%. O teste do Qui-Quadrado só fornece resultados de confiança se a percentagem aqui relatada não for superior a 20%.

Decisão relativa à hipótese nula (H_0): O valor da probabilidade, $p < .05$, permite-nos rejeitar a hipótese nula (H_0) e consequentemente concluir que há associação entre o sexo e o saber o que é a euribor. Como o nosso $p = .230$ temos que aceitar a hipótese

nula e conseqüentemente concluir que não há associação entre sexo e o saber o que é a euribor.

Mann-Whitney Test

Quadros nº 16 – As diferenças entre sexo masculino e feminino ao nível de satisfação quanto à situação financeira

Test Statistics ^a	
	Ao pensares nos teus bens, nas tuas dívidas e nas tuas poupanças, como classificas a tua satisfação quanto à tua situação financeira
Mann-Whitney U	2286,000
Wilcoxon W	5136,000
Z	-,007
Asymp. Sig. (2-tailed)	,994
a. Grouping Variable: Sexo	

Fonte: Elaboração própria

Ranks				
	Sexo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Ao pensares nos teus bens, nas tuas dívidas e nas tuas poupanças, como classificas a tua satisfação quanto à tua situação financeira	masculino	61	68,52	4180,00
	feminino	75	68,48	5136,00
	Total	136		

Fonte: Elaboração própria

Means

Case Processing Summary						
	Cases					
	Included		Excluded		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Ao pensares nos teus bens, nas tuas dívidas e nas tuas poupanças, como classificas a tua satisfação quanto à tua situação financeira * Sexo	136	100,0%	0	,0%	136	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Report			
Ao pensares nos teus bens, nas tuas dívidas e nas tuas poupanças, como classificas a tua satisfação quanto à tua situação financeira			
Sexo	Mean	N	Std. Deviation
masculino	3,43	61	1,176
feminino	3,49	75	,935
Total	3,46	136	1,046

Fonte: Elaboração própria

Esta análise dá origem a dois quadros. O primeiro intitula-se *Ranks* e, apresenta-nos três colunas – N, onde se apresenta o número de participantes em cada grupo, *Mean Rank*, onde aparece a ordem média relativa a cada grupo e, finalmente, *Sum of Ranks*, onde surge a soma de todas as ordens relativas ao grupo em questão.

Convém, neste ponto, clarificar o que entende por ordem no contexto dos testes de diferenças adequados às variáveis ordinais, ou por outras palavras, testes de diferenças não paramétricos. Estes testes trabalham com a ordenação de valores, por oposição aos próprios valores. O que os testes não paramétricos fazem é atribuir uma ordem aos valores dos indivíduos de forma que o valor mais baixo assumido pela variável dependente recebe a ordem 1, o valor seguinte a ordem 2 e assim sucessivamente até chegarmos ao valor mais elevado, o qual terá a ordem mais elevada. Após esta transformação dos valores em ordens e com base nestas últimas, os testes não-paramétricos examinarão se há ou não diferenças entre grupos. Assim se compreende então que a medida descritiva que aparece no 1º quadro seja a ordem média. Esse valor expressa, pois a média das ordens dos valores participantes do respetivo grupo e não as médias ao nível da sua satisfação quanto à sua situação financeira.

O valor do Teste de Mann-Whitney, o qual é representado pela letra *U* (*linha Mann-Whitney de U*) e o respetivo nível de significância (*linha Asymp. Sig.*). Neste caso o valor de *U* é de 2286 com uma significância associada $p = .994$.

Dado este valor da probabilidade ($p = .994$), conclui-se que não existem diferenças significativas entre os dois grupos em comparação. Decisão Relativa à Hipótese Nula (H_0): o valor da probabilidade, $p > .05$, permite-nos aceitar a hipótese nula (H_0) e concluir que *não há grandes diferenças entre o sexo masculino e o feminino*

ao nível da sua satisfação quanto á sua situação financeira. Para além disso e consultando o quadro *Ranks*, verificámos que são os indivíduos do sexo feminino que têm um valor ligeiramente superior face ao nível da sua satisfação quanto à sua situação financeira, em virtude de ser este o grupo com maior *Mean Rank*.

Teste dos Sinais - Sign Test

Quadros nº 17 – As diferenças entre o nível de instrução dos Pais

Frequencies		
		N
Grau de escolaridade da mãe - Grau de escolaridade do Pai	Negative Differences ^a	33
	Positive Differences ^b	42
	Ties ^c	61
	Total	136
a. Grau de escolaridade da mãe < Grau de escolaridade do Pai		
b. Grau de escolaridade da mãe > Grau de escolaridade do Pai		
c. Grau de escolaridade da mãe = Grau de escolaridade do Pai		

Fonte: Elaboração própria

Test Statistics ^a	
	Grau de escolaridade da mãe - Grau de escolaridade do Pai
Z	-,924
Asymp. Sig. (2-tailed)	,356
a. Sign Test	

Fonte: Elaboração própria

Teste dos Sinais

Dos 136 respondentes que forneceram informação sobre o nível de instrução dos pais, 61 têm pais com igual nível de instrução. A instrução da mãe é inferior em 33 casos, e superior em 42 casos.

O número de casos em que a instrução da mãe é superior à do pai excede a situação inversa num número muito pequeno.

O nível de significância do teste indica que, em aproximadamente 35% dos casos, esperaríamos ver uma diferença destas quando a hipótese nula fosse verdadeira.

Deve por isso aceitar-se a hipótese nula que afirma não haver diferença significativa entre a superioridade do nível de instrução de um dos pais relativamente ao outro.

6 – Reflexão das medidas a tomar para a promoção financeira

A nossa amostra é constituída por 136 inquiridos e verifica-se que 61 dos inquiridos são do sexo masculino, o que representa 44,9% da população e 75 dos inquiridos são do sexo feminino, o que representa 55,1%.

Quanto ao ano de curso que frequentam, 24 dos inquiridos são do 7º ano do ensino básico, que representa 17,6%, 20 são do 8º ano do ensino básico, que representa 14,7% , 24 são do 9º ano do ensino básico, que representa 17,6%, 18 são do 10º ano do ensino secundário, que representa 13,2%, 27 são do 11º ano do ensino secundário, que representa 19,9%, e 23 são do 12º ano do ensino secundário que representa 16,9%.

As suas idades oscilam entre os 11 anos de idade e os 18 anos sendo a média das idades de 14,58%.

Na aprendizagem de comportamentos quando lhes foram colocadas as questões:

Questão	Maioria dos Inquiridos	Percentagem
Os teus pais dão-te dinheiro: semana/mesada”	59 Dizem sempre que lhes pedem	43,4%
Se têm ou não uma conta de depósito.	90 Dizem possuir conta de depósito	66,2%

Quanto à forma como gerem o dinheiro, em resposta às questões:

Questão	Maioria dos Inquiridos	Percentagem
“Quando algum familiar te dá dinheiro, o que fazes?”	71 Dizem guardam algum	52,2%
“Durante a tua infância e adolescência os teus pais falaram contigo sobre como ganhar dinheiro”	67 Dizem por vezes	49,3%

Na aprendizagem de conhecimentos, quando lhes foram colocadas as questões:

Questão	Maioria dos Inquiridos	Percentagem
“Durante a tua infância e adolescência os teus pais falaram contigo sobre como poupar dinheiro”	98 Dizem frequentemente	72,1%
“Razões para poupar dinheiro”,	97 Dizem frequentemente	71,3%
“Como planear despesas”	52 Dizem por vezes	38,2%
“Como evitar sobreendividamento (excesso de dívidas)”	41 Dizem por vezes	30,1%
“Juros a suportar quando se contrai um empréstimo”	42 Dizem raramente	30,9%
“Durante a tua infância e adolescência os teus pais falaram contigo para que serve uma conta depósito”	64 Dizem por vezes	47,1%
“Durante a tua infância e adolescência os teus pais falaram contigo sobre o que é um cartão crédito”	60 Dizem frequentemente	44,2%
“Durante a tua infância e adolescência os teus pais falaram contigo sobre o que é um cartão de débito”	52 Dizem por vezes	38,2%
“Durante a tua infância e adolescência os teus pais falaram contigo sobre o que é uma conta poupança”	58 Dizem frequentemente	42,6%
“Durante a tua infância e adolescência os teus pais falaram contigo sobre o que é um <i>Spread</i> ”	68 Dizem nunca	50%
“Durante a tua infância e adolescência os teus pais falaram contigo sobre o que é um cheque”	56 Dizem frequentemente	41,2%
“Durante a tua infância e adolescência os teus pais falaram contigo sobre o que é a <i>Euribor</i> ”	66 Dizem nunca	48,5%
“Na escola (ensino básico e secundário) estes assuntos foram abordados pelos teus professores”	54 Dizem raramente	39,7%
“Sabes em que consiste um plano poupança reforma?”	56 Dizem mais ou menos	41,2%
Sabes o que é um <i>Spread</i> ?	94 Dizem não	69,1%
“Sabes o que é a <i>Euribor</i> ?”	80 Dizem não	58,8%

Na aprendizagem de atitudes e valores, quando lhes foram colocadas as questões:

Questão	Maioria dos Inquiridos	Percentagem
“É importante que pais e escola ensinem os jovens a lidar com o dinheiro para que sejam capazes de planificar as suas despesas”	112 Dizem concordo	82,4%
“É importante que pais e escola ensinem os jovens a lidar com o dinheiro para que sejam capazes de ultrapassar dificuldades financeiras”	110 Dizem concordo	80,9%
“É importante que pais e escola ensinem os jovens a lidar com o dinheiro para que sejam capazes de decidir enquanto consumidores”	100 Dizem concordo	73,5%
“É importante que pais e escola ensinem os jovens a lidar com o dinheiro para que sejam capazes de entender o mundo em que vivem”	109 Dizem concordo	80,1%
“Ao pensares nos teus bens, nas tuas dívidas e nas tuas poupanças, como classificas a tua satisfação quanto à tua situação financeira”	60 Dizem ser boa	44,1%
“Quando pensas em potenciais investimentos financeiros, como classificas o teu à vontade para correr riscos”	66 Dizem ser média	48,5%
“Compara as despesas com os teus rendimentos (semanada/mesada)”	78 Dizem ser despesas<rendimentos	57,4%
“Estás a poupar algum dinheiro para o teu futuro?”	114 Dizem que sim	83,8%
“Nos últimos doze meses, o teu rendimento sofreu alguma diminuição?”	90 Dizem que não	66,2%
“Nos últimos doze meses, o rendimento dos teus pais sofreu alguma diminuição?”	46 Dizem não sabe/não responde	33,8%

Esta reflexão tenta mostrar as melhorias que poderão ser introduzidas, no sentido de potenciar os conhecimentos dos alunos e, conseqüentemente o bem-estar dos mesmos.

Neste trabalho procuramos obter resposta às seguintes questões:

- Os alunos são capazes de gerir as suas finanças?
- Os alunos possuem hábitos de poupança?
- Os alunos conhecem a linguagem financeira?

O inquérito tornou possível identificar as necessidades de educação financeira que são transversais aos alunos inquiridos. A população da amostra perante as perguntas colocadas permite reconhecer as falhas existentes, o que permitirá direccionar melhor a atividade futura da escola de forma a preencher essas lacunas.

Deve ser considerado fundamental inculcar nos inquiridos a importância da poupança como forma de acumulação de riqueza necessária à satisfação de objetivos de longo prazo e não para fins imediatos. É também necessária formação quanto às possíveis aplicações da poupança.

No que se refere à gestão das suas finanças é necessário inculcar nos alunos a necessidade de comparação e avaliação prévias dos produtos e serviços bancários, com base em critérios objetivos.

O currículo escolar deve facultar aos alunos as condições necessárias à realização das escolhas e à tomada de decisões financeiras informadas e conscientes ao longo da vida. Deverá proporcionar aos alunos oportunidades de aprendizagem que promovam o seu desenvolvimento enquanto pessoa, com influência na sociedade a que pertencem e ainda como agentes com impacto sobre a economia e o ambiente.

Trata-se de ajudar os alunos a compreender os conceitos de dinheiro e riqueza; como se cria e como circula para fazer funcionar a economia e ainda desenvolver o saber fazer a uma gestão eficiente do dinheiro, à identificação dos problemas relacionados e à tomada de decisões competentes.

A educação financeira deve ser incluída formalmente na sua rotina de educação em casa e na escola.

Para se criar uma educação financeira eficaz deve-se aproximar os pais da escola. São os pais que lhes transmitem valores e hábitos de compra que começam em casa. O papel da escola é disponibilizar conceitos, como custos, poupança, características de um bom empreendedor, entre outros.

Devem ser implementadas estratégias nas várias áreas curriculares, com vista à superação dos problemas diagnosticados, porque só através destas competências é que os alunos conseguem desenvolver autonomia em termos financeiros, porque são imprescindíveis à sua formação, levando à construção de uma identidade própria mais completa.

Para que a instrução financeira vá em frente é preciso torná-la obrigatória. A maneira mais segura de garantir que esse conhecimento seja transmitido é a sua inclusão no currículo escolar.

7 – Conclusão

A proposição inicial, que dá origem à pesquisa, apresenta como principal objetivo estudar a população escolar sobre o nível de literacia financeira e a aplicação e análise de um questionário a alunos do terceiro ciclo do ensino básico e secundário, sobre este tema.

Este questionário engloba tanto a aprendizagem de comportamentos como de conhecimentos, bem como, atitudes e valores que os pais e a escola devem ensinar aos jovens em como lidar com o dinheiro de forma a serem capazes de planificar as suas despesas e a decidirem enquanto consumidores de forma a ultrapassarem dificuldades financeiras e a entenderem o mundo em que vivem.

Concluída a revisão de literatura sobre a nossa problemática, concluímos ainda que há muito caminho a percorrer, pelo que continuaremos imbuídos do nosso espírito de “investigadores em ação”. As hipóteses formuladas para a nossa investigação serviram, como fio condutor, na medida em que representam e descrevem o método a ser seguido sobre a existência de relações entre as variáveis para planejar/traçar a nossa investigação qualitativa/quantitativa da pergunta de partida derivaram várias hipóteses, que atestassem a coerência e o rigor do nosso trabalho que procuramos confirmar ou infirmar ao longo da nossa investigação. Neste estudo, verificamos, que o problema a ultrapassar tendo em conta os resultados obtidos no questionário, concluímos que é necessário investir em educação financeira dos jovens, orientada para a promoção da literacia dos cidadãos de forma a possuírem ferramentas que lhes permitam tomar decisões acertadas relacionadas com a gestão do dinheiro, observadas através do conhecimento, compreensão, capacidades e valores em contextos financeiros e de consumo.

Estas decisões têm impacto no indivíduo, nos outros, na comunidade e no ambiente que resultam em ganhos para a sociedade e para o país.

8 – Referências Bibliográficas

- Abreu, Margarida, Afonso, António et al., ECONOMIA MONETÁRIA E FINANCEIRA, Escolar Editora, Lisboa, 2012
- Albarello, Luc, Digneffe, Françoise, et al., PRÁTICAS E MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, Gradiva Publicações Lda., Lisboa, 2005
- Albuquerque, Susana, INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA PARA MULHERES, Editora Estrela Polar, Alfragide, 2010
- Alves, Maria da Piedade, METODOLOGIA CIENTÍFICA, Escolar Editora, Lisboa, 2012
- Amaral, M.; Moreira & Ribeiro, D. (1996). O papel do Supervisor no desenvolvimento do professor reflexivo, estratégias de supervisão. In Isabel Alarcão (Org). Formação reflexiva de professores: estratégia de supervisão. (pp 89-122). Porto: Porto Editora
- Azevedo, Mário, TESES RELATÓRIOS E TRABALHOS ESCOLARES, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2011
- Barracho, Carlos, CONSUMO, Escolar Editora, Lisboa, 2011
- Batista, António M. S., CREDIT SCORING, Editora Vida Económica, Porto, 2012
- Bell, Judith, COMO REALIZAR UM PROJETO DE INVESTIGAÇÃO, Gradiva S.A., Lisboa, 2010
- Carvalho, J. Eduardo, METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO, Escolar Editora, Lisboa, 2009
- Comissão Europeia (CE), COMUNICAÇÃO EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA, 2007
- Cooper, George, A O RIGEM DAS CRISES FINANCEIRAS, Editora Lua de Papel, Alfragide, 2009
- Coutinho, Clara Pereira, METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS, Edições Almedina S.A., Coimbra, 2011
- DECO, INVESTIR SEM RISCO, Deco Proteste, Editores, Lda., Lisboa, 2008
- DECO, SABER INVESTIR, Editora EDIDECO, Lda., Lisboa, 2004
- D'Oliveira, Teresa, TESES E DISSERTAÇÕES, Editora RH, Lisboa, 2007
- EGFE (2009) – The financial crisis and financial education. Brussels: Comissão Europeia, 28/04/2009
- Ferreira, Manuel Portugal, Serra, Fernando Ribeiro, CASOS DE ESTUDO, Lidel – Edições Técnicas, Lda., Lisboa, 2009

- Fonseca, José S., ECONOMIA MONETÁRIA E FINANCEIRA, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010
- Freixo, Manuel João Vaz, METODOLOGIA CIENTÍFICA, Instituto Piaget, Lisboa, 2011
- Guerra, Isabel Carvalho, FUNDAMENTOS E PROCESSOS DE UMA SOCIOLOGIA DE AÇÃO, Edição Princípia, Cascais, 2010
- Hill, Manuela Magalhães, Hill, Andrew, INVESTIGAÇÃO POR QUESTIONÁRIO, Edições Sílabo, Lisboa, 2009
- Honan, A., PERSONAL FINANCE EDUCATION: A curriculum mapping. Report 17/12/08, Office the Financial Regulator, Ireland, 2008
- Jorge, João Pessoa, e Ferreira, Ricardo, MANUAL DE FINANÇAS PESSOAIS, Edição Babel, Lisboa, 2011
- Krugman, Paul, O REGRESSO DA ECONOMIA DA DEPRESSÃO E A CRISE ATUAL, Editorial Presença, Lda., 2009
- Latorre, Antonio, LA INVESTIGACION-ACCIÓN, Editorial Graó, Barcelona, 2010
- Laureano, Raul M. S., TESTES DE HIPÓTESES COM SPSS, Edições Sílabo, Lda., Lisboa, 2011
- Lessard-Hébert, Michelle, Goyette, Gabriel, Boutin, Gérald, INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA, Editipo, Lda., Lisboa, 2010
- Lobão, Júlio, FINANÇAS COMPORTAMENTAIS, Atual Editora, Coimbra, 2012
- Ministerial Council on Education - Employment, Training and Youth Affairs (MCEETYA), National Consumer and Financial Literacy Framework, Austrália, 2005
- Mosca, Aquiles, FINANÇAS COMPORTAMENTAIS, Elsevier Editora Lda., Rio Janeiro, 2009
- National Sheering Group on Financial Education (NSGFE) (2008) – Financial Competency Framework. Irlanda
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, (OCDE), “*Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness*”, 2005a - julho
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, (OCDE), “*Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies*”, 2005b - Novembro
- PACFL, *President’s Advisory Council On Financial Literacy*, 2009
- Palacios, Juan, Finanças Pessoais, ALÈTHEIA EDITORES, 2011

- Pardal, Luís, Lopes, Eugénia Soares, MÉTODOS E TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO SOCIAL, Areal Editores, S.A., Porto, 2011
- Pereira, Alexandre, SPSS GUIA PRÁTICO DE UTILIZAÇÃO, Edições Sílabo, Lda., Lisboa, 2011
- Pestana, Maria Helena, Gageiro, João Nunes, ANÁLISE DE DADOS PARA CIÊNCIAS SOCIAIS, Edições Sílabo, Lisboa, 2008
- Pinho, Carlos, Valente, Ricardo et al., RISCO FINANCEIRO, Edições Sílabo, Lisboa, 2011
- Quivy, Raymond, Campenhoudt, Luc Van, MANUAL DE INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, Gradiva S.A., Lisboa, 2008
- Retirement Commission (RC), “*National Strategy for Financial Literacy*”, 2008
- Reis, Felipa Lopes, COMO ELABORAR UMA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, Edições PACTOR, Lisboa, 2010
- Santo, Paula do Espírito, INTRODUÇÃO À METODOLOGIA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS, Lisboa, 2010
- Santos Pereira, Álvaro, PORTUGAL NA HORA DA VERDADE, Editora Gradiva Publicações, Lisboa, 2011
- Schagen, S., The evaluation of Natwest Face 2 with Finance Foundation for Educational Reseach, 1997
- Silva, Augusto Santos, Pinto, José Madureira, METODOLOGIA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS, Edições Afrontamento, Porto, 2009
- Sousa, Maria José, Batista, Cristina Sales, COMO FAZER INVESTIGAÇÃO, DISSERTAÇÕES, TESES e RELATÓRIOS, Edições PACTOR, Lisboa, 2011
- Teixeira, Aurora, Silva, Sandra, et al, FUNDAMENTOS MICROECONÓMICOS DA MACROECONOMIA, Editorial Vida Económica, Porto, 2012
- Tracy, S., Modelos e abordagens. In J. Oliveira - Formosinho (Org.). A Supervisão na Formação de Professores – Da Sala à Escola (pp. 19-92). Porto: Porto Editora, 2002
- Vilelas, José, INVESTIGAÇÃO: O Processo de Construção do Conhecimento, Edições Sílabo, Lisboa, 2009
- Vieira, Isabel, DINHEIRO GASTAR POUPAR E APLICAR, Edições Sílabo, Lisboa, 2009

Sites consultados

www.barclays.pt

www.bcp.pt

www.bes.pt

www.bportugal.pt

www.cgd.pt

www.cmvm.pt

www.dolceta.eu/portugal/

www.educaciofinancera.cat

www.financialcapability.ie/

www.fsa.gov.uk/financial_capability/

www.ine.pt

www.isp.pt

www.itsyourmoney.ie/

www.lafinanceportous.com/

www.mceetya.edu.au/verve/resources/Financial

www.montepio.pt

www.oecd.org/document/8/0,3343,en

www.retirement.org.nz/

www.sorted.org.nz/

www.themoneybelt.ca/teatchers-profs.eng.asp

www.understandingmoney.gov.au/

www.kiwisaver.govt.nz/

Anexo 1



Universidade Portucalense

Inquérito sobre os conhecimentos e comportamentos dos jovens acerca dos valores económicos e financeiros

Gostaríamos de contar com a tua colaboração no preenchimento do questionário que se segue. As tuas respostas são **muito importantes** para o estudo que estamos a realizar cujo objetivo é analisar o nível de literacia financeira numa comunidade escolar.

Esta investigação está a ser elaborada no âmbito do Programa de Mestrado em Finanças da Universidade Portucalense do Porto.

Os dados recolhidos servem apenas para fins estatísticos.

Uma vez que não te é pedida a identificação, as tuas respostas **são anónimas e confidenciais**.

Não existem respostas certas e erradas.

Preenche os espaços em branco e assinala com uma cruz a tua opinião.

Questionário

Nome da Escola: _____

Idade: _____ Sexo: Masculino Feminino

Ano: _____ Turma: _____

Grau de Escolaridade dos Pais

Pai Mãe

Nenhuma

1º Ciclo

2º Ciclo

3º Ciclo

Secundário

Bacharelato

Licenciatura

Mestrado

Doutoramento

Na aprendizagem de comportamentos

1- Os teus pais dão-te dinheiro: mesada/semanada

1.1 – Sempre que lhes pedes

1.2 – Semanalmente

1.3 – Mensalmente

1.4 - Não responde

2 – Tens alguma conta de depósito aberta num banco Sim Não

3 – Quando algum familiar te dá dinheiro, o que fazes?

3.1 – Gastas logo todo

3.2 – Guardas algum

3.3 – Guardas todo

Na aprendizagem de conhecimentos

4 - Durante a tua infância e adolescência, os teus pais falaram contigo sobre:

Frequentemente Por Vezes Raramente Nunca

4.1 – Como ganhar dinheiro

4.2 – Como poupar dinheiro

4.3 – Razões para poupar dinheiro

4.4 – Como planejar despesas

4.5 – Como evitar sobreendividamento
(excesso de dívidas)

4.6 – Juros a suportar quando se
contrai um empréstimo

5 – Durante a tua infância e adolescência, os teus pais falaram contigo sobre:

Frequentemente Por Vezes Raramente Nunca

5.1 - Para que serve um conta
depósito

5.2 – O que é um cartão de crédito

5.3 - O que é um cartão de débito

5.4 – O que é uma conta poupança

5.5 - O que é um *spread*

5.6 - O que é um cheque

5.7 - O que é a *Euribor*

6 – Na escola (ensino básico e secundário) estes assuntos foram abordados pelos teus professores:

Frequentemente

Por Vezes

Raramente

Nunca

7 – Sabes em que consiste um plano poupança-reforma?

Sim

Não

Mais ou menos

8 – Sabes o que é um *spread*?

Sim

Não

Mais ou menos

9 – Sabes o que é a *Euribor*?

Sim

Não

Mais ou menos

Na aprendizagem de atitudes e valores

10 - É importante que os pais e a escola ensinem os jovens a lidar com o dinheiro para que estes sejam:

10.1 – Capazes de planificar as suas despesas

10.1.1 – Concordo

10.1.2 – Concordo em parte

10.1.3 – Discordo em parte

10.1.4 – Discordo

10.1.5 – Não concordo/Nem discordo

10.1.6 – Não responde

10.2 – Capazes de ultrapassar dificuldades financeiras

10.2.1 – Concordo

10.2.2 – Concordo em parte

10.2.3 – Discordo em parte

10.2.4 – Discordo

10.2.5 – Não concordo/Nem discordo

10.2.6 – Não responde

10.3 - Capazes de decidir enquanto consumidores

10.3.1 – Concordo

10.3.2 – Concordo em parte

10.3.3 – Discordo em parte

10.3.4 – Discordo

10.3.5 – Não concordo/Nem discordo

10.3.6 – Não responde

10.4 – Capazes de entender o mundo em que vivem

10.4.1 – Concordo

10.4.2 – Concordo em parte

10.4.3 – Discordo em parte

10.4.4 – Discordo

10.4.5 – Não concordo/Nem discordo

10.4.6 – Não responde

Nas duas perguntas a seguir pedimos-te que respondas através de um número de 1 a 5, correspondendo o 1 ao menor nível de satisfação e 5 ao maior nível de satisfação.

11 – Ao pensares nos teus bens, nas tuas dívidas e nas tuas poupanças, como classificas a tua satisfação quanto à tua situação financeira

Muito má	Má	Razoável	Boa	Muito Boa
1	2	3	4	5

12 – Quando pensas em potenciais investimentos financeiros, como classificas o teu à vontade para correr riscos

Muito reduzido	Reduzido	Médio	Elevado	Muito Elevado
1	2	3	4	5

13 – Compara as despesas com os teus rendimentos (semanada/mesada).
Seleciona apenas uma destas três hipóteses

13.1 - As tuas despesas são maiores do que os teus rendimentos

13.2 - As tuas despesas são iguais aos teus rendimentos

13.3 - As tuas despesas são inferiores aos teus rendimentos

14 – Estás a poupar algum dinheiro para o futuro?

Sim

Não

15 – Nos últimos 12 meses, o teu rendimento sofreu alguma diminuição?

Sim

Não

16 – Nos últimos 12 meses, o rendimento dos teus pais sofreu alguma diminuição?

Sim

Não

Não sabe / Não responde

Obrigada pela tua colaboração